

U1-0547/2001 ANEXO-1

Prefeitura do Município de São Paulo

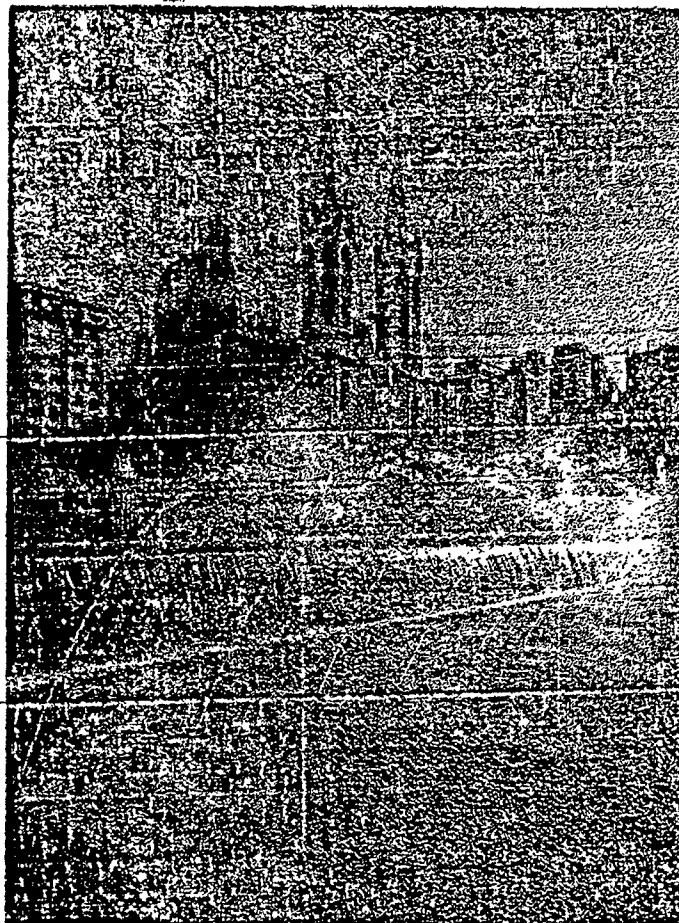


Prefeita Marta Suplicy

Secretaria de Finanças e Desenvolvimento Econômico
Secretário João Sayad

Assessoria Geral do Orçamento

Assessoria Técnica do Gabinete da Prefeita

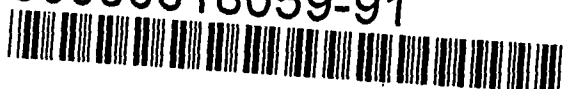


Anexos ao Projeto de Lei do **Plano Plurianual** **2002/2005**

ANEXO AO OFÍCIO ATL. Nº 328/01

CNC Solutions
Tipo: Processo Legislativo
4/11/2010 10:25:52

00000018059-91



INSTRUÇÃO

Prefeitura do Município de São Paulo

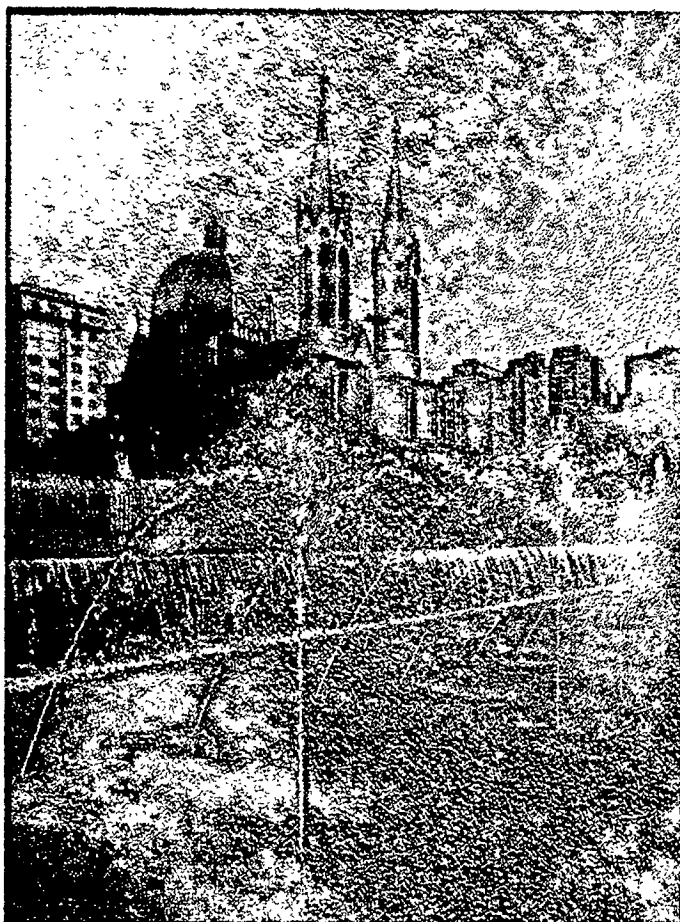


Prefeita Marta Suplicy

Secretaria de Finanças e Desenvolvimento Econômico
Secretário João Sayad

Assessoria Geral do Orçamento

Assessoria Técnica do Gabinete da Prefeita



Anexos ao Projeto de Lei do **Plano Plurianual** **2002/2005**



PLANO PLURIANUAL 2002/2005

ANEXO I

DIAGNÓSTICO SÓCIO-ECONÔMICO

DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

Introdução

As transformações experimentadas pela economia mundial nas duas últimas décadas do século XX, mais especialmente a partir dos anos 90, produziram mudanças substantivas tanto na dinâmica quanto na geografia urbana das grandes cidades, algumas delas passando a ser consideradas ou pretendendo ser “cidades mundiais”.

Nas metrópoles do mundo não desenvolvido, esse conjunto de transformações, já consagradamente denominado “globalização”, se objetiva na intensificação de uma configuração dual, em que as diferenças se aprofundam e riqueza e pobreza extremas convivem lado a lado, segregando, quase que exclusivamente pelo endereço, excluídos de incluídos.

Em nosso país, São Paulo constitui seguramente o exemplo mais bem acabado desse mundo dual produzido pela globalização, na qual o país foi celeremente inserido desde o início dos anos 90, com a adoção definitiva da agenda neoliberal, pelo governo central. De um lado temos um arremedo de cidade global, com elites internacionalizadas, procurando se proteger da violência gerada pelo crescimento da miséria, enclausurando-se em supostas redomas, em que a vida seria “de primeiro mundo”; de outro a pobreza em grande escala das enormes áreas periféricas, regiões superpovoadas, em total desamparo, esquecidas pelo poder público, dilaceradas pela violência e onde o que impera é o desalento.

Nesse contexto, por piores que sejam suas condições financeiras, o que cabe ao poder público municipal é tentar minimizar e, se possível, reverter, esses resultados perversos, que impedem que a cidade seja um espaço de convívio civilizado, humano e solidário. É só com a atuação firme e decidida do poder público, tanto mais fortalecida quanto maior for a participação da população no curso de suas decisões, que torna-se possível enfrentar a força descomunal das tendências produzidas pelo processo de globalização e pelas políticas econômicas dele derivadas.

Os investimentos que se espera fazer ao longo dos próximos quatro anos, bem como os programas de duração continuada que se espera implementar nesse período, e cujas cifras constam do presente Plano Plurianual, têm, portanto, como seu princípio básico, minimizar a exclusão social que vitima parte substantiva de sua população. Reverter, ainda que parcialmente, esse quadro, implica não só aumentar a quantidade dos equipamentos públicos prestadores de serviços à população, como garantir as condições para seu pleno funcionamento e para a melhora da qualidade dos serviços prestados. Implica ainda implementar programas que reduzam as disparidades de renda e qualifiquem a população mais marginalizada para enfrentar as demandas de um mercado de trabalho cada vez mais exigente e competitivo. Implica também recuperar minimamente, da degradação a que foram submetidas nos últimos anos, as condições

físicas da cidade, seus espaços públicos e o transporte coletivo, além de criar condições para o equacionamento do problema habitacional, seguramente um dos mais sérios da cidade. Implica finalmente resgatar a autoestima do morador de São Paulo, particularmente aquele das áreas de maior exclusão, criando e aprimorando mecanismos de participação popular nas decisões que envolvem os recursos públicos.

As considerações que se seguem visam apresentar, de modo mais detalhado, a situação sócio-econômica do município de São Paulo. Assim, apresentamos uma radiografia do perfil produtivo da cidade, bem como de sua evolução recente. Apresentamos também dados agregados sobre o perfil de sua população, tanto no que diz respeito à sua composição etária, quanto no que concerne a índices de exclusão regionalizados. Finalmente apresentamos um breve diagnóstico dos setores em que atua o poder público municipal.

Esse conjunto de informações mostra-se de extrema importância, não só porque permite visualizar concretamente a situação sócio-econômica dual da cidade, que acima indicamos, como porque são as considerações sobre essa realidade concreta que nos levam a propor o Plano Plurianual nos termos em que ele aqui vai apresentado.

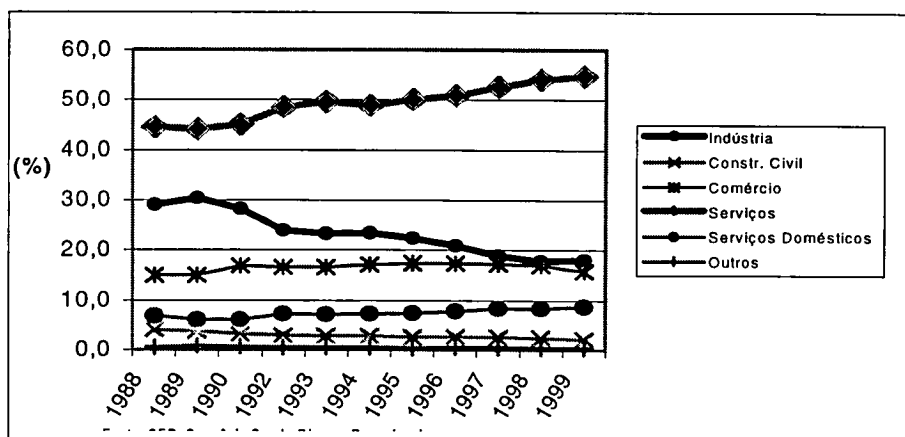
1. Perfil produtivo: atividade econômica, emprego e renda

Como indicamos acima, as enormes transformações experimentadas pela economia mundial nas duas últimas décadas tiveram conseqüências de variada ordem, dentre as quais uma mudança substantiva na dinâmica econômica das grandes cidades. Dentre os traços que mais se destacam nesse conjunto de mudanças, está o processo de desindustrialização e de reestruturação produtiva, que acabou por conferir a esses grandes espaços urbanos um perfil produtivo fortemente concentrado no setor terciário. Muitas das alterações recentes da geografia urbana dos grandes centros, verificada em vários países do mundo, decorreu da disposição dos setores privado e público de transformá-las em poderosos centros financeiros, de consumo e de entretenimento.

São Paulo não foi exceção a essa regra. A despeito da importância que ainda detém o setor industrial, é inegável que o setor de serviços vem crescendo em importância em nossa cidade. O gráfico I abaixo mostra a distribuição dos ocupados no município de São Paulo no período 1988-1999, onde fica evidenciada essa tendência. Além disso, dados da RAIS indicam que, em 1998, dos 504 estabelecimentos com mais de 500 empregados, apenas 122 são do setor industrial, enquanto que os do comércio e serviços somam 382.

Gráfico I

**Distribuição dos ocupados segundo ramos de atividade
Município de São Paulo – 1988 / 1999**



Fonte: SEP. Convênio SEADE-DIEESE. Pesquisa de Emprego e Desemprego.

A face perversa desse processo, movido tanto pelos imperativos tecnológicos quanto pela política econômica do governo federal, foi o crescimento acelerado do desemprego, além da precarização das relações de trabalho e do aumento de sua informalização. A tabela 1 abaixo mostra, com dados do Dieese, que, ao longo dos anos 90, a taxa de desemprego no município de São Paulo praticamente dobrou, informação também apresentada no Gráfico II.

Tabela 1

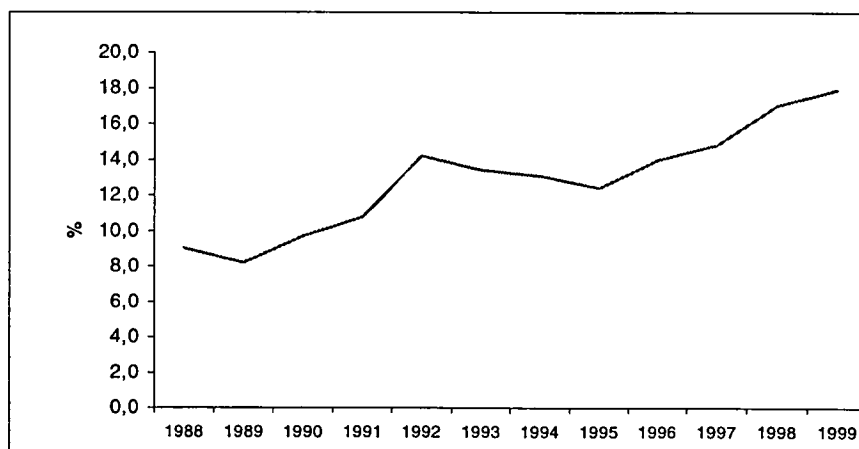
**Distribuição da População em Idade Ativa, segundo situação ocupacional
Município de São Paulo - 1990/1999 (%)**

Situação ocupacional/ ano	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
População em Idade Ativa	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
Pop. Econ. Ativa	60,8	s.i	61,9	61,8	61,3	61,5	62,4	62,3	62,4	62,9
Ocupados	54,9	s.i	53,1	53,5	53,3	53,9	53,7	53,1	51,7	51,7
Desempregados	5,9	s.i	8,8	8,3	8,0	7,6	8,7	9,2	10,7	11,2

Fonte: SEP. Convênio SEADE-DIEESE. Pesquisa de Emprego e Desemprego.

s.i.: sem informação.

Gráfico II
Desemprego no Município de São Paulo – 1988 / 1999



Fonte: SEP. Convênio SEADE-DIEESE. Pesquisa de Emprego e Desemprego.

A tabela 2 mostra outros dados sobre mercado de trabalho, incluindo também a Região Metropolitana de São Paulo, e que apontam na mesma direção: crescimento do desemprego e queda do rendimento médio real, particularmente nos setores industriais (indústria de transformação e construção civil).

Tabela 2

Desemprego total, rendimento médio real e distribuição dos ocupados por setores de atividade

Região Metropolitana e Município de São Paulo - 1988 / 1999

	Região Metropolitana			Município de São Paulo		
	1988	1999	Variação 1988/1999	1988	1999	Variação 1988/1999
Desemprego	11,10	21,80	96,40%	9,00	17,90	98,89%
Rendimento médio real*	971,00	868,00	-10,61%	1021,00	962,00	-5,78%
Indústria	32,20	19,60	-39,13%	29,10	18,00	-38,14%
Comércio	14,10	16,10	14,18%	14,90	15,80	6,04%
Serviços	41,60	52,70	26,68%	44,50	54,80	23,15%
Construção civil	4,30	2,30	-46,51%	4,00	2,20	-45,00%
Serviços domésticos	6,90	8,90	28,99%	6,80	8,80	29,41%

Fonte: SEP. Convênio Seade - Dieese. Pesquisa de Emprego e Desemprego

(*) Valores de nov/99

Cumpra ainda frisar que o perverso processo de dualização da cidade, decorrente tanto de fatores relativos à nova dinâmica do capitalismo, quanto da política econômica do governo central, foi potencializado pela ausência, nos últimos anos, de um poder local ativo e socialmente balizado, gerando uma situação de acúmulo de déficits de variada ordem que, no limite, ameaçam a própria sobrevivência do município como pólo econômico.

Essa dualização fica claramente configurada quando observamos os índices de exclusão e a densidade demográfica das várias regiões da cidade. Se tomarmos os índices de exclusão relativos a desenvolvimento humano (IEX-DH), estimados pelo “Mapa da Exclusão/Inclusão Social da Cidade de São Paulo – 2000”, elaborado sob a coordenação da Vereadora Aldaíza Sposati, perceberemos que, dos 96 distritos da cidade, apenas 29 não os têm negativos, e estes agregam, em seu conjunto, apenas 2,1 milhões dos 10,4 milhões de habitantes da cidade. De acordo com esse índice, portanto, 4/5 da cidade é composta por excluídos. Se considerarmos as áreas de exclusão absoluta, onde o IEX-DH se aproxima de -1, chegaremos a 30 distritos, que conjuntamente abrigam cerca de 4,5 milhões de pessoas.

A situação não é muito diferente quando consideramos os índices de exclusão por renda existentes no mesmo Mapa. Sob esse critério contamos, dentre os 96 distritos da cidade, 25 distritos com índices de exclusão acima de 50%, mas nesses 25 distritos vivem cerca de 4 milhões de pessoas. Não por acaso, a coincidência entre os dois conjuntos de distritos, os 30 com maiores índices de exclusão com relação a desenvolvimento humano e os 25 com maiores índices de exclusão por renda é quase completa. Ainda com relação à renda, os distritos que podem ser considerados como de inclusão social são 42, mas abrigam apenas 3,3 milhões de pessoas, ou seja, sob esse critério, mais de 2/3 da população da cidade tem renda média familiar que obriga a enquadrá-los dentre os excluídos.

Outros dados significativos da situação absolutamente desigual da cidade em termos sócio-econômicos certamente existem, mas esses parecem suficientes para demonstrar a necessidade de o poder público municipal utilizar todas as suas armas para tentar reverter essa situação, associando a dinâmica econômica da cidade com o desenvolvimento social e a redução das desigualdades.

Isto posto, são as seguintes as diretrizes que nortearão as ações a serem desenvolvidas e os correspondentes gastos em investimentos e programas de duração continuada nos próximos 4 anos:

Diretrizes

- potencializar economicamente e tornar socialmente mais justa a arrecadação tributária.
- dirigir o uso dos recursos públicos para projetos com retorno social.

- desconcentrar as atividades econômicas do município, articulando políticas administrativas, de geração de renda e de fomento a atividades locais, valorizando as áreas marginalizadas da cidade e potencializando a inclusão social.
- implementar políticas distributivas e compensatórias, promovendo atendimento integral à população de baixa renda.
- qualificar e requalificar a mão-de-obra, aumentando as oportunidades de emprego da população de baixa renda.
- multiplicar as atividades de geração de emprego e renda, estimulando atividades econômicas intensivas em mão de obra.
- incentivar os pequenos empreendedores viabilizando seu acesso ao crédito.
- incentivar e apoiar a criação de cooperativas de produção e consumo.
- pautar o escopo das ações econômicas municipais na perspectiva da articulação metropolitana.
- desenvolver relações nacionais e internacionais com outras cidades, organismos de cidade, governos nacionais e municipais e instituições multilaterais (BIRD, BID, UNESCO, FAO, OIT, OMS etc.), visando ampliar parcerias e convênios de interesse da cidade.

2. População e Demografia

Os últimos censos demográficos indicam que, até 1980, o crescimento populacional da capital esteve fortemente influenciado pelo processo migratório. A partir de então, a drástica redução de migrantes provocou uma diminuição acentuada no ritmo de crescimento da população – processo que se intensificou no período 1991/2000, cuja taxa de crescimento foi de 0,85 % a.a.

Tabela 3

População Residente
Município de São Paulo – 1970 / 2000

Ano	População (habitantes)	Taxa de crescimento No período Anual (%)
1970	5.924.615	
1980	8.493.226	3,67
1991	9.646.185	1,16
2000	10.405.867	0,85

Fonte : IBGE

Considerando-se a diminuição da natalidade de 28,23 nascidos vivos por mil habitantes (em 1980) para 21,65 (em 1996) e a diminuição do saldo migratório que, no período 1991/1980 foi de menos 756 mil pessoas e, no quinquênio 1996/1991, foi da ordem de menos 515 mil pessoas, o crescimento vegetativo é o principal fator de aumento populacional no Município. Do ponto de vista das carências sociais, porém, esses dois fatores, de fato positivos (redução da taxa de natalidade e estancamento do processo migratório), não trazem grande alívio, visto a dimensão dos deficits que se acumularam nas últimas décadas e que os indicadores de exclusão anteriormente comentados tão bem expressam.

Quanto à distribuição espacial da população, o fator mais significativo a destacar é a perda populacional dos distritos mais centrais e o crescimento substantivo das áreas periféricas (particularmente a região Sul, seguida pela região Leste e região Norte), processo esse que tem início nos anos 80. O crescimento dos distritos da periferia é digno de nota, existindo casos, como o do distrito de Anhanguera, em que a população mais do que dobrou no exíguo prazo de 5 anos.

O deslocamento da população residente nos distritos mais centrais rumo às áreas periféricas da capital, ou em direção a outros municípios da região metropolitana, se dá pela conjugação de diferentes fatores. No caso das populações de maior poder aquisitivo temos a deterioração das condições urbanas, principalmente nos distritos da área central, e a transformação no uso dos imóveis, da categoria residencial para a categoria comércio e serviços. No caso das populações de baixa renda, o fator mais importante que tem levado a esse deslocamento é o elevado e crescente custo das moradias nas regiões mais consolidadas e dotadas de infra-estrutura urbana não deteriorada.

Ainda no que diz respeito à distribuição espacial da população, cabe mencionar a existência em nossa cidade de um número de moradores de rua que, se pequeno em termos relativos (0,085% da população total), é substantivo em termos absolutos: uma pesquisa recente elaborada pela FIPE/USP detectou a existência de quase 9 mil pessoas nessa condições.

Do ponto de vista do perfil etário, o primeiro fator a destacar é o envelhecimento da população. Em 1980 a participação da faixa etária "60 anos e mais" no total da população era de 6,3%, porcentagem que passou para 8,6% em 1996. Vale lembrar, porém, que a participação dos grupos etários se dá de forma heterogênea no território municipal. As áreas mais consolidadas, onde vivem as camadas de renda mais elevada, tendem a apresentar maior peso de idosos no total da população residente, enquanto que, nas regiões periféricas, é ainda bastante significativa a participação de crianças e adolescentes.

Outro fator importante a apontar é o processo de feminilização da população, cujo início remonta aos anos 60, mas que tem se intensificado nas últimas décadas. Em 1980 havia, na capital, 95,6 homens para cada 100 mulheres, proporção que passou a ser de 91,0 homens/100 mulheres no ano 2000. Essa característica tende a ser mais acentuada na faixa dos idosos, visto que dados de 1998 indicam que a esperança de vida estimada

para o sexo masculino é de 65,2 anos, enquanto que para o sexo feminino é de 74,7 anos.

A situação populacional da cidade, bem como sua distribuição espacial, indicam quais são os grupos populacionais mais vulneráveis, informações essas que indicam as seguintes diretrizes a serem seguidas nos gastos com investimentos e programas de duração continuada nos próximos quatro anos:

Diretrizes

- desenvolver programas específicos e políticas compensatórias, visando a redução das situações de risco de crianças e adolescentes, principalmente nas áreas periféricas
- implementar programas específicos, articulando políticas de saúde, lazer e integração da terceira idade, visando atender a população mais idosa
- desenvolver programas, apoiar e incentivar ações que busquem atender a população de moradores de rua

3. Educação

Em consonância com os preceitos da LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação – o município de São Paulo atua fundamentalmente na educação infantil e fundamental, detendo ainda uma pequena participação no ensino médio. As tabelas a seguir mostram o número de unidades, número de matrículas e participação dos diferentes níveis de poder e do setor privado na oferta de vagas das várias modalidades de ensino.

Tabela 4
Unidades Escolares e Matrículas por Modalidade e Rede de Ensino

Unidades Escolares e Matrículas por Modalidade e Rede de Ensino								
Município de São Paulo								
1999								
Modalidades de Ensino	Total		Rede de Ensino					
			Estadual/Federal		Municipal		Particular	
	No. de Unidades	Matrículas	No. de Unidades	Matrículas	No. de Unidades	Matrículas	No. de Unidades	Matrículas
Creches	1.336	98.338	3	211	686	81.022	647	17.105
Pré Escola	1.751	289.387	2	214	390	215.034	1.359	74.139
Ensino Fundamental	2.287	1.730.420	980	894.775	401	554.628	906	281.017
Ensino Médio	1.086	599.378	551	483.731	8	5.503	527	110.144
Alfabetização de Jovens e Adultos	59	4.325	1	35	7	798	51	3.492
Ensino Fundamental de Jovens e Adultos	670	155.838	91	20.342	402	119.680	177	15.816
Ensino Médio de Jovens e Adultos	317	64.780	148	41.918	-	-	169	22.862
Suplência Profissionalizante de Jovens e Adultos	48	7.364	9	1.723	-	-	39	5.641

Fonte: Secretaria de Estado da Educação / SE - Centro de Informações Educacionais / CIE.
Secretaria Municipal de Planejamento / Sem pla - Departamento de Informações / Deinf.

Tabela 5

Participação Relativa das Redes de Ensino no Total de Matrículas por Modalidade

Participação Relativa das Redes de Ensino no total de matrículas por Modalidade de Ensino Município de São Paulo 1999				
Modalidades de Ensino	Rede de Ensino			
	Total	Estadual / Federal	Municipal	Particular
	Percentual	Percentual	Percentual	Percentual
Creches	100,0	0,2	82,4	17,4
Pré Escola	100,0	0,1	74,3	25,6
Ensino Fundamental	100,0	51,7	32,1	16,2
Ensino Médio	100,0	80,7	0,9	18,4
Alfabetização de Jovens e Adultos	100,0	0,8	18,5	80,7
Ensino Fundamental de Jovens e Adultos	100,0	13,1	76,8	10,1
Ensino Médio de Jovens e Adultos	100,0	64,7	-	35,3
Suplência Profissionalizante de Jovens e Adultos	100,0	23,4	-	76,6
Fonte: Secretaria de Estado da Educação / SE - Centro de Informações Educacionais / CIE.				
Secretaria Municipal de Planejamento / Sem pla - Departamento de Informações / Deinfo.				

Ensino Infantil

A rede municipal de ensino responde por cerca de 76% do total de atendimento no ensino infantil, enquanto que o setor privado responde por aproximadamente 24%. Do total das crianças atendidas 17% estão na faixa entre 0 a 3 anos; 36% tem 4 e 5 anos; 35% tem 6 anos e o restante (12%) tem mais de 6 anos. Em 1999, a municipalidade contava com 686 creches (diretas, indiretas e conveniadas), que atendiam 81 mil crianças. O setor privado participava da oferta de vagas com 647 creches com 17 mil crianças matriculadas.

Na faixa entre 4 a 6 anos de idade há grande número de crianças fora da pré-escola, pois a oferta de vagas nesta faixa é de 64% do total. Verifica-se, entretanto, grande disparidade entre os distritos quanto ao grau de cobertura neste serviço, sendo que os maiores déficits encontram-se nos extremos Leste, Sul e Norte da cidade. A experiência do Orçamento Participativo deste ano de 2001 evidenciou claramente a situação de déficit no atendimento a crianças de 0 a 6 anos no município, visto que essa foi a primeira prioridade na área de educação apontada pela população na enorme maioria dos distritos.

Ensino Fundamental

A oferta de vagas no ensino fundamental pelo poder público corresponde a 84% do total, sendo que 51% pela rede estadual e 33% pela municipal. O setor privado responde por aproximadamente 16%. Do total das crianças matriculadas, 39% estão na faixa entre 7 a 10 anos e 45% na faixa de 11 a 14 anos. Cabe ressaltar que aproximadamente 16% das matrículas é de jovens de 15 anos e mais. A defasagem entre idade e série no ensino fundamental é significativa. Dos alunos matriculados 23% tem idade acima da ideal para a série cursada. Esta defasagem cresce progressivamente entre as séries do ensino fundamental: 5% na 1ª série, 21% na 4ª série, 36% na 8ª série.

As regiões da cidade com maiores percentuais de defasagem idade/série são as periféricas, sobretudo no Sul e Leste, com 26% cada e Norte com 24%. A taxa de cobertura no ensino fundamental no município de São Paulo está bem próxima da universalização, com 92% das crianças e jovens na faixa de 7 a 14 anos freqüentando a escola. As maiores carências de atendimento localizam-se nos extremos das regiões Leste e Sul da cidade.

Ensino Médio

O Ensino médio, com duração mínima de 3 anos é a etapa final da educação básica e tem por objetivos a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental e a preparação básica para o trabalho e para a cidadania. Ainda não é obrigatória, mas a Constituição determina como dever do Estado sua progressiva universalização.

A rede de ensino estadual é responsável por 80% da oferta total de vagas neste nível de ensino. A prefeitura tem uma atuação restrita, respondendo por menos de 1% das vagas. O setor privado responde por aproximadamente 18%. Do total de matrículas, apenas 53% corresponde a jovens na faixa etária adequada a este nível de ensino (15 a 17 anos). Cerca de 17% das matrículas são de jovens de 18 anos e 30% é ocupada por alunos com 19 anos e mais. A defasagem entre idade e série no ensino fundamental é extremamente elevada. Do total de alunos matriculados, 44%, em média, tem idade acima da ideal para a série cursada. As regiões da cidade com maiores percentuais de defasagem idade/série localizam-se nos extremos Sul, Leste e Norte da cidade, sendo que apenas 52% da população de 15 a 17 anos encontra-se matriculada no Ensino Médio.

Alfabetização de Jovens e Adultos

Destinada a jovens e adultos que não tenham freqüentado ou concluído a escolarização regular na idade apropriada, essa modalidade de ensino é realizada através de cursos ou exames supletivos. Esses cursos concentram-se majoritariamente na rede particular, que responde por 81% das matrículas. A rede municipal atende 18% desses alunos, a rede federal tem apenas uma escola e a rede estadual não oferece cursos dessa natureza. Em

1999, havia, no município, cerca de 4.300 jovens e adultos frequentando cursos de alfabetização, sendo que os distritos periféricos ao Sul do município detinham o maior contingente desses estudantes (37%), pois é nessa região que concentra-se a maior quantidade de pessoas com menos de um ano de estudo.

Os dados e informações apresentados indicam que as seguintes diretrizes deverão nortear os gastos com investimentos e programas de duração continuada no setor da educação nos próximos quatro anos:

Diretrizes

- descentralizar equipamentos e serviços.
- ampliar o número de vagas de ensino infantil, com ênfase nas regiões periféricas, visando reduzir o claro deficit existente no município no atendimento a crianças de 0 a 6 anos.
- garantir a efetiva universalização do ensino fundamental.
- garantir o acesso à educação fundamental dos jovens e adultos que não a concluíram, seja nos cursos de suplência nas escolas municipais, seja por meio de programas específicos.
- incentivar a permanência de crianças e adolescentes na escola, por meio de programas específicos.
- garantir a formação permanente dos profissionais de ensino e a avaliação constante das práticas pedagógicas.
- estimular o uso de novas tecnologias, particularmente informática, como instrumentos educacionais.
- fortalecer o Conselho Municipal de Educação enquanto órgão normatizador, fiscalizador e articulador

4. Saúde

Dentre os indicadores mais significativos das condições de saúde de uma população estão os índices de mortalidade, bem como a análise de suas principais causas.

No que diz respeito à **mortalidade infantil**, os dados mostram uma evolução favorável desse indicador nos anos 90, se considerado o município como um todo (vide tabelas 6 e 7 abaixo). Ela declinou de 30,9 por mil nascidos vivos, em 1990, para 16,3 por mil, em 1999, uma queda, portanto, de mais de 40%. Essa taxa, no entanto, é ainda muito superior àquelas existentes nos países desenvolvidos, da ordem de 9,0 por mil.

Tabelas 6 e 7

Taxa de Mortalidade Infantil e Neonatal Município de São Paulo - 1990/ 1999

Ano	Mort. Infantil taxa por mil nascidos vivos	Mort. Neonatal taxa por mil nascidos vivos
1990	30,90	18,93
1991	26,03	16,98
1992	25,23	16,23
1993	25,67	16,45
1994	23,39	14,75
1995	23,46	14,86
1996	21,63	14,01
1997	19,86	13,18
1998	17,90	11,85
1999	16,29	10,85

Fonte: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE

Evolução da Mortalidade Infantil e Neonatal Município de São Paulo - 1990/ 1999

Ano	Índice mortalidade infantil	Índice mortalidade neonatal
1990	100,00	100,00
1991	82,85	87,75
1992	79,74	83,27
1993	86,95	90,47
1994	80,46	82,42
1995	79,54	81,80
1996	75,48	79,38
1997	71,08	76,57
1998	64,54	69,40
1999	58,35	63,07

Fonte: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE

Além disso, a evolução favorável da taxa média do município esconde desigualdades significativas aí existentes e que aparecem quando o dado é enfocado sob o ângulo local, ou seja, desagregado para os distritos municipais. Em 39 dos 96 distritos da cidade, a mortalidade infantil situa-se acima da média observada para o município, sendo que, em 11 deles, as taxas apresentam valores acima de 20 mortes por mil nascidos vivos (23,6 por mil na Vila Curuçá). No extremo oposto, 7 distritos apresentam taxas inferiores a 9 mortes por mil nascidos vivos (5,3 por mil no Jardim Paulista), padrão que corresponde à situação verificada nas áreas mais desenvolvidas do globo.

Os fatores que determinam a taxa de mortalidade infantil são de variada ordem. Assim, mesmo no caso de populações de nível de renda extremamente reduzido, ações localizadas de educação sanitária ou voltadas para cuidados pré e pós-parto incidem significativamente em sua redução. Dessa forma, as taxas mais elevadas são encontradas não apenas nas áreas mais pobres, onde é maior a proporção de moradias precárias (favelas, cortiços etc.), mas principalmente naquelas em que, à condição de pobreza, associa-se a carência de infraestrutura e equipamentos públicos na prestação de serviços de saúde e a ausência de políticas específicas para combatê-la, particularmente aquelas atinentes à medicina preventiva.

A incidência da **mortalidade neonatal** (aquela que ocorre até o 28º dia após o nascimento) também chama a atenção em São Paulo. Mais da metade (50,2%) do total de óbitos de menores de um ano de idade ocorre no período neonatal. A redução desse tipo de óbito depende diretamente de melhoria no acompanhamento médico-hospitalar no período pré-natal, no parto e no pós-parto.

A taxa de **mortalidade materna** (medida por cem mil nascimentos) constitui mais uma variável associada às condições de pobreza e de insuficiência na estrutura médico-hospitalar disponível. Para efeito de comparação, vale lembrar que, em 1998, nos Estados Unidos, essa taxa situava-se no patamar de 7,1 por cem mil, enquanto que, no Estado de São Paulo, para o mesmo ano, era de 45,6 e no Município de São Paulo, atingia o nível de 58,3. Também no caso da mortalidade materna, sua incidência pode ser facilmente reduzida se ações preventivas forem desenvolvidas, especialmente junto às populações de baixa renda.

Tabela 8

Taxa de Mortalidade Materna
Estado de São Paulo e Município de São Paulo - 1990/1999

Ano	Taxa Mortalidade Materna ⁽¹⁾	
	Estado	Município
1990	53,7	51,3
1991	48,9	49,6
1992	44,2	44,2
1993	46,9	49,5
1994	50,4	42,5
1995	46,3	52,3
1996	41,6	49,9
1997	49,0	60,2
1998	45,6	58,3
1999	41,4	47,3

Fonte: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE

Elaboração CIS/ SES

(1) Taxa por 100 mil nascidos vivos

Quanto à **mortalidade por AIDS**, a despeito da queda geral de óbitos que se observa a partir de 1995, observa-se também uma mudança no perfil dos atingidos, tanto espacialmente, com o deslocamento da epidemia para as regiões periféricas, quanto em termos de gênero, pois ela atinge hoje menos os homens e mais as mulheres, particularmente aquelas de menor poder aquisitivo.

O progressivo envelhecimento da população e a melhoria nas condições de atendimento médico, embora ocorrendo de forma desigual no território nacional, vem tendo reflexos diretos no **perfil da mortalidade**. Para a média da população, vêm se reduzindo os óbitos provocados por doenças infecciosas (típicas da pobreza e da infância) e vêm aumentando as mortes por doenças crônico-degenerativas, especialmente em centros urbanos melhor dotados de infraestrutura médico-hospitalar.

No Município de São Paulo, no período de 1996 a 2000, as principais causas de morte foram, pela ordem, as doenças do aparelho circulatório, os tumores e cânceres, as causas externas (principalmente homicídios e acidentes de trânsito), as doenças do aparelho respiratório, as doenças infecciosas e as doenças do aparelho digestivo.

Um dado que chama a atenção é o aumento da **mortalidade por causas externas** no município, fator esse que, desde 1998, constitui a principal causa de morte para a população masculina da cidade. Mas estas causas incidem de maneira diferenciada sobre os vários segmentos da população e assim, os perfis de mortalidade estão relacionados com os diferentes graus de exposição aos fatores de risco e oportunidades de acesso aos serviços de saúde, entre outros aspectos, gerados pelas desigualdades nas condições de vida.

Os homicídios corresponderam, em 2000, a 65,2% do total de óbitos da categoria causa externa. O segundo motivo, os acidentes de trânsito, tiveram uma participação de 12,7% no total de mortes por causas externas. Tem-se verificado, para o Município de São Paulo, a partir de 1997, um crescimento contínuo da taxa geral de homicídios, que passou de 47,38 por cem mil habitantes para 57,45 por cem mil no ano 2000. Os índices mais elevados (superiores a 80,0 por cem mil habitantes) correspondem aos verificados em distritos da periferia das zonas sul, leste e norte, tais como Capão Redondo, Jardim Ângela, Guaianazes e Brasilândia. Alguns distritos da zona central, como Sé e Brás também apresentam elevadas taxas de homicídios.

Quanto aos acidentes de trânsito, observou-se uma redução nas ocorrências com vítimas fatais. Assim a taxa que indica o número de vítimas fatais por cem mil habitantes, passou de 18,59 em 1996 para 11,22 em 2000. A entrada em vigor do novo Código Nacional de Trânsito (janeiro/1998), que prevê penalidades rigorosas aos infratores, aliada ao trabalho de fiscalização, pode, seguramente, ser associada à redução no número de mortes por este tipo de causa.

As causas externas matam de forma significativa mais homens do que mulheres. Das mortes por causas externas verificados em 2000, 86% eram de homens e 14% de mulheres. A população masculina (especialmente aquela situada na faixa etária entre 15

e 40 anos) é a mais atingida. Quanto aos homicídios, 92,5% das vítimas são do sexo masculino. Quanto às vítimas de acidentes de trânsito, 77% são homens.

Rede Pública de Equipamentos de Saúde

A eficácia e a efetividade da rede pública de equipamentos de saúde no atendimento à população numa metrópole como São Paulo está relacionada ao seu dimensionamento físico, à distribuição dos equipamentos no território municipal e à forma de gestão e hierarquização da rede.

As tabelas 9 e 10 a seguir mostram a oferta de equipamentos públicos de saúde no município, tanto no que diz respeito ao atendimento básico quanto no que tange ao atendimento de especialidades médicas. As tabelas mostram ainda a participação de cada nível de governo na oferta desses equipamentos. O fato de o município ter ficado, até o ano de 2000, ausente do Sistema Único de Saúde (SUS) é o que explica a preponderância verificada da participação do nível estadual de governo, visto que só no presente exercício iniciou-se o processo de municipalização da saúde, já bastante adiantado em todos os demais municípios do estado de São Paulo.

Tabelas 9 e 10

Unidades de Atendimento Básico à Saúde por Rede

Município de São Paulo

1999

Município de São Paulo	415
Rede Municipal	144
Posto de Atendimento à Saúde	100
Unidade Básica de Saúde	44
Rede Estadual	254
Centro de Saúde	145
Unidade Básica de Saúde/Ambulatório	109
Rede Federal	17
Posto de Atendimento Médico	17

Fonte: Secretaria Municipal da Saúde - Assessoria de Planejamento - ASPLAN e
Secretaria Estadual da Saúde - Centro de Informações da Saúde - CIS

Unidades de Atendimento Especializado à Saúde por Rede

Município de São Paulo

1999

Município de São Paulo	257
Rede Municipal	100
Centro de Convivência e Cooperativa	13
Centro de Referência em Saúde do Trabalhador	5
Hospital - Dia em Saúde Mental	14
Pronto-Socorro	12
Unidade de Atendimento Domiciliar	1
Laboratório	1
Ambulatório de Especialidades	18
Consultório Odontológico	2
Centro Orientação e Apoio Sorológico - DST/AIDS	25
Centro de Referência em Saúde da Mulher	1
Centro de Referência Infantil	2
Centro de Referência em Farmacodependência	5
Clínica Oftalmológica	1
Rede Estadual	157
Casa Aids	1
Instituto/Pesquisa	8
Clínica Especializada	16
Centro de Atendimento ao Desenvolvimento Infantil	23
Clínica Odontológica	6
Serviços de Diagnóstico e Terapia	80
Unidade Móvel	23

Fonte: Secretaria Municipal da Saúde - Assessoria de Planejamento - ASPLAN e
Secretaria Estadual da Saúde - Centro de Informações da Saúde - CIS

No que diz respeito á rede hospitalar, o Município dispunha, em 1999, de 34.537 leitos, espalhados em 199 unidades hospitalares (vide tabelas 11 e 12 abaixo). O coeficiente entre o número de leitos e o número de habitantes indicava uma disponibilidade de 3,47 leitos/mil habitantes, abaixo, portanto do padrão preconizado pela OMS, que é de 4,5 leitos/mil.

Numa cidade do porte de São Paulo, os hospitais, ao contrário do que ocorre com as unidades voltadas ao atendimento básico, servem não apenas a população local. Pelo grau de especialização dos serviços que oferecem, o atendimento prestado pelos hospitais estende-se a áreas que ultrapassam o âmbito municipal e mesmo estadual. Apesar dessa característica, que impõe limites a uma leitura do numero de leitos disponíveis feita estritamente no nível do município, nota-se que há uma concentração das unidades hospitalares nas regiões Centro e Sul do município, já que 63,7% dos leitos disponíveis na cidade são oferecidos por hospitais nelas localizados, enquanto que, na populosa zona Leste localizam-se apenas 14,9% dos leitos hospitalares do município.

Tabela 11

Hospitais e Leitos por rede
 Município de São Paulo
 1999

UNIDADES TERRITORIAIS	REDE MUNICIAPAL		REDE ESTADUAL		REDE PARTICULAR		TOTAL	
	Hospital	Leito	Hospital	Leito	Hospital	Leito	Hospital	Leito
MSP	17	2.750	37	13.895	145	17.892	199	34.537

Fonte : Secretaria Municipal de Saúde – Assessoria de Planejamento ASPLAN/PLAN
 Secretaria Estadual de Saúde – Centro de Informações de Saúde / CIS

Tabela 12

Coeficiente de Leitos Gerais
 Município de São Paulo
 1999

Unidades Territoriais	População (1)	Total de Leitos	Coeficiente de Leitos Gerais (2)
MSP	9.957.234	34.537	3,47

Fonte : Secretaria Municipal de Saúde – Assessoria de Planejamento ASPLAN/PLAN
 Secretaria Estadual de Saúde – Centro de Informações de Saúde / CIS

(1) Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE – Estimativa Sempla com base nos censos de 1991 e 1996

(2) Segundo a Organização Mundial de Saúde o Coeficiente de leitos gerais internacionalmente aceito é de 4,5/mil habitantes

Consideradas as informações acima apresentadas sobre as condições de saúde da população, as desigualdades aí existentes e a infra-estrutura de equipamentos disponível na cidade, são as seguintes as diretrizes que deverão nortear os gastos com

investimentos e programas de duração continuada na área da saúde no município de São Paulo, nos próximos quatro anos:

Diretrizes

- implementar políticas visando a universalidade, equidade e integralidade na prestação dos serviços de saúde no município.
- efetivar o processo de municipalização da saúde, habilitando o município não só à gestão plena da saúde básica, como à gestão plena do sistema.
- descentralizar as ações e serviços e efetivar políticas locais, pensadas e implementadas em âmbito distrital.
- priorizar ações e serviços de saúde de forma direta pelo poder público.
- articular ações intersetoriais que incidam sobre os determinantes das condições de vida.
- assegurar o atendimento integral de indivíduos, grupos e coletividade por meio da atuação de equipes multidisciplinares, com ênfase na medicina preventiva.
- aumentar a oferta de equipamentos públicos e modernizar e aparelhar as unidades de saúde.
- requalificar e desenvolver recursos humanos para garantir o funcionamento dos postos de saúde com atendimento por profissionais especializados.
- garantir o acesso dos munícipes às informações de interesse da saúde; garantir sistema local de informações para tomadas de decisão e intervenções imediatas necessárias a manutenção das condições de saúde da população.
- fortalecer o Conselho Municipal de Saúde e organizações distritais.
- restabelecer o poder deliberativo dos fóruns do SUS.
- implementar o Programa de Saúde da Família.
- Implementar programas de saúde visando grupos específicos (mulher, idoso, trabalhador, portadores de necessidades especiais etc.).
- Implantar e ampliar programas voltados a especialidades médicas.
- implantar e coordenar sistemas de vigilância sanitária, epidemiológica, de controle de zoonoses e laboratórios de Saúde Pública.

5. Cultura

A cidade de São Paulo destaca-se como um dos principais pólos culturais do país, sediando grande número de eventos, para os quais são indispensáveis a existência e adequação dos equipamentos do setor. A cidade conta com 190 salas, com aproximadamente 97.000 assentos, destinadas à encenação de peças de teatro, realização de shows e concertos. Neste segmento, a iniciativa privada representa mais de 80% dos locais e assentos.

Existem ainda no município 203 salas de cinema, num total de aproximadamente 50.000 assentos, sendo a quase totalidade pertencente à iniciativa privada. Para a realização de atividades culturais diversas, a cidade conta com 43 locais, os conhecidos Centros ou Espaços Culturais, sendo 33 do setor público (11 do governo do estado e 22 da Prefeitura). A esfera pública (Estado e Município) possui, também, 65% dos museus da cidade. O Município tem uma rede de 63 bibliotecas, distribuídas por toda a cidade, sendo 36 delas infanto-juvenis, além da Biblioteca Central (Mário de Andrade), cujo porte e acervo extrapolam os limites de São Paulo.

Essa substantiva oferta de equipamentos garante as condições materiais para uma vida cultural pujante e diversificada. Contudo, uma parte substantiva da população não se beneficia dessa característica da cidade. O acesso mais difícil das áreas periféricas aos equipamentos culturais, o baixo nível de renda de sua população, a pequena oferta de espetáculos gratuitos, a falta de incentivo derivada do baixo nível de instrução e do enorme espaço ocupado pela mídia televisiva no tempo livre dessas camadas são todos fatores que se combinam no sentido do diagnóstico de que há também um substantivo deficit cultural no município e que atinge parcelas específicas de sua população.

Dado esse diagnóstico, são as seguintes as diretrizes que deverão nortear os gastos com investimentos e programas de duração continuada nos próximos quatro anos:

Diretrizes

- descentralizar equipamentos e serviços.
- incentivar participação da população através de fóruns de cultura.
- criar espaços culturais nas diversas regiões.
- realizar eventos e “produzir” cultura nas áreas mais distantes do centro.
- Implantar programas culturais específicos para incentivar os jovens e adolescentes das regiões periféricas.
- utilizar as escolas municipais como espaços de produção e convívio cultural por meio de políticas setoriais integradas.
- Incentivar e apoiar manifestações de cultura popular e étnico-culturais.

- envolver a comunidade na identificação e proteção do patrimônio artístico-cultural.
- criar, ampliar e conservar acervos e equipamentos culturais: teatros, centros-culturais, bibliotecas, museus e casas de cultura.
- integrar equipamentos culturais aos setores da área social da administração.
- preservar os bens de valor histórico, artístico e cultural, paisagens naturais e construídas, sítios arqueológicos e referências urbanas.

6. Esportes, Lazer e Recreação

A participação da Prefeitura na rede de equipamentos voltada às atividades esportivas na capital é bastante significativa: dos 655 equipamentos já cadastrados na cidade (os dados das redes estadual e particular encontram-se em fase de atualização) cerca de 632 pertencem à municipalidade.

Tabela 13
Equipamentos de Esportes, Lazer e Recreação

Região	Equipamentos por Rede							
	Municipal							Estadual Particular
	Total	Pequeno Porte ⁽¹⁾	Médio porte ⁽²⁾	Grande Porte ⁽³⁾	Total	Desativado/	Total	Grande Porte ⁽³⁾
	Geral				Municipal	Abandonado	Ativo	
MSP	655	565	38	29	632	132	494	4 ^(*) 19 ^(*)

Fonte: Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação / SEME.

Elaboração: Secretaria Municipal de Planejamento Urbano / Sempla - Departamento de Informações / Deinfo.

⁽¹⁾ Centros Desportivos Municipais, Campos, Modelódromos e outros

⁽²⁾ Centros Educacionais e Esportivos Balneários e Mini Balneários

⁽³⁾ Clubes Desportivos, Estádios, Centro Olímpico, Autódromo

^(*) Dados em fase de atualização

Deste contingente, aproximadamente 90% são considerados equipamentos de pequeno porte, a grande parte constituída por unidades esportivas autônomas, administrados por entidades da sociedade civil e geralmente localizados em regiões mais periféricas.

Os equipamentos de médio porte – centros educacionais e esportivos, balneários e mini balneários – diretamente administrados pela Prefeitura, localizam-se majoritariamente em áreas mais tradicionais, mas também são encontrados em alguns (poucos) distritos periféricos. Entretanto, o uso destes equipamentos fica prejudicado em razão de muitos deles encontrarem-se em situação precária, necessitando de reformas. Aliás, essa é uma das razões pelas quais 132 dos 632 equipamentos municipais encontram-se desativados

ou abandonados, necessitando, portanto, de um programa urgente de recuperação para serem reincorporados ao patrimônio esportivo municipal.

A Prefeitura mantém ainda 29 equipamentos considerados de grande porte, e que sediam os grandes eventos esportivos da capital. As informações atualmente disponíveis indicam que as redes pública e particular contribuem com equipamentos de grande porte para a realização de atividades esportivas na capital – os quais, além das atividades cotidianas, também colaboram na realização dos importantes eventos da cidade.

Quanto ao número de eventos realizados, embora se observe recentemente um expressivo aumento tanto em seu número quanto no da parcela da população neles envolvida, este número é ainda muito reduzido para uma cidade do tamanho de São Paulo, bem como é ainda inexpressiva a participação da população nessas atividades. Considerando-se o papel que as atividades de esportes, lazer e recreação podem e devem desempenhar na prevenção da criminalidade, principalmente no tocante às crianças e adolescentes das regiões mais carentes, disponibilizando equipamentos e pessoal para a realização de eventos que visem o desenvolvimento e bem-estar físico e mental destes segmentos, a situação acima apontada está muito longe da ideal.

As diretrizes que deverão nortear os gastos com investimentos e programas de duração continuada nos próximos quatro anos no município, na área de esportes e lazer, foram desenhadas visando, primordialmente, reverter essa situação.

Diretrizes

- descentralizar equipamentos e serviços.
- otimizar o uso da rede de equipamentos esportivos através de programação intersecretarial.
- desenvolver programações esportivas e de lazer com a participação e recursos da comunidade local.
- Desenvolver programação de esportes e lazer em parcerias com outras esferas de governo e com a sociedade civil.
- formar ou aperfeiçoar recursos humanos de suporte às atividades de esporte, cultura e lazer, integrando-os com programas de inserção e reinserção de mão-de-obra no mercado.
- desenvolver programação específica para crianças e adolescentes, idosos, portadores de necessidades especiais e demais grupos vulnerabilizados.
- retomar o controle e a finalidade pública dos equipamentos municipais recuperando suas instalações.

- implementar programas educacionais de conservação e utilização adequada dos equipamentos municipais.
- ampliar horários de atendimento nas unidades desportivas municipais.
- incentivar e apoiar a criação de entidades desportivas e clubes nas regiões periféricas.
- utilizar as escolas públicas, nos finais de semana, para a realização de atividades integradas nas áreas de esporte, lazer e cultura; estimulando a capacitação de monitores locais.
- criar cursos básicos de formação nas diversas modalidades esportivas direcionados a crianças e adolescentes e incentivar a prática de esportes através de competições.
- estabelecer parcerias com a iniciativa privada para fornecimento de material de apoio às atividades nos finais de semana e torneios esportivos em geral.
- fomentar o aproveitamento de espaços em vias públicas para lazer e recreação nos finais de semana (ruas de lazer).

7. Segurança Pública

A evolução do número de crimes ocorridos na cidade de São Paulo na última década confirma a inclusão da cidade dentre as mais violentas do mundo. No período 1990-1998, observa-se um aumento de 34% no total de crimes ocorridos na capital, o que elevou em 26% o índice de vítimas por 100.000 habitantes no período (vide tabela 14, a seguir).

Tabela 14
Crimes Registrados
Município de São Paulo – 1990 e 1998

Ano	Total de Crimes (1)	Vítima por 100.000 hab (2)
1990	337.127	3.536
1998	451.627	4.414

(1) inclui crimes contra a pessoa, contra o patrimônio, contra os costumes, contra a Incolumidade pública e outros.

(2) População Estimada 1990 - 9.535.201 habitantes
1998 - 10.232.037 habitantes

Fonte: Secretaria de Segurança Pública/SP

Das diversas modalidades de crimes, duas chamam especialmente a atenção: os crimes contra a pessoa, que envolvem os homicídios, as tentativas de homicídios e os acidentes de trânsito, representando 20% do total, e os crimes contra o patrimônio, ou seja, os furtos e roubos em geral, que respondem por 75% do total de ocorrências criminosas.

Tabela 15
 Crimes quanto à Natureza
 Município de São Paulo – 1990 e 1998

Natureza do Crime	1990		1998	
	N	%	N	%
Contra a Pessoa	95.194	28,2	91.973	20,4
Contra o Patrimônio	228.106	67,7	338.111	74,9
Contra a Incolumidade Pública	3.480	1,0	4.855	1,1
Contra os Costumes	3.726	1,1	3.102	0,7
Outros	6.621	2,0	13.586	2,9
Total	337.127	100,0	451.627	100,0

Fonte: Secretaria de Segurança Pública/SP
 Fundação Seade

A tabela 15 mostra um crescimento expressivo dos crimes contra o patrimônio no anos 90, uma vez que o aumento de ocorrências desse tipo no período foi de 42%. O roubo de veículos responde por parte substantiva desse aumento, visto que o número dessas ocorrências cresceu em 78%, passando de 6 para 10 veículos roubados por hora.

Igualmente preocupante é a elevada taxa média de 71 homicídios ou tentativas de homicídio para cada 100.000 habitantes. Esse indicador revela não apenas a efetivação mas também a intenção do homicídio, o que, do ponto de vista da segurança pública é igualmente significativo. Essa taxa elevada, entretanto, distribui-se de forma diferenciada no território da capital, havendo regiões onde a ocorrência de homicídios é mínima (normalmente em áreas de bom padrão sócio-econômico) e outras onde a incidência é bastante elevada (áreas carentes e geralmente periféricas).

Considerando tal situação, são as seguintes as diretrizes que devem nortear os gastos em investimentos e programas de duração continuada na área de segurança pública nos próximos quatro anos:

Diretrizes

- aproximar a comunidade dos agentes de segurança, mediante descentralização dos serviços.
- assegurar o policiamento preventivo dos próprios municipais.

- estimular a criação de conselhos distritais para elaboração e execução de planos de redução da violência.
- controlar e reduzir violência local através de ações múltiplas e integradas entre unidades locais da Prefeitura.
- desenvolver projetos para adolescentes e jovens adultos em condições de vulnerabilidade social, para evitar sua inserção na criminalidade.
- proceder a reciclagem dos recursos humanos vinculados à segurança, através de treinamento e avaliação.
- recuperar a vocação dos espaços públicos da cidade para uso pelos cidadãos.
- mobilizar a sociedade pela redução das desigualdades e contra as práticas de violência.
- integrar e coordenar ações de segurança com questões de trânsito e defesa civil.
- elaborar políticas de educação de trânsito

8. Abastecimento

A cidade conta, atualmente, com 31 sacolões e 13 mercados Municipais, que têm o intuito de oferecer à população maior qualidade e menor preço nos alimentos ofertados. Quanto aos bares, lanchonetes e restaurantes, a Prefeitura tem exercido rigorosa fiscalização a fim de garantir aos seus frequentadores, de todos os níveis, alimentação saudável, coordenando ainda o atendimento às reclamações sobre ruídos produzidos em ambientes fechados.

Além disso, a política de abastecimento do município envolve o fornecimento de merendas aos alunos das creches e escolas municipais. Com as mudanças implementadas no presente exercício, como a introdução do jantar, são 900 mil as refeições servidas a cada dia nas 870 escolas e 305 creches da rede municipal. Além disso, as creches conveniadas recebem também da Prefeitura os alimentos não perecíveis e as frutas do cardápio.

O fornecimento da merenda, bem como sua permanente melhora, procura beneficiar, com a garantia de uma alimentação saudável e equilibrada, um dos segmentos mais vulneráveis da população, que é o das crianças pertencentes a famílias de baixa renda. Outro programa que busca o mesmo objetivo é o leve-leite, que auxilia no combate à desnutrição infantil.

Contudo, muitos segmentos da população, particularmente aqueles de mais baixa renda e residentes nas regiões mais periféricas da cidade são ainda penalizados pela ausência de oportunidades de adquirir alimentos a baixo custo.

Dado esse quadro, são as seguintes as diretrizes que deverão nortear os gastos com investimentos e programas de duração continuada na área de abastecimento no município nos próximos quatro anos:

Diretrizes

- reduzir os preços dos alimentos pelo aperfeiçoamento e ampliação de serviços (feiras, mercados municipais, e sacolões) e apoio à iniciativas das empresas privadas e da comunidade.
- desenvolver estudos inter-secretariais sobre redução da cadeia de intermediação, para reduzir custos dos estabelecimentos de pequeno porte na periferia.
- efetuar o levantamento de áreas cobertas disponíveis para cooperativas de alimentos e restaurantes comunitários.
- efetuar o levantamento de novas áreas para sacolões, varejões e postos de venda de produtos de safra com participação comunitária.
- efetuar o levantamento de áreas disponíveis para a implantação de feiras confinadas, especialmente em regiões com distribuição rarefeita.
- utilizar mão-de-obra local na comercialização e distribuição dos produtos.
- implementar programas de controle de qualidade de produtos agrícolas.
- aperfeiçoar alternativas de abastecimento nos conjuntos habitacionais.
- expandir a rede de distribuição de alimentos processados para alunos da rede municipal, população excluída, e moradores de rua (restaurantes Comunitários).
- estimular a implantação de hortas comunitárias e domiciliares propiciando assistência técnica e material.
- estimular organizações comunitárias voltadas para o abastecimento alimentar: cooperativas de consumo, grupos de compra, associações de compras comunitárias e hortas comunitárias
- capacitar e unificar as ações dos diversos órgãos envolvidos com o abastecimento alimentar.
- intervir no abastecimento em situações de emergência, em articulação com as demais esferas de governo e com as instituições privadas.

9. Serviços de Utilidade Pública

- desenvolvimento humano com qualidade de vida numa cidade como São Paulo exige qualidade e garantia de oferta nos serviços de utilidade pública e a acessibilidade dos mesmos a todas as camadas da população. Isto implica, por parte do poder municipal,

uma gestão integrada com os concessionários e prestadores de serviços e o desenvolvimento de interfaces com as demais esferas de governo.

No caso da **energia elétrica**, a operação do sistema de distribuição no município de São Paulo está a cargo da Eletropaulo, empresa controlada pelo grupo americano AES. A empresa foi dividida em unidades autônomas de negócios e serviços abrangendo sua área de concessão. A oferta de energia é dinâmica e pode estar sendo modificada à medida que forem introduzidos novos investimentos. A maior restrição encontra-se na capacidade de geração de energia e não na distribuição da mesma. O consumo de energia na cidade de São Paulo distribui-se nas classes e percentuais a seguir (dados de 1998): industrial - 22%, comercial e serviços - 28%, residencial - 39% e outras atividades - 11%.

No que diz respeito ao **abastecimento de água**, a prestação desse serviço está, desde 1973, totalmente a cargo da SABESP. Atualmente, 100% do município está coberto pela rede de abastecimento de água. O Município de São Paulo é servido por três sistemas: **Cantareira** - que produz 31 m³ por segundo, sendo que a água é captada e tratada na Estação de Guaraú, atendendo as regiões norte, centro, parte da leste e parte da oeste do município; **Guarapiranga** - que produz 13 m³ por segundo e, através das Estações Alto da Boa Vista e Teodoro Ramos, atende a zona sul da cidade; e **Alto Tietê** - que, implantado em 1993, com os reservatórios de Jundiaí e Taiaçupeba, produz 10 m³ por segundo e atende a região leste da cidade. O consumo per capita da cidade é de 180 litros/dia, estimando-se em 30% a perda de água ao longo das tubulações. A SABESP, operando em 31 municípios da RMSP, dispõe de 22,8 mil quilômetros de redes, 119 reservatórios, além de 1.340 km de rede adutora.

Quanto à **coleta e tratamento de esgotos**, é também, a SABESP a responsável pelo serviço. Em 1992, iniciou-se o Projeto Tietê, que consiste num conjunto de obras destinadas a ampliar a capacidade de coleta, interceptação e tratamento dos esgotos da Região Metropolitana de São Paulo. Na conclusão da primeira fase, os resultados foram expressivos: aumento de 67% para 85% na coleta de esgotos e, de 22% para 60%, no tratamento dos esgotos coletados. O sistema de esgotos é formado pelas estações de Barueri (9,5 mil litros por segundo), Suzano (1,5 mil litros por segundo), ABC (3 mil litros por segundos), Parque Novo Mundo (2,5 mil litros por segundo) e São Miguel (1,5 mil litros por segundo).

Um dos grandes problemas da cidade diz respeito à **drenagem urbana**. A drenagem plúvio-fluvial está intimamente ligada à urbanização. A multiplicação de construções e atividades, especialmente quando desordenadas, majoram significativamente a ocorrência do fenômeno natural das enchentes. A solução deste problema, especialmente em várzeas e fundos de vale, consiste em diminuir a frequência e a gravidade das enchentes, que fazem parte da história da cidade e cuja frequência nunca deixou de crescer. Esse fenômeno foi crescendo naturalmente, como consequência da substituição da vegetação por espaços densamente impermeabilizados. Essas causas, bem conhecidas, têm sido pouco controladas, resultando então em efeitos que demandam correções excessivamente onerosas.

Outro problema grave da cidade está relacionado à questão dos **resíduos sólidos**. Considerando-se que cada habitante produz, hoje, entre 0,8 kg a 1,3 kg de lixo por dia (dependendo do poder aquisitivo da área considerada), tem-se um volume total aproximado de 14 mil toneladas/dia de resíduos coletados regularmente. Deste total, 82,8% são resíduos domiciliares e 16,5%, entulho, dispostos em apenas dois aterros sanitários, o Sítio São João, situado no extremo leste da cidade e o Aterro Bandeirantes, em Perus, que ainda recebe diariamente cerca de duas mil toneladas de resíduos industriais. Ambos os aterros estão com a vida útil praticamente esgotada e, segundo especialistas, suas operações têm encerramento previsto num prazo inferior a 5 anos.

Os resíduos dos serviços de saúde (pouco menos de 100 ton/dia) são tratados em sua quase totalidade na Unidade de Tratamento do Jaguaré, pelo processo de desativação eletrotérmica, sendo os resíduos encaminhados para o Aterro Sítio São João.

A coleta seletiva, ainda que estabelecida por lei municipal, é praticamente inexistente. Resume-se a cerca de 130 toneladas por mês, apesar do potencial existente para a reciclagem. A quantidade de materiais recicláveis no lixo gerado é estimada em cerca de 48% de matéria orgânica, 17% de plástico, 16% de papel, 3% de metais ferrosos, 1% de metais não ferrosos (alumínio), e 1% de vidro.

Quanto às **telecomunicações**, é patente, nos últimos anos, a multiplicação da oferta desses serviços na cidade, com o crescimento constante de terminais telefônicos, da telefonia móvel, das redes de TV a cabo, de sistemas computadorizados em rede, de microcomputadores etc.. Todavia, uma parcela substantiva da população ainda está excluída desses benefícios, particularmente do acesso a computadores e da comunicação via internet.

Dado o quadro acima apresentado, são as seguintes as diretrizes que nortearão os gastos em investimentos e programas de duração continuada na área de prestação de serviços públicos no município nos próximos quatro anos:

Diretrizes

- assegurar iluminação adequada nas vias e logradouros públicos.
- assegurar sistema de esgoto adequado às necessidades da população.
- estimular pesquisa e implantação de processos de tratamento local.
- assegurar recuperação e controle da qualidade ambiental dos mananciais.
- universalizar o acesso de todas as camadas da população à comunicação eletrônica por meio de programas de inclusão digital

- ampliar e manter a capacidade de escoamento, regularização, reservação e retenção dos rios, córregos e estruturas hidráulicas mediante: a) preservação e recuperação do controle de impermeabilização do solo urbano; b) implantação de sistemas de retenção temporária das águas pluviais para regularizar o escoamento superficial; c) desassoreamento e limpeza dos cursos d'água, canais e galerias do sistema de drenagem; d) tratamento dos fundos de vale cobertos ou descobertos paisagisticamente.
- impedir a ocupação das cabeceiras de drenagem; preservar ou recuperar a vegetação ali existente.
- assegurar espaço para sistemas de drenagem, de áreas verdes e obras.
- elaborar plano municipal de drenagem integrado ao do Alto Tietê.
- assegurar manutenção das vazões já ocorrentes.
- racionalizar gestão e implantação de obras hidráulicas.
- definir áreas de drenagem como não edificantes; incluí-las no zoneamento ambiental, definir usos do solo para essas áreas.
- criar mecanismos de fomento para usos do solo como: parques lineares, recreação e lazer, hortas comunitárias e preservação de vegetação nativa.
- criar e implementar programa de coleta seletiva de lixo.
- desenvolver campanhas de divulgação/informação para a população quanto à importância das normas de disposição adequadas dos resíduos domiciliares.
- aumentar a capacidade instalada de aterros sanitários da cidade.
- sensibilizar e induzir o setor produtivo para reintrodução de resíduos e para redução de descartes na produção.

10. Desenvolvimento Urbano

A questão Ambiental

Intensificada nos últimos 50 anos, a expansão urbana no Município de São Paulo, deu-se de modo indiferente às limitações e potencialidades de seu sítio natural, avançando indiscriminadamente sobre os fundos de vales e terrenos com altas declividades. Tal processo, associado às sucessivas crises econômicas e à ausência e descontinuidade das políticas públicas, produziu uma cidade dual, tanto do ponto de vista social, como ambiental.

Este modelo de apropriação do espaço, expressão dos padrões de produção opostos aos interesses coletivos, compromete sua sustentabilidade urbana e obriga a maioria da população a conviver em situação de precária qualidade ambiental, consequência da supressão de áreas com cobertura vegetal natural, da impermeabilização excessiva do solo, da erosão, das enchentes, das alterações do clima urbano, da perda da qualidade dos mananciais de abastecimento, do incremento dos agravos à saúde, causados pela poluição do ar e pelas áreas contaminadas, etc.

Com uma área total de 1512 km², a cidade apresenta 870 km² de área urbanizada, onde as dificuldades de acesso à moradia impelem mais da metade da população à adoção de "soluções-problema", como favelas, cortiços, invasões e parcelamentos clandestinos. Cerca de um 1,9 milhão de pessoas moram nas mais de 1800 favelas cadastradas, sendo que, desse total, 65% ocupam áreas municipais originalmente destinadas à implantação de áreas verdes.

Os parcelamentos clandestinos, que ocupam cerca de 500 Km², e onde moram em torno de 2,5 milhões de habitantes, além de não contarem com infra-estrutura mínima, avançam cada vez mais em direção às áreas de proteção ambiental, como, ao norte, na direção da Serra da Cantareira e ao sul na Área de Proteção de Mananciais.

A população excluída do mercado formal, dentro da lógica de construção da cidade real, ocupa os terrenos com maior fragilidade natural, promovendo a supressão da cobertura vegetal e a execução de terraplenagens drásticas. Tais práticas tornam os solos expostos, que quando associados a altas declividades, propiciam a instalação de processos erosivos e escorregamentos.

Desta forma, além de constituírem novas áreas de risco, somadas às cerca de 900 já existentes, contribuem com grande volume de sedimentos, assoreando os córregos e rios (cerca de 95% do volume total de 1,5 milhões de m³ retirados anualmente das calhas dos rios Tietê e Pinheiros). Essa situação, associada à ocupação desordenada das várzeas, à impermeabilização do solo e à solução de canalização dos córregos que imperou nas últimas décadas, vem agravando progressivamente as enchentes, que totalizaram no ano de 2000, 24 Km² de áreas inundáveis, em 400 pontos distribuídos pela cidade.

Ainda com relação à questão ambiental, outro grave problema que a cidade enfrenta, já anteriormente comentado, é a questão da geração, tratamento e disposição final dos seus resíduos sólidos.

A qualidade do ar é outro elemento importante na avaliação da qualidade ambiental da cidade e a região metropolitana, e, em especial, a cidade de São Paulo, vem sofrendo intensamente os efeitos da deterioração da qualidade do ar. Os veículos automotores constituem a principal fonte dessa deterioração. Hoje, a cidade conta com uma frota de veículos superior a 4 milhões, muitos com idade acima de 10 anos, e 12 mil ônibus urbanos.

A poluição do ar em conjunto com a supressão da vegetação e o avanço da urbanização contribuem para a alteração do clima urbano, com o aumento de temperatura nas áreas mais centrais e em áreas periféricas desprovidas de áreas verdes. Há, também, aumento

nos índices pluviométricos nas áreas centrais, gerando precipitações repentinas e torrenciais, agravando as enchentes.

A questão do verde

A cidade perdeu, no período de 1986 a 1999, cerca de 30% de sua cobertura vegetal, principalmente nas áreas mais periféricas. Essa supressão foi mais efetiva na zona norte, ao longo da faixa limítrofe ao Parque Estadual da Cantareira; na zona leste, próximo a APA do Carmo e no distrito de Iguatemi; na zona sul, no Grajaú, Parelheiros, Jardim Ângela e Pedreira. A relação direta com a urbanização pode ser feita quando se observa a taxa de crescimento populacional destas áreas, entre 1991 e 1995, superior a 40%, em oposição ao decréscimo observado nas áreas mais centrais.

Atualmente, o município conta com 31 parques municipais, 8 parques estaduais, 3 áreas de Proteção Ambiental estadual e 1 Área de Proteção Ambiental municipal. Encontra-se em fase de implantação o Parque do Rodeio, na zona leste, em parceria com a iniciativa privada.

A cidade tem hoje um déficit significativo de espaços públicos e de vegetação, num quadro de difícil reversão, considerando que nas regiões de urbanização consolidada, praticamente são inexistentes áreas para a implantação de novos parques. Nas regiões de expansão urbana, a maioria dos terrenos com vegetação arbórea são particulares e, portanto, teoricamente mais suscetíveis ao parcelamento clandestino, que causam a supressão da vegetação existente e não fornecem novas áreas para estoque público de espaços livres, onde se incluem as áreas verdes.

A questão do Patrimônio Histórico e Cultural

A Prefeitura de São Paulo, procurando preservar os bens culturais da cidade, selecionou os edifícios mais marcantes, ou pela antiguidade, ou pelo interesse artístico-arquitetônico, e criou as Zona de Uso Z8200. Hoje existem 140 zonas de uso Z8.200, que abrangem mais de 1.000 imóveis, com formas diferentes de proteção: integral, externa ou restrições especiais.

O CONPRES - Conselho Municipal de Preservação - tem a sua efetiva ação iniciada em 1988 com o tombamento de próprios municipais e, posteriormente, com os processos de tombamento dos bairros da Bela Vista, Anhangabaú, núcleo histórico da Freguesia do Ó, Pacaembú e Perdizes. Ultimamente, foram realizados estudos abrangendo a proteção dos visuais das áreas da Lapa e Vila Madalena, bairro da Moóca e sua industrialização ao longo da linha férrea.

A questão dos transportes

A extensão aproximada da malha viária é de 16.000 Km no Município de São Paulo, conforme dados obtidos pelo GEOLÓG 2.1 (Base Digital de São Paulo). A frota total de veículos no Município, em 1999, de acordo com o Detran e o Setor de Transportes da Sempla/Deinfo, era de 4.880.019 veículos, assim distribuídos: automóveis 79,9%, ônibus 1,1%, caminhões 3,1%, utilitários 7,8%, motos e motonetas 7,0% e outros 1,2%.

O número de passageiros transportados no Município, em 1999, de acordo com a CPTM, METRÔ-SP, SPTrans e Sempla/Deinfo, totalizou 1.875.173.870 passageiros, distribuídos como segue: ônibus 59,5%, trem 5,4% e metrô 35,1%. Considerando-se a média dos dias úteis, foram transportados no Município, em 2000, conforme dados do Metrô, SPTrans e Sempla/Deinfo, através de metrô 1.664.593 passageiros e através de ônibus 3.746.726 passageiros.

Uma informação importante, é que quando se compara, o total de passageiros transportados pelos meios coletivos em 1999 com o mesmo número em 1995, verifica-se uma queda de 32,5%, assim distribuídos: ônibus -43,3%, trem -12,7% e metrô - 5,1%. Isto indica o enorme incentivo que existe na cidade para que seus munícipes utilizem o transporte individual, ao invés do coletivo. A racionalidade individual aqui, como em tantos outros casos, gera uma irracionalidade social visto que complica não só as possibilidades de se trafegar rapidamente pela cidade como a questão da qualidade do ar. As causas dessa situação, porém, são objetivas e só o poder público tem condições de atuar para revertê-la melhorando a oferta e a qualidade do transporte público.

A questão habitacional

As informações sobre o perfil econômico da população residente na cidade demonstram que os distritos periféricos apresentam as piores condições socio-econômicas do município. Estes distritos compõem os grupos considerados como de baixa e muito baixa condição sócio-econômica, aglutinados conforme as seguintes variáveis: distribuição territorial, perfil etário, nível de renda, escolaridade, condições de saúde, condições de habitação e segurança e perfazem a um total de 37 distritos municipais.

As áreas de terrenos destinadas ao uso residencial representam cerca de 48% do total do Município (TPCL 2000), dos quais o uso residencial horizontal e vertical de baixo padrão corresponde a cerca de 20,3% da área total. Os terrenos vazios representam 17,3% da área total do Município. O acréscimo de área construída de uso residencial de baixo padrão, tanto o horizontal como o vertical, tem aumentado, no período de 1991 a 1999, no Sul Extremo (Capão Redondo, Jardim São Luis, Socorro, Cidade Dutra e outros), e Leste Extremo (Aricanduva, Sapopemba, Itaquera e outros) cerca de 33,6% e 47,6%, respectivamente.

Os dados disponíveis sobre o universo de habitações subnormais são precários. Entretanto a estimativa feita pela PMSP-SEHAB, com base em cadastros e pesquisas amostrais, indica que o total de habitantes que vivem em moradias precárias pode chegar

a cerca de 2,8 milhões. São consideradas habitações subnormais, os domicílios localizados em favelas, os cortiços e as moradias autoconstruídas em loteamentos irregulares.

A Produção Habitacional Institucional do Município dá-se através da PMSP-SEHAB, que atua em programas de ação local como o Programa Guarapiranga e Billings, e Área Central; em planos de urbanização para áreas ocupadas por habitações precárias; e programas de regularização fundiária de loteamentos clandestinos.

A Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo - COHAB, desde a sua fundação até dezembro de 2000, construiu 133.478 unidades habitacionais. Esta produção está concentrada nos distritos periféricos da zona Leste, como Cidade Tiradentes, José Bonifácio, Artur Alvim e Sapopemba. A Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo – CDHU também tem atuado no município de São Paulo, principalmente na construção de conjuntos habitacionais e em reformas, reciclagens e construções de prédios para população que vive em cortiços.

A cidade está se renovando e assumindo um novo perfil. Ela está se tornando mais compacta, mais densa e menos residencial. A proporção de terrenos vazios vem decrescendo, sendo hoje de 17%. O adensamento se acentua com o aumento da área construída, hoje de 385,3 milhões de m², à qual se acrescentam anualmente 10,6 milhões de m²; enquanto que a proporção da área construída residencial vem diminuindo, passando de 67% em 1980 para 63% em 2000.

Sendo este, grosso modo, o quadro caracterizador do desenvolvimento urbano recente da cidade, devem ser as seguintes as diretrizes que nortearão os gastos com investimentos e programas de duração continuada no município nos próximos quatro anos:

Diretrizes

- incorporar áreas verdes particulares ao Sistema de Áreas Verdes do Município.
- Implementar parcerias com terceiros para manutenção e ampliação de áreas verdes e espaços ajardinados ou arborizados.
- manter e ampliar arborização de ruas; criar faixas verdes e parques lineares, ampliando as áreas verdes e permeáveis.
- controlar a ocupação de fundos de vale, áreas de inundação, mananciais, áreas de alta declividade e cabeceiras de drenagem; preservar ou recuperar vegetação para eliminar riscos ambientais.
- controlar a excessiva impermeabilização do solo; incentivar a não-pavimentação; em casos mais intensos de enchentes e instalar dispositivos de acumulação de águas pluviais.

- exigir Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) para empreendimentos de impacto na área urbana.
- prever áreas para implantação de rede de esgotos, coletores troncais e sistema de tratamento.
- controlar e reduzir níveis de poluição de ar, água, sonoro, visual e do solo; recuperar recursos naturais degradados.
- regular, fiscalizar e controlar deslocamentos de cargas perigosas ou superdimensionadas.
- definir normas para edificações urbanas visando conservação de água e energia.
- assegurar o princípio constitucional de destinação precípua de áreas verdes.
- estimular operações imobiliárias que assegurem a preservação, proteção e recuperação do meio-ambiente e de áreas públicas.
- garantir a continuidade e permeabilidade de faixas de área verde através de malha de parques lineares nos vales.
- ampliar áreas verdes nos vales, aumentando retenção de águas pluviais.
- criar parques lineares ao longo de córregos e vales.
- realocar as populações implantadas junto aos cursos d'água.
- ampliar e articular logradouros públicos arborizados.
- mobilizar a população para participar na destinação e manutenção de áreas verdes.
- avaliar viabilidade de plano de recuperação para uso público de áreas mais vulneráveis ambientalmente e sujeitas à inundações.
- cadastrar e mapear todas as áreas públicas.
- planejar a implantação dos equipamentos sociais de acordo com a demanda atual e projetada, considerando infraestrutura, acesso, transporte, etc.
- elaborar plano de ocupação de áreas de médio e grande porte de forma a evitar a ocupação desordenada.
- implementar política de desapropriação de áreas, acompanhada de avaliação técnica e urbanística.
- promover junto à população uma estratégia de valorização e apoio às ações de segurança dos espaços públicos.

- viabilizar ações intersecretariais para ocupação dos espaços públicos, possibilitando a implantação de equipamentos de múltiplo uso.
- viabilizar parcerias com a iniciativa privada e poder público na administração, gestão e exploração dos espaços públicos.
- elaborar normas para a preservação de bens culturais, vegetação significativa e referências urbanas.
- revitalizar áreas degradadas, especialmente a central.
- preservar a identidade dos bairros pela valorização de sua história, sociedade e cultura.
- valorizar e incentivar a preservação, reciclagem e revitalização do patrimônio histórico-cultural.
- captar recursos em áreas de interesse histórico ou cultural para sua preservação e revitalização.
- incentivar a preservação e recuperação do patrimônio natural e histórico-cultural assim como marcos de identidade urbana.
- disponibilizar informações sobre patrimônio histórico-cultural para a população.
- Educar e sensibilizar a opinião pública sobre a importância e necessidade de preservação de seu patrimônio.
- implantar novas vias ou melhoramentos viários em áreas em que o sistema for deficiente, com prioridade para o transporte coletivo.
- adequar a oferta de transporte público à demanda atual ou projetada aproveitando seus efeitos indutores às propostas de usos e ocupação do solo.
- reduzir a disputa entre o ônibus, caminhão e automóvel pelo espaço das vias, priorizando o transporte coletivo, especialmente em área consolidada.
- dar tratamento urbanístico adequado às vias da rede estrutural de transportes, garantindo a segurança dos cidadãos e a preservação de patrimônio ambiental, paisagístico e arquitetônico.
- racionalizar e integrar os diversos modos de transporte;
- assegurar o desempenho dos sistemas viários e de transportes em uma visão metropolitana.
- investir em sistema viário em áreas de urbanização incompleta para sua estruturação e ligação inter-bairros.
- proteger a circulação de pedestres, ciclistas, idosos, deficientes físicos e crianças.

- solucionar conflitos de trânsito causados por movimentação de carga através de zoneamento de tráfego e de uso do solo.
- propor alternativas para a movimentação de cargas, atendendo necessidades de abastecimento e produção de bens e serviços
- disciplinar a oferta de estacionamentos, de modo compatível com uso e ocupação do solo, com o sistema viário e respeitando as condições ambientais; facilitar estacionamento junto a terminais e estações.
- compatibilizar implantação e funcionamento de estabelecimentos e interferência na circulação de veículos e pedestres.
- incentivar tecnologias veiculares redutoras de poluição ambiental e que proporcionem maior conforto e segurança a passageiros e transeuntes.
- Aumentar a oferta de unidades habitacionais para população de baixa renda com acessibilidade, infra-estrutura, equipamentos sociais, de lazer e de cultura.
- priorizar programas habitacionais para população residente em imóveis ou áreas insalubres, de risco ou espaços destinados a bens de uso comum.
- criar normas e instrumentos urbanísticos e de fiscalização para impedir ocupação predatória de novas áreas.
- preservar áreas de mananciais, de risco e bens de uso comum através da integração entre programas habitacionais e de educação ambiental.
- integrar programas habitacionais aos sociais e de geração de renda e trabalho que garantam o direito à moradia e estimulem a valorização do espaço público e de seu uso coletivo.
- desenvolver projetos habitacionais que considerem as características da população local, suas formas de organização e condições físicas e econômicas.
- regularizar jurídica e urbanisticamente assentamentos precários.
- construir unidades habitacionais para população de baixa e média renda em áreas vazias ou subutilizadas nas regiões com infra-estrutura e mais centrais.
- recuperar edifícios sub-utilizados para moradia de baixa e média renda especialmente na área central.
- incentivar participação da iniciativa privada e sociedade civil na produção e recuperação da habitação.
- utilizar recursos de valorização imobiliária associada à operação urbana para programas habitacionais de interesse social nas áreas de operação urbana.

- promover associação e cooperação entre moradores de favelas, cortiços e assentamentos insalubres para efetivação de programas habitacionais e de revitalização.
- implementar mecanismos de financiamento a longo prazo para população de baixa renda e investir recursos orçamentários a fundo perdido para minorar o problema habitacional dessas camadas.
- realizar parcerias com universidades e institutos de pesquisa para desenvolvimento de alternativas de menor custo, maior qualidade e produtividade das edificações residenciais.
- Compatibilizar a legislação de parcelamento e uso do solo com as condições ambientais e de infra-estrutura, especialmente de circulação e transporte coletivo.
- coibir a retenção especulativa de solo urbano através de instrumentos constitucionais; assegurar a recuperação para a coletividade de valorização imobiliária decorrente de ação do poder público.
- direcionar recursos de valorização imobiliária resultante ação do poder público para obras de infra-estrutura urbana e sistema viário, recuperação ambiental e habitação de interesse social.
- definir as áreas de cumprimento da função social da propriedade urbana, nos termos do parágrafo 4º do artigo 182 da Constituição Federal
- estabelecer exigências e sanções para controle do impacto da implantação de empreendimentos que representem sobrecarga na capacidade da infra-estrutura, inclusive viária ou danos ao ambiente natural e construído.
- aplicar instrumentos constitucionais e os previstos em legislação federal, para a intervenção do poder público associado à iniciativa privada, visando transformações urbanísticas significativas.
- disciplinar o uso do solo nas áreas de conservação ambiental, especialmente mananciais e incentivar implantação de atividades compatíveis com a preservação dos recursos hídricos.
- prever uma relação equilibrada entre áreas construídas e livres de modo a garantir o desenvolvimento das funções sociais da cidade e a qualidade da paisagem urbana.

PLANO PLURIANUAL 2002/2005

ANEXO II

PREVISÃO DAS RECEITAS, HIPÓTESES ADOTADAS E METODOLOGIA DE CÁLCULOS

ANEXO II

PREVISÃO DAS RECEITAS, HIPÓTESES ADOTADAS E METODOLOGIA DE CÁLCULOS

Introdução

A **Tabela a seguir**, apresenta a previsão de crescimento da receita do município de São Paulo, no período 2002-2005, discriminada de acordo com os grandes agregados que a compõem. Antes de iniciarmos a explicação de como se chegou a tais estimativas, algumas observações gerais fazem-se necessárias:

- a) todas as receitas estão estimadas **a preços de junho de 2001**, ou seja, não faz parte das presentes estimativas qualquer tipo de previsão a respeito do comportamento da inflação no período considerado;
- b) com exceção dos casos em que houver menção explícita em contrário, o **ano de 2001** foi sempre tomado **como base**;
- c) os **valores** atribuídos a cada rubrica no ano de **2001** são os **valores previstos** para o corrente exercício, tomando por **base** o comportamento efetivo por elas apresentado até o mês de **agosto**;

A receita total do município provém de fontes de variada ordem. Assim, para a elaboração da previsão sobre seu comportamento, um diferente conjunto de variáveis, que varia caso a caso, tem de ser mobilizado. O comportamento do nível de atividade, contudo, é uma variável praticamente determinante em muitas delas, demandando um exercício de projeção macroeconômica sobre a evolução futura do PIB. Sendo assim, as explicações sobre a elaboração das estimativas aqui apresentadas estão divididas em duas seções. A seção 1 apresenta as estimativas das rubricas que têm, no comportamento previsto do PIB, seu principal determinante, enquanto que a seção 2 apresenta as demais estimativas.

PREVISÃO DAS RECEITAS

Em milhões de reais de junho/01

	2001	2002	2003	2004	2005
IPTU	1.429,7	1.893,8	1.943,8	1.993,8	2.043,8
ISS	1.854,3	1.931,9	2.159,7	2.418,5	2.664,8
ITBI	226,8	278,0	284,6	291,2	297,7
Taxas	133,7	136,1	141,6	147,2	154,6
IR	345,3	351,8	362,3	373,2	384,4
Contribuição de Melhoria	1,1	1,1	1,2	1,2	1,3
Receita Tributária	3.990,9	4.592,7	4.893,2	5.225,1	5.546,6
Receita Imobiliária	10,8	26,4	27,2	28,3	29,7
Juros de Títulos de Renda	117,9	110,0	90,0	80,0	70,0
Outras Receitas Imobiliárias	2,7	2,8	2,9	3,0	3,1
Receita Patrimonial	131,4	139,2	120,1	111,3	102,8
Receitas Industriais e Serviços	32,6	33,4	34,4	35,8	37,6
FUMDES	102,7	277,4	285,3	296,7	311,6
Outras Transsferências da União	168,6	181,0	186,4	193,9	203,6
ICMS (inclusive FUNDEF)	2.190,7	2.142,3	2.180,7	2.233,0	2.308,0
IPVA	652,0	677,1	696,2	720,5	749,3
Outras Transferências do Estado	265,0	280,5	288,9	300,4	315,5
Transferências de Instituições Privadas	0,9	15,0	15,5	16,1	16,9
Transferências Correntes	3.379,9	3.573,3	3.653,0	3.760,6	3.904,9
Multas DSV	341,1	388,7	400,0	400,0	400,0
Dívida Ativa	234,4	263,6	284,5	305,4	326,3
Cancelamento de Restos a Pagar	486,9	110,8	115,0	115,0	115,0
Outras	77,7	86,8	82,4	85,7	90,0
Outras Correntes	1.140,1	849,9	881,9	906,1	931,3
Operações de Crédito	103,7	229,8	245,0	154,0	0,0
Alienação de Bens Imóveis	0,0	130,0	40,0	0,0	0,0
Outras	42,0	31,7	15,0	15,0	15,0
Receitas de Capital	145,7	391,5	300,0	169,0	15,0
TOTAL	8.820,6	9.580,0	9.882,6	10.207,9	10.538,2

1. Estimativa da evolução das receitas que têm no comportamento do PIB seu principal determinante

O comportamento previsto para o PIB

Prever a evolução futura de um agregado macroeconômico como o PIB nunca será tarefa das mais simples. Se o país em questão for o Brasil, o ano a partir do qual se trabalha 2001 e o período a ser previsto tão longo quanto 4 anos, a tarefa torna-se ainda mais árdua, visto que, além das variáveis usuais que devem ser levadas em conta nesse tipo de projeção (política fiscal e monetária, taxa de juros, contas externas, taxa de câmbio etc.) outras ainda devem ser consideradas, como a realização das eleições presidenciais em 2002 e a crise energética.

Ressalvando-se que as previsões aqui apresentadas foram elaboradas antes dos atentados de 11 de setembro, os quais introduziram sobre qualquer tipo de previsão um enorme grau de imponderabilidade, foram as seguintes as variáveis consideradas para a elaboração das projeções sobre o comportamento do PIB aqui apresentadas:

- a) a crise energética;
- b) as restrições externas;
- c) as eleições presidenciais de 2002;
- d) a política monetária americana;
- e) as políticas fiscal e monetária internas.

Dadas a dimensão e a profundidade da crise energética que assolou o país nos primeiros meses deste ano de 2001, parece difícil que ela esteja já equacionada em 2002, prevendo-se a melhora deste problema, que constitui sério gargalo ao crescimento econômico, apenas em 2003. Além disso, a evolução recente do Balanço de Pagamentos brasileiro, outro gargalo expressivo, não parece indicar uma situação tranqüila para o próximo ano. A redução drástica dos investimentos externos diretos experimentada pelo país, que fez o próprio governo federal rever suas projeções iniciais de entrada de recursos de US\$ 27,0 bilhões para US\$ 16,0 bilhões em 2001, além de ter tido de recorrer ao FMI, pela segunda vez pós Plano Real, em pouco mais de dois anos, são fortes indícios de que a balança de capitais não poderá mais ser considerada a redentora das agruras externas do país. Assim, não fosse 2002 um ano eleitoral e não fosse o espaço obtido para a implementação de uma política monetária e fiscal menos restritiva no próximo ano em função da tendência de queda dos juros americanos, as projeções sobre o comportamento do PIB dificilmente poderiam chegar aos 3% de crescimento aqui previstos. Todavia, a previsão de comportamento dessas variáveis (c, d, e) nos legitima a afirmar tal expectativa, mesmo considerando o comportamento adverso previsto para as duas primeiras variáveis (a e b), previsão essa, cabe ressaltar, que vem sendo utilizada também pelos governos federal e estadual.

Para 2003, a despeito da expectativa de ter sido já equacionado o problema energético, prevê-se uma situação cambial ainda muito difícil, visto que as mudanças introduzidas no perfil do Balanço de Pagamentos do país nos últimos anos são de natureza estrutural e,

portanto, de difícil reversão a curto prazo. Somam-se ainda a esse panorama negativo, as dificuldades que deverão ser enfrentadas no primeiro ano do novo governo, qualquer que ele seja, visto que as mudanças na configuração do poder, mesmo com uma hipotética vitória da situação, deverão ser consideráveis. De outro lado estima-se que o espaço derivado de uma política monetária americana mais folgada continue a existir em 2003, uma vez que se está aqui supondo que a desaceleração que vem atingindo a economia dos EUA e dos demais países avançados tem contornos de um ciclo recessivo, que não deverá ser debelado antes de 2004. Cumpre esclarecer, que não se considera aqui que esse ciclo recessivo possa ter impacto negativo sobre as exportações brasileiras de bens e serviços, considerando-se a participação marginal do país no volume mundial de comércio externo. Internamente, porém, deverá ter crescido além do suportável o problema do endividamento interno, o que também significará um entrave a um crescimento econômico mais expressivo. Assim, em função do comportamento favorável das variáveis *a* e *d*, mas desfavorável das variáveis *b*, *c* e *e*, prevê-se para o PIB brasileiro, em 2003, o mesmo comportamento esperado para 2002, ou seja, 3% de crescimento no ano.

O ano de 2004 deverá beneficiar-se da estabilidade derivada de ser este o segundo ano de um novo governo, além de esperar-se também um início de desafoço do problema externo, em função dos efeitos de algumas políticas de recuperação das vendas externas e contenção de importações que vêm sendo tomadas, além das que poderão vir a ser tomadas pelo próximo governo. Assim, equacionado o problema energético, teremos o comportamento favorável das variáveis *a*, *b*, e *c*, mas estaremos então correndo o risco da perda do espaço obtido com a tendência de queda da taxa de juros americana, visto que pode já estar havendo aí um início de reversão do ciclo recessivo, e/ou uma necessidade de os EUA defenderem o valor da moeda americana. A despeito, porém, do comportamento não favorável esperado para as variáveis *d* e *e*, o peso do comportamento favorável das três primeiras variáveis nos permite estimar, para 2004, uma taxa de crescimento do PIB de 4%.

Finalmente, para o longínquo ano de 2005, estima-se a manutenção, com viés de melhora, da mesmo cenário esperado para 2004, viés esse que se justifica em função da expectativa do início da reversão da perversa configuração estrutural ora presente no Balanço de Pagamentos do país. Assim, estima-se, para 2005, um crescimento do PIB da ordem de 5%.

O quadro abaixo resume essas estimativas.

Ano	Repercussão do comportamento das variáveis no crescimento previsto do PIB	Crescimento previsto
2002	a ↓ b ↓ c ↑ d ↑ e ↑	3 %
2003	a ↑ b ↓ c ↓ d ↔ e ↓	3 %
2004	a ↔ b ↑ c ↑ d ↓ e ↓	4 %
2005	a ↔ b ↑ c ↑ d ↔ e ↔	5 %

Dadas essas expectativas de crescimento do PIB nos próximos quatro anos, temos então as seguintes projeções de crescimento da receita dos componentes a elas diretamente correlacionados:

Imposto Sobre Serviços (ISS)

Sobre o valor da previsão para 2001, foram aplicadas as taxas de crescimento previstas para o PIB nos próximos 4 anos. Considerou-se, além disso, uma taxa de crescimento, além do PIB, de 2% em 2002 e 2003 e 1% em 2004 e 2005, justificadas pelo comportamento observado desse tributo nos últimos anos o que, de outro lado, simplesmente traduz, do ponto de vista tributário, o processo de terciarização da cidade a que nos referimos no anexo I. Considerou-se ainda um acréscimo de receita da ordem de R\$ 100 milhões adicionais em 2003, R\$ 100 milhões em 2004 e R\$ 50 milhões em 2005, decorrentes da expectativa de redução da guerra fiscal, particularmente na região metropolitana de São Paulo, em função, de possível aprovação de lei complementar que altera a regulamentação desse tributo, bem como de proposta de emenda constitucional que estabelece alíquota mínima para o tributo.

Finalmente considerou-se também um acréscimo adicional de R\$ 30 milhões em 2003, e R\$ 50 milhões em 2004 e 2005, em função da modernização das máquinas arrecadatória e fiscalizatória que se espera levar a efeito com recursos do PMAT (Programa de Modernização da Administração Tributária e da Gestão dos Setores Sociais Básicos), um programa do BNDES.

Taxas

Aplicou-se as taxas de crescimento previstas para o PIB, considerando-se, para o ano de 2003, 1% adicionais, em função do mesmo efeito de modernização das máquinas arrecadatória e fiscalizatória apontados no caso do ISS.

Contribuição de Melhoria

A partir da previsão para este ano de 2001, foram aplicadas as taxas previstas de crescimento do PIB

Receitas Imobiliárias

A partir das previsões para 2002 enviadas pela Secretaria Municipal do Abastecimento, foram aplicadas as taxas previstas de crescimento do PIB para os anos seguintes.

Outras Receitas Mobiliárias

A partir das previsões para 2002 enviadas pela Secretaria Municipal do Abastecimento, foram aplicadas as taxas previstas de crescimento do PIB para os anos seguintes.

Receita Industrial e de Serviços

A partir das previsões para 2002 enviadas pelas diversas secretarias que recolhem esse tipo de receita foram aplicadas as taxas previstas de crescimento do PIB para os anos seguintes.

FUMDES

A partir da previsão enviada pela Secretaria Municipal de Saúde dos recursos a serem recebidos em 2002, por conta da habilitação do município à gestão plena do sistema, foram aplicadas as taxas previstas de crescimento do PIB para os próximos anos. Essa aplicação justifica-se, uma vez que as receitas que compõem o FUMDES são igualmente receitas de tributos que mantêm estreita correlação com o nível de atividade.

Outras Transferências da União

A partir da previsão de recebimentos em 2002, cujo acréscimo em relação a 2001 deve-se principalmente aos repasses previstos por conta da constituição do FMAS (Fundo Municipal de Assistência Social) no município, foram aplicadas as taxas previstas de crescimento do PIB para os próximos anos. Tal como no caso do FUMDES, esta última operação justifica-se, uma vez que as receitas que compõem o FUMDES são também receitas de tributos que mantêm estreita correlação com o nível de atividade.

ICMS (inclusive os 15 % do FUNDEF)

A previsão dos recursos advindos dos repasses do ICMS devem levar em conta não só a previsão de crescimento da arrecadação desse tributo pelo governo do Estado, como, também, a previsão sobre a participação de São Paulo na parcela desses tributos que é repassada aos municípios. Para esta última variável efetuou-se uma análise de tendência

com base nas participações verificadas nos últimos 10 anos e com base no índice provisório já divulgado pela Secretaria da Fazenda do Estado para 2002 (24,96 %).

Análise de Tendência do Índice de Participação do Município de São Paulo no ICMS

	x	y	xy	x ²	y estimado
1991	1	30,7	30,7	1	29,49
1992	2	30,1	60,2	4	29,11
1993	3	28,4	85,2	9	28,73
1994	4	25,9	103,6	16	28,35
1995	5	27,9	139,5	25	27,97
1996	6	27,6	165,6	36	27,59
1997	7	25,7	179,9	49	27,21
1998	8	26,9	215,2	64	26,57
1999	9	27,4	246,6	81	26,19
2000	10	26,7	267,0	100	25,81
2001	11	26,1	287,1	121	25,43
2002	12	25,0(*)	300,0	144	25,05
Soma	78	328,4	2.080,6	650	////////////////
Média	6,5	27,4	////////////////	////////	////////////////
2003					24,67
2004					24,29
2005					23,91

(*) Índice provisório fornecido pela Secretaria da Fazenda do Governo do Estado de São Paulo

y = índices de participação do município nas transferências de ICMS aos municípios de São Paulo

Com base nessas participações assim estimadas para os anos de 2003 e 2004 e com base no índice provisório para 2002 foram elaboradas as estimativas de repasse desse tributo ao município. Para efeitos da previsão sobre a arrecadação do ICMS propriamente dita, foram aplicadas, ao valor estimado para 2001, as taxas previstas de crescimento do PIB.

Outras Transferências do Estado

Partiu-se do valor previsto para 2002, substantivamente maior do que o previsto para 2001, em função basicamente do aumento esperado do repasse do FUNDEF para o município. Aplicou-se, ao valor previsto para 2002, as taxas esperadas de crescimento para o PIB. Esta última operação justifica-se, uma vez que as receitas que, tal como no caso das transferências da União, Trata-se também aqui de receitas de tributos que mantêm estreita correlação com o nível de atividade.

Transferências de Instituições Privadas

Trata-se aqui, basicamente, de prever os recursos adicionais de que poderá dispor o município nos próximos anos, tendo em vista a possibilidade de obtenção de recursos da iniciativa privada, por meio de fundos tais como o FUMCAD. A estimativa de R\$15,0 milhões que aparece em 2002 deve-se ao resultado que já vem sendo obtido no corrente exercício. A partir da previsão para 2002, aplicou-se, para os anos seguintes, as taxas previstas de crescimento do PIB. A hipótese que está por trás de tal operação é que a disponibilidade de recursos da iniciativa privada para esse tipo de aplicação, que resulta posteriormente em desconto no imposto de renda devido, deve acompanhar a tendência verificada no nível geral de atividades da economia.

Outras Receitas dentro do Grupo de Outras Receitas Correntes

Trata-se aqui de um conjunto de pequenas receitas (dentre as quais juros de mora de tributos, receitas de restituições etc.) que apresenta sempre um certo crescimento. À falta de uma hipótese melhor para prever o comportamento deste agregado, foram aplicadas, a partir dos valores esperados para 2002, as taxas de crescimento do PIB previstas.

2. Estimativa da evolução das demais receitas

Imposto Predial e Territorial Urbano

O comportamento do imposto predial e territorial urbano correlaciona-se a uma série de variáveis específicas não sendo diretamente influenciado pelo comportamento dos agregados macroeconômicos como o PIB. Assim a melhor forma de prever o comportamento deste tributo é elaborar uma análise de tendência a partir de seu comportamento recente. Tendo em vista, porém, que esperam-se mudanças neste tributo advindas do realinhamento da planta genérica de valores e da alteração em suas alíquotas, a previsão aqui apresentada considera, para o ano de 2002, o valor estimado pelo Departamento de Rendas Imobiliárias da Secretaria de Finanças, em função das referidas mudanças. Para os anos seguintes aplicou-se os valores resultantes da análise de tendência tomando-se por base o valor previsto para 2002.

Análise de Tendência - IPTU

	x	Y	xy	x ²	Estimado	
1994	1	930,5	930,5	1	1.197,4	
1995	2	1.279,9	2.559,8	4	1.247,9	
1996	3	1.455,9	4.367,7	9	1.298,5	
1997	4	1.501,3	6.005,2	16	1.349,1	
1998	5	1.517,1	7.585,5	25	1.399,6	
1999	6	1.460,3	8.761,8	36	1.450,2	
2000	7	1.412,6	9.888,2	49	1.500,8	
2001	8	1.429,7	11.444,0	64	1.551,3	
Soma	36	10.987,3	51.542,7	204	//////////	
Média	4,5	1.373,4	//////////	//////////	//////////	
2002	9				1.601,9	(*)1.893,8
2003	10				1.652,5	1.943,8
2004	11				1.703,0	1.993,8
2005	12				1.753,6	2.043,8

(*) valor previsto pela Secret. Finanças em função das mudanças previstas no IPTU

y = valores realizados a preços de junho de 2001; o valor de 2001 é estimado em função do realizado até agosto

ITBI (Imposto de Transmissão de Bens Intervivos)

A forma de projeção dos valores relativos ao ITBI é idêntica à utilizada para a previsão dos valores do IPTU. Como o valor mínimo a ser utilizado na base de cálculo do imposto é o valor venal do IPTU e como estes valores serão alterados em função do realinhamento da PGV, utilizou-se, para o ano de 2002, o valor estimado pelo Departamento de Rendas Imobiliárias da Secretaria de Finanças, aplicando-se para os demais anos, a análise de tendência realizada com base no comportamento recente desse imposto.

Análise de Tendência - ITBI

	x	y	xy	x ²	Y Estimado	
1994	1	156,86	156,86	1	187,57	
1995	2	214,93	429,86	4	194,29	
1996	3	215,50	646,50	9	201,01	
1997	4	211,64	846,56	16	207,73	
1998	5	217,03	1.085,15	25	214,45	
1999	6	221,28	1.327,68	36	221,17	
2000	7	223,00	1.561,00	49	227,89	
2001	8	226,81	1.813,88	64	234,61	
Soma	36	1.687,05	7.868,09	204	////////////////	
Média	4,5	211,09	////////////////	////////////////	////////////////	
2002	9				241,33	(*)278,00
2003	10				248,05	284,58
2004	11				254,77	291,16
2005	12				261,49	297,74

(*) valor previsto pela Secret. Finanças em função do realinhamento da PGV

y = valores realizados a preços de junho de 2001; o valor de 2001 é estimado em função do realizado até agosto

Imposto de Renda

A base de arrecadação deste tributo é o valor da folha da Prefeitura. Sendo assim os valores atribuídos ao período 2002-2005 foram estimados tomando-se por base o valor previsto para 2001 (R\$ 3,2 bilhões), aplicando-se então uma alíquota média de 10,67 % e utilizando-se uma taxa de crescimento da folha de cerca de 3% ao ano.

Juros de Títulos de Renda

A projeção futura dos ganhos com aplicações financeiras depende basicamente de duas variáveis: do comportamento previsto da taxa de juros e do tipo de gerenciamento financeiro executado. Assim, os valores estimados para o período 2002-2005 partiram do previsto para 2001 considerando-se a manutenção do mesmo tipo de gerenciamento

financeiro e a perspectiva de um espaço par redução da taxa interna de juros nos próximos anos, tal como indicado nas projeções macroeconômicas que embasaram as previsões acerca do comportamento do PIB.

IPVA

A projeção da evolução da receita de IPVA tomou por base a expectativa de arrecadação. Com esse tributo, em 2002, aplicando-se então uma taxa de crescimento real que indica o crescimento esperado da frota, acompanhando a tendência de crescimento no nível de atividade da economia. Todavia, aplicou-se nos últimos 2 anos um redutor, considerando-se a expectativa de que a melhora nos transportes públicos da cidade reduza o estímulo à aquisição de transporte individual.

Multas do DSV

A arrecadação de multas de trânsito depende, de um lado, da eficiência da máquina de fiscalização e, de outro, da tendência de cometer infrações por parte dos motoristas da cidade. Assim, utilizou-se, para 2002, o valor previsto pela Secretaria Municipal de Transportes, que apresenta um substantivo aumento com relação ao previsto em 2001 tendo em vista o aumento previsto na fiscalização por meio de equipamentos eletrônicos e o aumento dos postos de fiscalização. Para os anos seguintes, considerou-se que, uma vez absorvido o impacto das alterações na máquina de fiscalização, o valor possível de ser arrecadado estaria próximo do máximo possível, não cabendo esperar nenhum aumento substantivo nessa arrecadação em função das penalidades maiores agora existentes por conta do novo código nacional de trânsito.

Dívida Ativa

Na inexistência de variáveis mais apropriadas para a estimativa dos ganhos com dívida ativa nos próximos anos, elaborou-se uma análise de tendência com base no comportamento recente dessa receita. Considerou-se, porém, para o ano de 2002, um valor um pouco maior (crescimento real de 1% acima da tendência) tendo em vista a expectativa por parte da Secretaria dos Negócios Jurídicos de um aumento no número de ações ajuizadas. Sobre o valor de 2002 foram aplicados os valores obtidos na análise de tendência.

Análise de Tendência da Dívida Ativa

	y	x	xy	x ²	y estimado
1994	70,81	1	70,81	1	98,18
1995	92,26	2	184,52	4	116,80
1996	145,87	3	437,61	9	135,42
1997	226,14	4	904,56	16	154,04
1998	168,38	5	841,90	25	172,66
1999	207,05	6	1.242,30	36	191,28
2000	189,58	7	1.327,06	49	209,90
2001	234,44	8	1.875,52	64	228,52
Soma	1.334,53	36	6.884,28	204	////////////////
Média	166,81	4,5	832,83	////////	////////////////
2002					260,95
2003					265,76
2004					284,38
2005					303,00
					(*)263,56
					284,48
					305,40
					326,32

(*) valor estimado a partir da expectativa da Secretaria de Negócios Jurídicos

y = valores realizados a preços de junho de 2001; o valor de 2001 é estimado em função do realizado até agosto

Cancelamento de Restos a Pagar

A Receita de Cancelamento de Restos a Pagar é de difícil previsão. Todavia é preciso considerar que, de um exercício a outro, ocorrem sempre eventos desse tipo, em função de atrasos, problemas com medição etc. Cumpre frisar que, em função das exigências agora impostas pela Lei Complementar 2001, estas receitas de fato existirão financeiramente, visto que a referida Lei impede a existência de restos a pagar sem a respectiva disponibilidade de caixa. Os valores previstos são da ordem de 1% do orçamento.

Operações de Crédito

A receita prevista com operações de crédito no período 2002-2005 foi estimada pela Assessoria de Controle da Dívida Pública da Secretaria de Finanças em função de desembolso previsto de contratos ainda em andamento e da expectativa de o município obter os empréstimos que foram autorizados pelo Senado Federal quando da celebração do contrato de refinanciamento da dívida do município em maio de 2000.

Alienação de Bens Imóveis

As receitas aqui estimadas derivam da expectativa de alienação de parte do patrimônio imobiliário da Prefeitura, particularmente no que diz respeito a terrenos que não sejam de interesse do poder público municipal.

Outras Receitas de Capital

Os valores aqui previstos referem-se a receitas decorrentes de operações urbanas e similares.

PLANO PLURIANUAL 2002/2005

ANEXO III

DEFINIÇÃO DO VOLUME DE RECURSOS

Em milhões de reais de junho/01

	2002	2003	2004	2005
RECEITA TOTAL	9.580,0	9.882,6	10.207,9	10.538,2
DESPESA TOTAL	9.580,0	9.882,6	10.207,9	10.538,2
VINCULAÇÕES	2.897,4	3.036,8	3.119,3	3.225,5
- Educação	2.066,8	2.137,2	2.168,0	2.223,9
- Saúde	830,6	899,6	951,3	1.001,6
OUTRAS CORRENTES	3.544,4	3.410,3	3.493,0	3.599,4
DÍVIDAS	1.522,3	1.572,8	1.623,7	1.698,9
- Amortização	145,4	151,6	190,3	226,6
- Juros	873,2	909,7	912,4	918,9
- Outras Dívidas	116,7	116,7	116,7	116,7
- Precatórios	255,0	294,8	324,3	356,7
- DEA's	132,0	100,0	80,0	80,0
PLANO PLURIANUAL (*)	1.615,9	1.862,7	1.971,9	2.014,4
- Vinculadas	979,6	1.085,1	1.211,5	1.327,5
. Educação	398,6	486,7	589,1	673,9
. Saúde	581,0	598,4	622,4	653,6
- Financiadas	229,8	245,0	154,0	0,0
- Contrapartida de financiamento	131,5	161,6	106,0	0,0
- Com recursos próprios	275,0	371,0	500,4	686,9

(*) Despesas de Capital, custeio delas decorrentes e novos programas de duração continuada.

PLANO PLURIANUAL 2002/2005

ANEXO IV

OBJETIVOS

PROGRAMAS

AÇÕES

METAS

INDICADORES

Plano Plurianual 2.002 – 2.005

Ensino

Objetivo Geral

Principais secretarias envolvidas: SME, SDTS, SMT, SEME, SMC e SMMA.

Aplicação dos recursos resultantes de 30% das receitas de impostos e transferências no desenvolvimento do ensino infantil e fundamental, além da aplicação dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – Fundef, respeitando a legislação vigente.

Aplicar recursos necessários à manutenção das escolas de ensino médio da rede municipal.

Esta área tem como uma de suas diretrizes o trabalho articulado das várias unidades da Secretaria da Educação, bem como das várias secretarias envolvidas em atividades estruturantes da educação municipal, visando à melhoria da qualidade do ensino, à democratização da gestão e do acesso e à garantia da permanência na escola.

Com base nestes eixos foram elaborados os programas para o desenvolvimento do ensino municipal para os anos de 2002 a 2005, quais sejam:

PROGRAMA 1: Educação de crianças e adolescentes de 07 a 14 anos

Objetivo: atendimento à demanda de 07 a 14 anos, através de construção e reforma de escolas municipais de ensino fundamental, garantindo a formação permanente de seus profissionais, sua manutenção, seus equipamentos, inclusive na área de informática, materiais permanentes e de consumo, assim como projetos pertinentes à ação educativa, à qualidade e à gestão.

Valores Propostos para o Programa no Período 2002 a 2005

	2.002	2.003	2.004	2.005	Total
Recursos	35,2	40,0	59,0	59,4	193,6

AÇÃO : Construção, reforma e ampliação de Escolas de Ensino Fundamental.

META : Expansão de 36 mil vagas no ensino fundamental

INDICADOR: aluno atendido

PROGRAMA 2: Educação de crianças de 0 a 6 anos

Objetivo: Atendimento à demanda de 0 a 6 anos, através da construção, reforma e ampliação de unidades de educação infantil (escolas e centros de educação infantil e creches), garantindo a formação permanente de seus profissionais, sua manutenção, seus equipamentos, inclusive na área de informática, materiais permanentes e de consumo, assim como projetos pertinentes à ação educativa, à qualidade e à gestão.

Valores Propostos para o Programa no Período 2002 a 2005

	2.002	2.003	2.004	2.005	Total
Recursos	69,8	61,0	79,0	88,0	297,8

AÇÃO 1 : Construção, ampliação e reforma de Escolas e Centros de Ensino Infantil e Creches

META: Expansão de 58 mil vagas em unidades de ensino infantil

INDICADOR: criança atendida

AÇÃO 2 : Aumento do número de convênios para atendimento de crianças em creches

META: Expansão de 60 mil vagas em creches

INDICADOR: criança atendida

PROGRAMA 3: Atendimento de jovens e adultos

Objetivo: garantia do acesso de jovens e adultos que não tenham concluído a escolaridade fundamental, nos cursos de Suplência nas escolas municipais e no programa Mova, por meio de convênios com entidades da sociedade civil, assegurando a qualidade do ensino e a formação dos educadores envolvidos.

Valores Propostos para o Programa no Período 2002 a 2005

	2.002	2.003	2.004	2.005	Total
Recursos	11,2	30,3	34,8	36,8	113,1

AÇÃO 1: Desenvolvimento do Mova – Movimento de alfabetização de adultos

META: Criação e desenvolvimento de 3100 unidades para o atendimento de mais de 60mil pessoas

INDICADOR: pessoa atendida

AÇÃO 2: Desenvolvimento do Programa Suplência Profissional

META: Emissão de aproximadamente 100 mil certificados

INDICADOR: aluno aprovado

PROGRAMA 4: Educação Especial

Objetivo: Atendimento aos alunos portadores de necessidades especiais (garantia da inclusão, acessibilidade e orientação aos professores), por meio da rede direta e de estabelecimentos de convênios com entidades da sociedade civil.

Valores Propostos para o Programa no Período 2002 a 2005

	2.002	2.003	2.004	2.005	Total
Recursos	2,4	2,4	2,4	2,4	9,6

AÇÃO 1: Criação e Desenvolvimento de centros de atendimento a alunos portadores de deficiência

META: Implementação de 13 centros

INDICADOR: aluno atendido

PROGRAMA 5: Garantia do Acesso e Permanência

Objetivo: Atendimento das necessidades de transporte de alunos da rede municipal; garantia da permanência do aluno na escola e de sua emancipação.

Valores Propostos para o Programa no Período 2002 a 2005

	2.002	2.003	2.004	2.005	Total
Recursos	250,0	300,0	360,0	432,0	1.342,0

AÇÃO 1: Implementação do Transporte Escolar

META : Atendimento de aproximadamente 175 mil alunos

INDICADOR: aluno atendido

AÇÃO 2: Ampliação do Programa de Renda Mínima Familiar

META : Atendimento de aproximadamente 100 mil famílias

INDICADOR: criança atendida

AÇÃO 3: Ampliação do Programa Bolsa Trabalho

META : Atendimento de aproximadamente 100 mil crianças

INDICADOR: criança atendida

PROGRAMA 6: Democratização da Gestão e Qualidade Social

Objetivo: Promover atividades interdisciplinares visando estreitar a relação entre a escola e a comunidade.

Valores Propostos para o Programa no Período 2002 a 2005

	2.002	2.003	2.004	2.005	Total
Recursos	30,0	53,0	53,9	55,3	192,2

AÇÃO 1: Implementação do Recreio nas Férias

META : Atendimento de aproximadamente 100 mil alunos em atividades educacionais, esportivas, culturais, dentro e fora da escola

INDICADOR: aluno atendido

AÇÃO 2: Implementação dos Projetos Escola Aberta e Projeto Vida

META 1 : Ampliação da participação da comunidade na escola

META 2 : Redução e prevenção da violência

META 3: Implementação do projeto em 400 escolas/ano

INDICADOR: escola atendida

AÇÃO 3: Desenvolvimento do Intercâmbio de Línguas

META : Formação de 120 educadores/ano

INDICADOR: educador formado

AÇÃO 4: Informatização das escolas, juntamente com programas de treinamento dos profissionais e alunos

META 1: Informatizar todas as escolas municipais

META 2: Treinar 20 mil funcionários/ano

INDICADOR: escola Informatizada e funcionário treinado

AÇÃO 5: Atividades de Formação Permanente dos profissionais do ensino

META 1: Garantir espaços de formação e discussão permanente acerca da política educacional do município

META 2: Qualificar e democratizar a política educacional do município

INDICADOR: espaços garantidos/qualidade do ensino

AÇÃO 6: Reforma de próprios da Secretaria

META : Reestruturação das Instalações

INDICADOR: projeto concluído

PROGRAMA 7: Ensino Médio

Objetivo: Reforma e ampliação das escolas de ensino médio.

Valores Propostos para o Programa no Período 2002 a 2005

	2.002	2.003	2.004	2.005	Total
Recursos	1,7	1,7	1,7	1,7	6,8

AÇÃO: Reforma e ampliação das escolas de ensino médio

META : Atendimento dos alunos da rede de ensino médio

INDICADOR: aluno atendido

Plano Plurianual 2.002 – 2.005

Saúde

Objetivo Geral

Principais secretarias envolvidas: SMS

A Secretaria Municipal de Saúde, cumprindo o programa do Governo da Reconstrução, implantará o SUS no município. Assim sendo, acompanhando um esforço nacional, a SMS terá sua rede básica gradativamente transformada pela estratégia da Saúde da Família nos próximos quatro anos.

Diante disso, a proposta da Secretaria Municipal da Saúde para o Plano Plurianual adapta como diretrizes de sua atuação os eixos das Agendas Nacional e Estadual do Sistema Único de Saúde, a saber:

1. Redução da mortalidade infantil e materna
2. Controle de doenças e agravos prioritários
3. Melhoria da gestão, do acesso e da qualidade das ações, serviços e informações de saúde
4. Reorientação do modelo assistencial e descentralização
5. Desenvolvimento de recursos humanos no setor saúde
6. Qualificação do Controle Social

Esses eixos orientam a elaboração anual da Agenda Municipal de Saúde, aprovada pelo Conselho Municipal de Saúde, e se articulam com os Programas estabelecidos para os anos de 2002 a 2005, detalhados em ações e metas, a seguir:

PROGRAMA 1: Nascer, Viver e Morrer bem

Objetivo: Modificar o quadro epidemiológico por meio da redução dos principais agravos, danos e riscos à saúde e da morbi-mortalidade materna e infantil, por meio de ações de prevenção, promoção e reparação de saúde, controle de riscos bio-psicosociais nas diversas realidades que compõem a área de abrangência de cada unidade de saúde, através de ações planejadas de forma ascendente, programadas por ciclos de vida. Este programa se articula com os eixos prioritários 1 e 2.

Valores Propostos para o Programa no Período 2002 a 2005

	2.002	2.003	2.004	2.005	Total
Recursos	76,8	79,1	82,3	86,4	324,6

AÇÃO 1: Reduzir a Mortalidade Materna e Infantil

META 1: Reduzir a taxa de mortalidade infantil de 17/1000 para 11/1000 nascidos vivos

INDICADOR: taxa de mortalidade infantil

META 2: Reduzir a taxa de mortalidade materna de 58,2/100.000 para 29,1/100.000 nascidos vivos

INDICADOR: coeficiente de Mortalidade materna

META 3: Aumentar a proporção de recém-nascidos de mães com 4 ou mais consultas de pré-natal 90%

INDICADOR: proporção de recém-nascidos de mães com 4 ou mais consultas de pré-natal

META 4: Diminuir a proporção de partos e abortamentos em adolescentes para 15%

INDICADOR: proporção de partos e abortamentos em adolescentes

AÇÃO 2: Implementar a Prevenção e Controle de Doenças de Notificação Compulsória

META 1: Diminuir a prevalência de hanseníase de 1,1 para 1 caso/10.000hab

INDICADOR: taxa de prevalência de hanseníase

META 2: Manter a incidência de sarampo em zero casos

INDICADOR: coeficiente de incidência de Sarampo

META 3: Executar ações de controle e erradicação do dengue, por meio do combate do Aedes aegypti em 100% dos imóveis

INDICADOR: coeficiente de incidência da Dengue

META 4: Aumentar a cobertura vacinal em < 1 ano vacinadas no Município de São Paulo

INDICADOR: cobertura vacinal de rotina por DPT em menores de 1 ano de idade

META 5: Aumentar a cobertura vacinal contra influenza em idosos para 80%
INDICADOR: cobertura vacinal contra influenza em idosos
META 6: Manter o número de casos confirmados de tétano neo-natal em zero
INDICADOR: número de casos confirmados de tétano neonatal
META 7: Reduzir o número de casos confirmados de sífilis congênita
INDICADOR: número de casos confirmados de sífilis congênita
META 8: Campanhas de esterilização de cães e gatos
INDICADOR: número de animais esterilizados

AÇÃO 3: Redução dos Principais Agravos, Danos e Riscos à Saúde
META 1: Instalar um planejamento, controle e avaliação em saúde por ciclos de vida, através do desenvolvimento de projetos integrados que visem a prevenção, promoção e proteção à saúde (em destaque Alcool e Drogas e Saúde Mental)
INDICADOR: proporção de projetos integrados por ciclo de vida instalados
META 2: Diminuir a taxa de internação por AVC na população entre 30 e 59 anos para 3,0%
INDICADOR: taxa de internação por acidente vascular cerebral na população de 30 a 59 anos
META 3: Criar projetos de acolhimento nas Unidades de Saúde
INDICADOR: proporção de projetos de acolhimento criados
META 4: Aumentar a concentração de procedimentos odontológicos coletivos na faixa etária de 0 a 14 anos de idade para 0,6 procedimentos/crianças ano
INDICADOR: concentração de procedimentos odontológicos coletivos na faixa etária de 0 a 14 anos
META 5: Estruturar atenção às vítimas de violência
INDICADOR: número de atendimentos

PROGRAMA 2: Saúde integral ao seu alcance
Objetivo: Democratizar o acesso da população aos serviços de saúde através da implementação da gestão distrital/ descentralizada, do desenvolvimento gerencial das Unidades de Saúde e da expansão das equipes de saúde da família, tendo como base a territorialização, a discriminação positiva das populações de maior risco, a hierarquização dos serviços, o planejamento ascendente das ações, além da ampliação da oferta de serviços - rede física e atenção à saúde. Este programa se articula com os eixos prioritários 3 e 4

Valores Propostos para o Programa no Período 2002 a 2005

	2.002	2.003	2.004	2.005	Total
Recursos	219,1	225,6	234,7	246,4	925,8

AÇÃO 1: Ampliação da oferta de serviços de saúde
META 1: Construir e equipar 2 Hospitais M'Boi Mirim e Cidade Tiradentes
INDICADOR: número de Hospitais construídos e equipados
META 2: Construir 23 Unidades de Saúde
INDICADOR: número de Unidades de Saúde construídas
META 3: Reformar 100 Unidades de Saúde e os 13 hospitais municipais
INDICADOR: número de Unidades de Saúde Reformadas
META 4: Construir 3 Centros de Controle de Zoonoses
INDICADOR: número de Centros de Controle de Zoonoses construídos

AÇÃO 2: Implantar a Gestão Distritalizada e Descentralização – Dividir para Somar Saúde
META 1: Implantar e operacionalizar 41 Distritos de Saúde, tendo à sua frente o equivalente à uma autoridade sanitária local de cerca de 250.000 habitantes;
INDICADOR: número de Distritos de Saúde implantados e operacionalizados
META 2: Elaborar Planos Anuais de Gestão Distrital
INDICADOR: número de Planos Anuais elaborados
META 3: Criar sistema de avaliação de impacto da gestão descentralizada
INDICADOR: grau de implantação do sistema de avaliação de impacto da gestão descentralizada

AÇÃO 3: Implementação do Programa de Saúde da Família
META 1: Expandir a cobertura do Programa de Saúde da Família (PSF) de 5% para 60% da população, correspondendo a cerca de
INDICADOR: proporção da População coberta pelo Programa de Saúde da Família
META 2: Implantar 1.749 equipes de saúde da família e 10.496 agentes comunitários
INDICADOR: número de equipes de saúde da família e agentes comunitárias implantadas
META 3: Garantir uma visita domiciliar por família/mês
INDICADOR: visita domiciliar por família/mês
META 4: Assegurar 1,2 consultas médicas nas especialidades básicas por habitante/ano
INDICADOR: consultas médicas nas especialidades básicas por habitante/ano
META 5: Implantar 100% das equipes de saúde bucal/PSF
INDICADOR: proporção de equipes de saúde bucal/PSF implantadas
META 6: Promover a capacitação de 20.320 profissionais envolvidos no PSF.
INDICADOR: número de profissionais envolvidos no PSF capacitados

PROGRAMA 3: Hospital Amigo da Infância – Hospital para quem precisa

Objetivo: Desenvolver a rede hierarquizada de atendimento hospitalar, garantindo a retaguarda às demais unidades de saúde, através da regionalização e hierarquização dos serviços hospitalares; reconstruindo e redimensionando os serviços em relação à sua demanda potencial; reestruturando o atendimento pré-hospitalar; e, promovendo maior capacitação profissional. Este programa se articula com o eixo prioritário 3

Valores Propostos para o Programa no Período 2002 a 2005

	2.002	2.003	2.004	2.005	Total
Recursos	224,2	230,9	240,2	252,2	947,5

AÇÃO 1: Implementar apoio ao Desenvolvimento Hospitalar
META 1: Criar mecanismos eficientes e eficazes para a gestão dos Hospitais Municipais, Pronto Socorros e Pronto-Atendimentos;
INDICADOR: número de mecanismos eficientes e eficazes criados
META 2: Expandir a residência médica nos hospitais municipais, passando de 6 para 13 hospitais, redirecionando a formação dos profissionais de acordo com a política de saúde preconizada pelo SUS;
INDICADOR: número de hospitais municipais com residência médica
META 3: Criar "Cartas do Serviço" nos hospitais municipais, assegurando o compromisso na promoção da humanização do atendimento hospitalar
INDICADOR: número de Cartas de Serviço criadas nos hospitais municipais
META 4: Criar em todos hospitais municipais equipe de cuidados paliativos e atendimento a dor.
INDICADOR: proporção de equipes de cuidados paliativos e atendimento a dor
META 5: Implantar cursos de pós-graduação "latu sensu" (profissionalizante) em 13 hospitais municipais
INDICADOR: número de cursos de pós-graduação "latu sensu" implantados
META 6: Aumentar de 9 para 13 hospitais com Programa de Internação Domiciliar (PID), incrementando em 30% o número de internações domiciliárias
INDICADOR: número de hospitais com PID criados
META 7: Desenvolver a Epidemiologia Hospitalar com o objetivo de diminuir as taxas de infecção e mortalidade hospitalar e otimizar a utilização dos leitos
INDICADOR: epidemiologia Hospitalar desenvolvida

PROGRAMA 4: Rede Competência – SUS Municipal

Objetivo: Elevar o padrão de qualidade e eficiência do atendimento em saúde prestado à população por meio do desenvolvimento gerencial e incorporação tecnológica do Sistema Único de Saúde (SUS) na cidade - município em gestão plena do sistema municipal de saúde. Este programa se articula com os eixos prioritários 3 e 5.

Valores Propostos para o Programa no Período 2002 a 2005

	2.002	2.003	2.004	2.005	Total
Recursos	58,8	60,6	63,0	66,2	248,6

AÇÃO 1: Produzir e disseminar informações sobre a situação de saúde e dos serviços de saúde

META 1: Produzir e disponibilizar o painel da situação de saúde e dos serviços de saúde para a cidade e os Distritos de saúde;

INDICADOR: produção do painel de situação/serviços de saúde

META 2: Implantar os sistemas de informação SUS na SMS

INDICADOR: número de sistemas de informação SUS implantados

META 3: Informatizar toda a rede das Unidades de Saúde e capacitar suas equipes para o uso da informação e informática

INDICADOR: proporção de informatização da rede e de capacitação de equipes

META 4: Interligar todas as Unidades de Saúde através da rede intranet.

INDICADOR: proporção de Unidades de Saúde interligadas

AÇÃO 2: Implantar Sistemas Gerenciais e Mecanismos de Gestão

META 1: Habilitar o município de São Paulo na condição de gestão plena do sistema municipal de saúde do SUS

INDICADOR: habilitação do município em gestão plena do sistema municipal

META 2: Implantar Sistemas de Custos nas unidades da rede de saúde no município

INDICADOR: número de Sistemas de Custos implantados nas Unidades da Rede

AÇÃO 3: Formação e Capacitação dos profissionais de saúde

META 1: Integrar os servidores que retornaram do PAS e de outras secretarias ao quadro da SMS (Projeto Re-Unir)

INDICADOR: integração dos servidores desenvolvida

META 2: Prover as unidades de rede de pessoal, por meio de contratação de 7.700 profissionais (Projeto A Gente no Lugar)

INDICADOR: número de profissionais contratados

META 3: Requalificar os servidores da rede municipal (Projeto Quanto Melhor, Melhor)

INDICADOR: proporção de servidores requalificados

META 4: Implantar o planejamento por objetivos e equipes na rede municipal da saúde (Projeto Equipes Dão Certo)

INDICADOR: proporção de planejamento por objetivos e equipes implantado

AÇÃO 4: Ampliação e Melhoria da qualidade do atendimento - "Bem Cuidar"

META 1: Aprimorar o atendimento de chamadas de emergência, atendendo 85% das chamadas e reduzindo o tempo médio de chegada ao local de ocorrência em 12 minutos

INDICADOR: proporção de chamadas de emergência atendidas e de tempo médio de chegada

META 2: Diminuir para 7 dias o tempo de espera para marcação de consultas no atendimento ambulatorial

INDICADOR: número de dias do tempo de espera para marcação de consultas

META 3: Reduzir o tempo de entrega de exames laboratoriais para 3 dias.

INDICADOR: número de dias para o tempo de entrega de exames laboratoriais

META 4: Implantar o componente municipal do Sistema Nacional de Auditoria do SUS - SNA/SUS;

INDICADOR: implantação do componente municipal do SNA/SUS

META 5: Garantir a melhoria do Programa Municipal de Assistência Farmacêutica Básica – Dose Certa

INDICADOR: melhoria do Programa Dose Certa

PROGRAMA 5: Gestão Cidadã

Objetivo: Assegurar a participação da sociedade no desenvolvimento do SUS no município, por meio do exercício do controle social nas Unidades Prestadoras de Serviços de Saúde, vinculadas ao SUS, desde as unidades de atenção básica até os hospitais de maior complexidade. Este programa se articula com o eixo prioritário 6

Valores Propostos para o Programa no Período 2002 a 2005

	2.002	2.003	2.004	2.005	Total
Recursos	2,1	2,2	2,2	2,4	8,9

AÇÃO 1: Divulgar a política de saúde/gestão da SMS junto à comunidade

META 1: Implementar o projeto de comunicação e difusão das ações e serviços de saúde por meio do projeto "Falando em Saúde"

INDICADOR: implementação do projeto Falando em Saúde

META 2: Elaborar e divulgar Carta de direitos e deveres do cidadão no SUS São Paulo

INDICADOR: divulgação da Carta de Direitos e deveres do cidadão no SUS

AÇÃO 2: Desenvolvimento dos Conselhos Distritais/ Gestores de Saúde

META 1: Instituir Conselhos de Saúde nos 41 Distritos de Saúde e cerca de 400 Conselhos nas Unidades Prestadoras de Serviços do SUS sob gestão do Conselho Municipal de Saúde e das outras instâncias da Secretaria Municipal de Saúde

INDICADOR: número de Conselhos de Saúde nos Distritos e nas Unidades de Saúde implantados

META 2: Assegurar um processo de capacitação continuada dos conselheiros municipais de saúde

INDICADOR: proporção de conselheiros municipais de saúde capacitados

Plano Plurianual 2.002 – 2.005

Inclusão Social

Objetivo Geral

Principais secretarias envolvidas: SAS, SEHAB, SDTS, SEMAB, SEME, SMC, SSO, SGM e SMCIS

Promover atendimento integral à população de baixa renda, buscando a inclusão social dos extratos ora excluídos, com ênfase ao atendimento à criança e ao adolescente, à população idosa, portadores de deficiência e desempregados, através de políticas compensatórias e com programas específicos para a redução das situações de risco e de alta vulnerabilidade.

Reduzir o déficit habitacional do município e repensar a ocupação do espaço urbano, através da retirada da população de áreas de risco, do reassentamento de famílias, da regularização de áreas clandestinas e investimento em programas de habitação popular, buscando melhorar as condições de moradia no município.

Com base nestes eixos foram elaborados os seguintes programas para os anos de 2002 a 2005:

Programa 1: Combate à pobreza, à desigualdade e ao desemprego

Objetivo: Criar condições favoráveis para que a população de baixa renda, em virtude de inadequada distribuição de renda, agravada pelo desemprego, possa rever a sua trajetória pessoal, tendo condições de optar por alguma capacitação ocupacional ou mesmo atividade de natureza comunitária. Com isso, visa-se ao aumento na qualidade de vida, à redução da violência e à ampliação do mercado de trabalho.

Valores Propostos para o Programa no Período 2002 a 2005

	2.002	2.003	2.004	2.005	Total
Recursos	8,0	20,0	50,0	100,0	178,0

AÇÃO 1: Ampliação do Começar de Novo

META: Atendimento de aproximadamente 100.000 cidadãos

INDICADOR: cidadãos atendidos

AÇÃO 2: Viabilizar acesso ao crédito à população de baixa renda objetivando ocupação e renda à mesma.

META 1: Concessão de empréstimos

META 2: Implantação de 20 agências

INDICADOR: cidadãos atendidos

AÇÃO 3: Ação Coletiva de Trabalho

META : Oferecer 25 mil vagas a pessoas desempregadas há mais de oito meses e que tenham mais de dezoito anos

INDICADOR: cidadãos atendidos

AÇÃO 4: Continuidade do Economia Solidária

META : Fomentar iniciativas locais para a geração de emprego e renda

INDICADOR: cidadãos atendidos

AÇÃO 5: Criar Central de Intermediação e Capacitação de mão-de-obra

META : Facilitar a recolocação de desempregados no mercado de trabalho

INDICADOR: projeto implementado

AÇÃO 6: Implementar projeto de reestruturação produtiva e relações de trabalho

META : Revitalizar atividades produtivas e estimular novos regimes de contratação de mão-de-obra

INDICADOR: projeto implementado

PROGRAMA 2: Merenda escolar e leve-leite

Objetivo: Ampliar a oferta da merenda escolar e do leve-leite, melhorando sua qualidade e com ênfase no combate à desnutrição infantil.

Valores Propostos para o Programa no Período 2002 a 2005

	2.002	2.003	2.004	2.005	Total
Recursos	17,0	21,5	25,0	38,0	101,5

AÇÃO 1: Ampliação do programa leve leite

META: Ampliar a distribuição do leite em pó integral para toda a rede

INDICADOR : criança atendida

AÇÃO 2: Ampliação da oferta de merenda nos equipamentos sociais

META: Oferecer merenda escolar para todos os alunos da rede

INDICADOR : criança atendida

PROGRAMA 3: Segurança Pública

Objetivo: Aumentar a segurança preventiva e valorizar a cidadania.

Valores Propostos para o Programa no Período 2002 a 2005

	2.002	2.003	2.004	2.005	Total
Recursos	2,0	4,0	4,0	4,0	14,0

AÇÃO 1: Ampliar a segurança preventiva e as campanhas educativas

META: Redução da violência e revalorização da cidadania

INDICADOR : qualidade de vida

AÇÃO 2: Melhoria, reforma e manutenção dos equipamentos dos Corpos de Bombeiros

META: Redução do tempo para o atendimento

INDICADOR : qualidade do atendimento

PROGRAMA 4: Ações Intersecretariais para a Inclusão Social

Objetivo: Realizar atividades e projetos nas áreas da cultura, lazer, esportes, abastecimento e comunicação, visando à integração social.

Valores Propostos para o Programa no Período 2002 a 2005

	2.002	2.003	2.004	2.005	Total
Recursos	28,0	30,0	32,0	34,0	124,0

AÇÃO 1: Ampliação do Fundo Municipal de Assistência Social

META : Destinar recursos municipais e transferidos a programas de assistência social

INDICADOR : programas atendidos

AÇÃO 2: Ampliação de equipamentos sociais para o atendimento a populações marginalizadas, discriminadas e excluídas

META : Melhorar o atendimento em equipamentos de assistência social

INDICADOR : qualidade do atendimento

AÇÃO 3: Ampliação de atividades esportivas e culturais e de educação ambiental

META: Redução da violência e revalorização da cidadania

INDICADOR : atividade realizada

AÇÃO 4: Implementação de canal de TV de caráter educativo/cultural

META: Disseminar informação sócio-cultural e veicular programas educativos do município

INDICADOR : projeto implementado

AÇÃO 5: Criação de programas sociais visando à promoção da alimentação a baixo custo

META: Melhorar a alimentação da população de baixa renda

INDICADOR: programas implantados

PROGRAMA 5: PROVER –Programa de Verticalização de Favelas

Objetivo: Execução e recuperação de áreas degradadas, construção de unidades habitacionais em favelas.

Valores Propostos para o Programa no Período 2002 a 2005

	2.002	2.003	2.004	2.005	Total
Recursos	50,8	48,0	0,0	0,0	98,8

AÇÃO: Execução e recuperação de área degradada e construção de unidades habitacionais nas favelas: Nicarágua/Vila da Paz; City Jaraguá (diversos setores)

META: Construção de 1800 unidades e demarcação de 400 lotes para regularização

INDICADOR: Unidade construída e lote demarcado

PROGRAMA 6 : Lote Legal

Objetivo: Urbanização e Regularização de loteamentos irregulares.

Valores Propostos para o Programa no Período 2002 a 2005

	2.002	2.003	2.004	2.005	Total
Recursos	21,9	26,2	0,0	0,0	48,1

AÇÃO: Urbanização e regularização de loteamentos irregulares

META: Urbanização de 12.906 lotes

INDICADOR: lote regularizado e urbanizado

PROGRAMA 7: Habitações populares

Objetivo: Redução do déficit de unidades habitacionais para a camada mais baixa da população, a baixo custo.

Valores Propostos para o Programa no Período 2002 a 2005

	2.002	2.003	2.004	2.005	Total
Recursos	45,5	100,0	135,0	145,0	425,5

AÇÃO 1: Construção de Unidades Habitacionais em regime de mutirão

META: Construção de 18.000 unidades

INDICADOR: lote regularizado e urbanizado

AÇÃO 2: Produção de unidades habitacionais no Programa Morar Perto

META : Produzir 7000 unidades

INDICADOR: unidades produzidas

AÇÃO 3: Implementar o Programa de Locação Social e dar continuidade ao sub-programa de cortiços

META : Implementar 3500 unidades

INDICADOR: unidade produzida

AÇÃO 4: Produzir unidades habitacionais em parceria com a CDHU

META : Produção de 5000 unidades

INDICADOR: unidade produzida

AÇÃO 5: Produzir unidades habitacionais no Programa de Arrendamento Residencial (PAR)

META : Viabilizar e incentivar o programa em São Paulo

INDICADOR: projeto concluído

AÇÃO 6: Continuidade das Atividades da Comissão Permanente Acessibilidade

META : Discussão de políticas de universalização do acesso aos bens públicos

INDICADOR: atividades realizadas

Plano Plurianual 2.002 – 2.005

Transformações Urbanas

Objetivo Geral

Principais secretarias envolvidas: SMC, SEME, SMMA, SAS, SEMAB, SEHAB, SIURB, SSO, SEMPLA, SMT, SIS, SF, SMA, SJ e GP.

Melhorar a qualidade de vida na cidade, através de intervenções urbanas nas áreas de trânsito, transporte, conservação de vias, reestruturação dos equipamentos públicos, paisagem urbana e de políticas de requalificação do centro, de redinamização dos bairros, de redução de incidência de enchentes e alagamentos e de limpeza urbana.

Com base neste eixo foram elaborados os seguintes programas para os anos de 2002 a 2005:

PROGRAMA 1: Disponibilizar equipamentos públicos à comunidade

Objetivo: Implantar, reformar e manter centros desportivos, de cultura e lazer, parques, centros de atendimento a crianças e adolescentes e prédios de uso da administração.

Valores Propostos para o Programa no Período 2002 a 2005

	2.002	2.003	2.004	2.005	Total
Recursos	11,5	13,0	14,5	16,0	55,0

AÇÃO 1: Construção e reforma de Centros Desportivos e Centros Educacionais e Esportivos

META: Construção de 2 novos Centros Desportivos e reforma dos CDMs e CEEs existentes

INDICADOR: unidades construídas/unidades reformadas

AÇÃO 2: Implantação e manutenção de centros para crianças e adolescentes

META: Atendimento de 39.000 crianças por mês

INDICADOR: crianças atendidas

AÇÃO 3: Recuperação de Bibliotecas, Teatros e Casas de Cultura

META: Intervenção em 90 equipamentos

INDICADOR: qualidade do equipamento

AÇÃO 4: Revitalização dos Parques Municipais e aumento de áreas verdes

META: Criar e ampliar as possibilidades de lazer nos parques municipais

INDICADOR: qualidade de vida

AÇÃO 5: Recuperação de próprios municipais

META: Melhorar o atendimento ao cidadão

INDICADOR: qualidade do atendimento

PROGRAMA 2: Melhoria da Infra-estrutura Urbana e dos Serviços da Cidade

Objetivo: Continuação de obras de infra-estrutura urbana

Valores Propostos para o Programa no Período 2002 a 2005

	2.002	2.003	2.004	2.005	Total
Recursos	4,0	7,0	11,0	14,0	36,0

AÇÃO 1: Continuidade das obras do Cebolinha Sena Madureira e Estrada do M'Boi Mirim; outras intervenções viárias

META: Melhoria do trânsito

INDICADOR: qualidade do trânsito

AÇÃO 2: Recuperação de Centros de Abastecimento, mercados, sacolões e feiras

META: Melhoria das condições de distribuição de gêneros alimentícios

INDICADOR: qualidade da distribuição

PROGRAMA 3: Canalização e Implantação das Vias de Fundo de Vale de Córregos (PROCAV)

Objetivo: Canalizar e Implantar Vias de Fundo de Vale nos Córregos: Machados / Franquinho / Itaqueruna / Taboão / Guaraú; continuidade das obras de canalização dos córregos Pirajussara , Ipiranga e Jaboticabal; reassentamento de famílias e implantação de áreas verdes.

Valores Propostos para o Programa no Período 2002 a 2005

	2.002	2.003	2.004	2.005	Total
Recursos	133,0	122,9	11,0	14,0	280,9

AÇÃO 1: Canalização de Córregos

META: Canalização de 13 Km

INDICADOR: Km canalizados

AÇÃO 2: Pavimentações de vias

META: Pavimentação de 15 Km

INDICADOR: Km pavimentados

AÇÃO 3: Implantação de Piscinões

META: Implantação de 03 unidades

INDICADOR: unidades implementadas

AÇÃO 4: Implantação de Áreas Verdes

META: Criação de 30 Praças

INDICADOR: unidades implantadas

AÇÃO 5: Reassentamento de Famílias

META: Reassentamento de 2413 famílias

INDICADOR: famílias reassentadas

PROGRAMA 4: Programa de recuperação e preservação ambiental

Objetivo: Urbanização de favelas e adequação da infra-estrutura urbana em loteamentos visando reduzir o aporte de esgotos domésticos e sedimentos dos reservatórios; intervenções para melhoria da qualidade do meio-ambiente.

Valores Propostos para o Programa no Período 2002 a 2005

	2.002	2.003	2.004	2.005	Total
Recursos	15,6	12,7	56,7	6,7	91,7

AÇÃO 1: Ampliação das ações para a recuperação das Bacias Billings e Guarapiranga

META 1: Reassentamento de 30 mil famílias

META 2: Melhoria da qualidade do meio-ambiente

INDICADOR: família atendida e qualidade ambiental

AÇÃO 2: Fundo do Meio Ambiente

META: Implementação e ampliação das atividades do fundo para melhoria da qualidade ambiental

INDICADOR: qualidade ambiental

PROGRAMA 5: Revitalização dos bairros

Objetivo: Este programa prevê obras de recuperação do sistema viário (recapeamento e asfaltamento), dos equipamentos públicos, de paisagismo urbano, bem como construção de parques e praças, galerias de águas pluviais e outras, tendo como objetivo, além da reurbanização dos bairros, a reordenação da centralidade da cidade de São Paulo, revitalizando zonas evadidas ou em decadência, criando oportunidades de desenvolvimento e possibilitando a implantação das Subprefeituras.

Valores Propostos para o Programa no Período 2002 a 2005

	2.002	2.003	2.004	2.005	Total
Recursos	94,0	116,0	133,0	210,0	553,0

AÇÃO 1: Revitalização dos Centros de Bairros

META: Promover a ação intersecretarial no atendimento de problemas relacionados à revitalização dos centros de bairros

INDICADOR: qualidade de vida nos bairros

AÇÃO 2: Pavimentação na periferia

META: Pavimentação de 100 Km/ano na periferia

INDICADOR: Km pavimentados

AÇÃO 3: Pequenas intervenções locais

META: Pequenas obras feitas pelas Administrações Regionais visando melhorar a qualidade de vida nos bairros

INDICADOR: qualidade de vida nos bairros

PROGRAMA 6: Requalificação do Centro

Objetivo: Este programa prevê obras de recuperação da região central da cidade, através da reestruturação dos equipamentos públicos, de ações de paisagismo urbano, da revitalização de parques e praças e da implementação de programas de moradia de interesse social.

Valores Propostos para o Programa no Período 2002 a 2005

	2.002	2.003	2.004	2.005	Total
Recursos	10,0	12,0	19,5	0	41,5

AÇÃO 1: Recuperação de calçadas

META: Facilitar a circulação de pessoas, incluindo portadores de deficiência, e interferir na paisagem local

INDICADOR: calçada recuperada

AÇÃO 2: Novo bairro da zona cerealista

META: Melhorar a circulação do trânsito local e estabelecer entreposto comercial em local mais adequado

INDICADOR: projeto concluído

AÇÃO 3: Implantar itens ambientais no plano de requalificação do centro

META: Melhorar a qualidade do ar e interferir na paisagem urbana

INDICADOR: projeto concluído

AÇÃO 4: Planejar e implementar a requalificação de áreas públicas e de imóveis particulares

META: Melhorar a qualidade de vida local

INDICADOR: projeto concluído

AÇÃO 5: Organizar circuitos culturais no centro

META: Melhorar a qualidade de vida local, tornando o centro mais atrativo

INDICADOR: projeto concluído

AÇÃO 6: Revitalização do Mercado Municipal

META: Requalificar as instalações do mercado e melhorar a qualidade do atendimento

INDICADOR: projeto concluído

AÇÃO 7: Reurbanizar o centro atraindo investimentos e novos empreendimentos

META: Tornar o centro atrativo

INDICADOR: projeto concluído

AÇÃO 8: Implantar habitação de interesse social no centro

META: Reciclagem de imóveis para habitação

INDICADOR: unidades implantadas

PROGRAMA 7: Transportes - VLP/Corredores

Objetivo: Melhoria do trânsito e do fluxo de veículos através da Implantação do Projeto de Veículos Leves sobre Pneus e Corredores de Ônibus, com sistema de bilhetagem eletrônica, e revitalização do trolebus. Melhorar a eficiência e a qualidade do transporte e do trânsito, com vistas ao aumento de velocidade comercial dos ônibus e à melhoria das condições de segurança e conforto dos usuários.

Valores Propostos para o Programa no Período 2002 a 2005

	2.002	2.003	2.004	2.005	Total
Recursos	96,3	96,9	190,5	0	383,7

AÇÃO 1: Término da 1ª fase do VLP no Parque Pedro II – Sacomã; execução da 2ª fase com extensões para Vila Prudente e Água Rasa e construção de estações de transferências do VLP.

META: Implantação de 12 Km do VLP e construção de 3 estações

INDICADOR: Km implantado / estação construída

AÇÃO 2: Implantação dos Corredores Pirituba, São João, Guarapiranga, Rio Bonito; criação dos terminais de integração, Pirituba, Lapa, Jardim Ângela e Guarapiranga e implantação das estações de transferência, Jardim Ângela e Vitor Manzini.

META: Construção de 27 Km de corredores, 2 estações e 4 terminais

INDICADOR: Km implantado / unidades construídas

AÇÃO 3: Revitalização do trolebus

META: Implantação de 23,5 Km de rede de trolebus

INDICADOR: Km implantado

PROGRAMA 8: Transportes - Ordenamento e adequação do transporte e do trânsito

Objetivo: Estabelecer prioridade operacional para a circulação dos ônibus nos horários de pico e no sistema viário de apoio ao sistema troncal de ônibus; viabilizar a realização de um conjunto de obras de pequeno porte visando à melhoria do desempenho do sistema viário do município.

Valores Propostos para o Programa no Período 2002 a 2005

	2.002	2.003	2.004	2.005	Total
Recursos	40,0	41,0	43,0	66,0	190,0

AÇÃO 1: Implantar programa de corredores operacionais de transporte coletivo

META: Implantar 172 quilômetros de corredores

INDICADOR: Km implantados / unidades implantadas

AÇÃO 2: Elaborar e implementar programa de recuperação do sistema viário estrutural

META: Recuperação de 85 quilômetros de Sistema Viário Estrutural

INDICADOR: Km recuperados.

AÇÃO 3: Elaborar e implementar programa de recuperação do sistema viário secundário

META: Recuperação de 230 quilômetros de Sistema Viário Secundário

INDICADOR: Km recuperados

AÇÃO 4: Eliminar pontos críticos do sistema viário do município

META: Melhoria do sistema viário

INDICADOR: qualidade do trânsito

AÇÃO 5: Implantar Bilhete Único em todo o Sistema Metropolitano

META: Possibilitar a integração entre modos de transporte, em qualquer ponto da cidade

INDICADOR: projeto concluído

AÇÃO 6 Prosseguimento do programa de implantação de semáforos inteligentes

META: modernização da sinalização de trânsito das principais vias

INDICADOR: projeto concluído

PROGRAMA 9: Limpeza Urbana

Objetivo: Ampliação dos serviços de limpeza urbana.

Valores Propostos para o Programa no Período 2002 a 2005

	2.002	2.003	2.004	2.005	Total
Recursos	5,5	6,5	8,0	10,0	30,0

AÇÃO 1 : Coleta seletiva e reciclagem do lixo

META: Aumentar o volume da coleta seletiva de lixo, visando à reciclagem

INDICADOR: quantidade coletada

AÇÃO 2: Implantação de Aterros Sanitários

META: Aumento da capacidade hoje existente

INDICADOR: projeto concluído

Plano Plurianual 2.002 – 2.005 Modernização da Administração

Objetivo Geral

Principais secretarias envolvidas: SF, SMA, SMCIS, SJ, SMS e GP

Criar um sistema de gestão eficaz que ofereça satisfatoriamente informações e dados tanto para subsidiar as decisões dos dirigentes municipais, como para consulta dos munícipes. Tal objetivo pressupõe a informatização dos sistemas hoje existentes, com a conseqüente economia de recursos, seja pela simplificação dos processos de trabalho, seja pela otimização de tempo de trabalho.

Além disso, faz-se necessária a modernização dos diversos sistemas de informações e a otimização de processos, visando ao aumento da arrecadação de tributos municipais, com ênfase no combate à sonegação e à evasão fiscal.

Por fim, mister a inclusão da população na sociedade da informação e do conhecimento, ampliando o acesso dos cidadãos de baixa renda aos serviços "on line" da prefeitura.

Com base nestes eixos foram elaborados os programas para a modernização da Administração para os anos de 2002 a 2005, a saber:

PROGRAMA 1: Governo Eletrônico

Objetivo: oferecer e promover acesso a serviços informatizados para a população, modernizando os canais de comunicação entre o governo e os cidadãos.

Valores Propostos para o Programa no Período 2002 a 2005

	2.002	2.003	2.004	2.005	Total
Recursos	9,0	11,5	13,0	20,0	53,5

AÇÃO 1: Implantar telecentros

META : Implementar 1000 unidades até 2004

INDICADOR: unidades implementadas

AÇÃO 2 : Aprimorar portal da prefeitura na Internet

META : Migrar todas as páginas das Secretarias e demais unidades da Administração para o portal da prefeitura, oferecendo melhores serviços

INDICADOR: projeto finalizado

AÇÃO 3: Implantar Central Eletrônica de Atendimento à População

META : Inclusão digital e democratização do acesso aos serviços informatizados

INDICADOR: projeto finalizado

AÇÃO 4: Reativação da gráfica municipal

META : Modernizar projeto e agilizar serviços

INDICADOR: projeto finalizado

PROGRAMA 2: Modernização da Administração Gerencial, tributária e financeira e das Gestões dos Setores Sociais

Objetivo: Modernizar os diversos sistemas de informações e otimizar processos, visando à melhoria no controle das informações, ao aumento da transparência da administração, à maior agilidade no atendimento ao cidadão, à racionalização e redução de gastos, ao aumento da arrecadação de tributos municipais com ênfase no combate à sonegação e à evasão fiscal.

Pretende-se, também, descentralizar as ações da saúde, permitindo a implantação de sistemas que impliquem a melhoria do atendimento ao cidadão, como o cartão SUS, o agendamento eletrônico de consultas, a gestão dos fluxos de medicamentos, acompanhamento "on line" dos resultados de exames laboratoriais.

Valores Propostos para o Programa no Período 2002 a 2005

	2.002	2.003	2.004	2.005	Total
Recursos	42,5	86,5	12,5	7,5	149,0

AÇÃO 1: Desenvolvimento de sistema Informatizado para acompanhamento das ações de governo

META : Democratização do acesso à informação

INDICADOR: projeto finalizado

AÇÃO 2: Modernização dos sistemas de administração e dos sistemas contábil e orçamentário

META 1: Aumento da Receita própria

META 2: Modernização do sistema de informações e otimização de processos

META 3: Redução de gastos com licitação, compras e administração de contratos

META 4: Redução de gastos com administração de RH e folha de pagamento

META 5: Gerenciamento de gastos com energia elétrica

INDICADOR: reais/ano

AÇÃO 3: Implantar rede informatizada na área da Saúde, até o nível dos Distritos de Saúde

META : Conectar o Gabinete aos 10 postos avançados e aos 41 distritos de saúde

INDICADOR: rede informatizada

AÇÃO 4: Prosseguimento do Orçamento Participativo

META : Estruturar as atividades do Orçamento Participativo

INDICADOR: atividade implementada

PLANO PLURIANUAL 2002/2005

ANEXO V

CONSOLIDAÇÃO GERAL

PLANO PLURIANUAL 2002/2005

ANEXO V

ENSINO

Em milhões de reais de junho/01

PROGRAMAS	2002	2003	2004	2005	TOTAL
1. Educação de crianças e adolescentes de 07 a 14 anos	35,2	40,0	59,0	59,4	193,6
2. Educação de crianças de 0 a 6 anos	69,8	61,0	79,0	88,0	297,8
3. Atendimento de jovens e adultos	11,2	30,3	34,8	36,8	113,1
4. Educação especial	2,4	2,4	2,4	2,4	9,6
5. Garantia do acesso e permanência	250,0	300,0	360,0	432,0	1.342,0
6. Democratização da gestão e qualidade ambiental	30,0	53,0	53,9	55,3	192,2
7. Ensino médio	1,7	1,7	1,7	1,7	6,8
TOTAL	400,3	488,4	590,8	675,6	2.155,1

SAÚDE

Em milhões de reais de junho/01

PROGRAMAS	2002	2003	2004	2005	TOTAL
1. Nascer, viver e morrer bem	76,8	79,1	82,3	86,4	324,6
2. Saúde integral ao seu alcance	219,1	225,6	234,7	246,4	925,8
3. Hospital amigo da infância - Hospital para quem precisa	224,2	230,9	240,2	252,2	947,5
4. Rede competência - SUS municipal	58,8	60,6	63,0	66,2	248,6
5. Gestão cidadã	2,1	2,2	2,2	2,4	8,9
TOTAL	581,0	598,4	622,4	653,6	2.455,4

INCLUSÃO SOCIAL

Em milhões de reais de junho/01

PROGRAMAS	2002	2003	2004	2005	TOTAL
1. Combate à pobreza, à desigualdade social e ao desemprego	8,0	20,0	50,0	100,0	178,0
2. Merenda escolar e leve-leite	17,0	21,5	25,0	38,0	101,5
3. Segurança pública	2,0	4,0	4,0	4,0	14,0
4. Ações intersecretariais para a inclusão social	28,0	30,0	32,0	34,0	124,0
5. PROVER - Programa de verticalização de favelas	50,8	48,0	0,0	0,0	98,8
6. Lote legal	21,9	26,2	0,0	0,0	48,1
7. Habitações populares	45,5	100,0	135,0	145,0	425,5
TOTAL	173,2	249,7	246,0	321,0	989,9

PLANO PLURIANUAL 2002/2005

ANEXO V

TRANSFORMAÇÕES URBANAS

Em milhões de reais de junho/01

PROGRAMAS	2002	2003	2004	2005	TOTAL
1. Disponibilizar equipamentos públicos à comunidade	11,5	13,0	14,5	16,0	55,0
2. Melhoria da infra-estrutura urbana e dos serviços da cidade	4,0	7,0	11,0	14,0	36,0
3. Canalização e implantação das vias de fundo de vale de córregos	133,0	122,9	11,0	14,0	280,9
4. Programa de recuperação e preservação ambiental	15,6	12,7	56,7	6,7	91,7
5. Revitalização dos bairros	94,0	116,0	133,0	210,0	553,0
6. Requalificação do centro	10,0	12,0	19,5	0,0	41,5
7. Transportes - VLP/Corredores	96,3	96,9	190,5	0,0	383,7
8. Transportes - Ordenamento e adequação do transporte e do trânsito	40,0	41,0	43,0	66,0	190,0
9. Limpeza urbana	5,5	6,5	8,0	10,0	30,0
TOTAL	409,9	428,0	487,2	336,7	1.661,8

MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

Em milhões de reais de junho/01

PROGRAMAS	2002	2003	2004	2005	TOTAL
1. Governo eletrônico	9,0	11,5	13,0	20,0	53,5
2. Modernização da administração gerencial, tributação e financeira e das gestões dos setores sociais	42,5	86,5	12,5	7,5	149,0
TOTAL	51,5	98,0	25,5	27,5	202,5

PLANO PLURIANUAL 2002/2005

ANEXO V

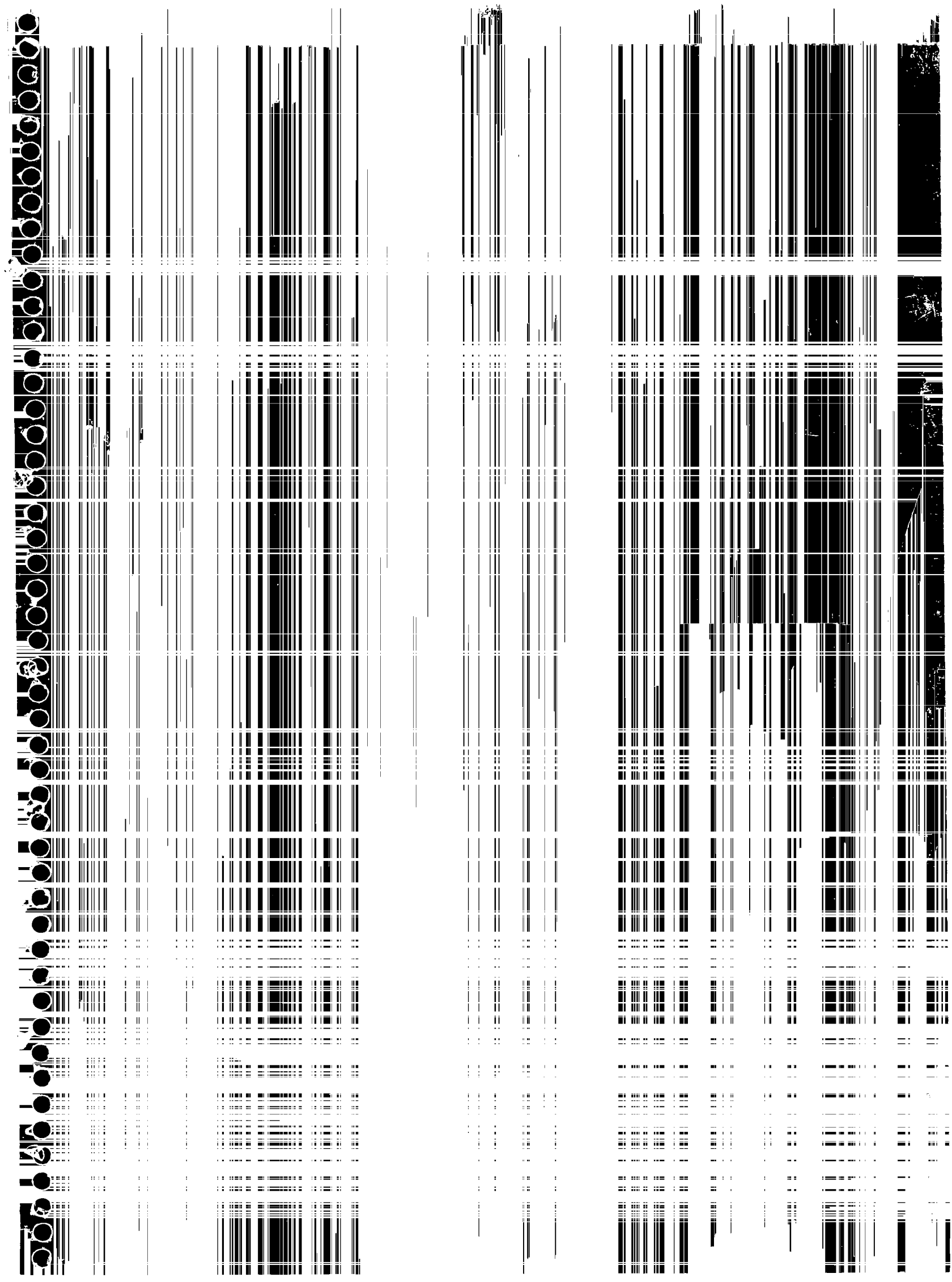
CONSOLIDAÇÃO GERAL

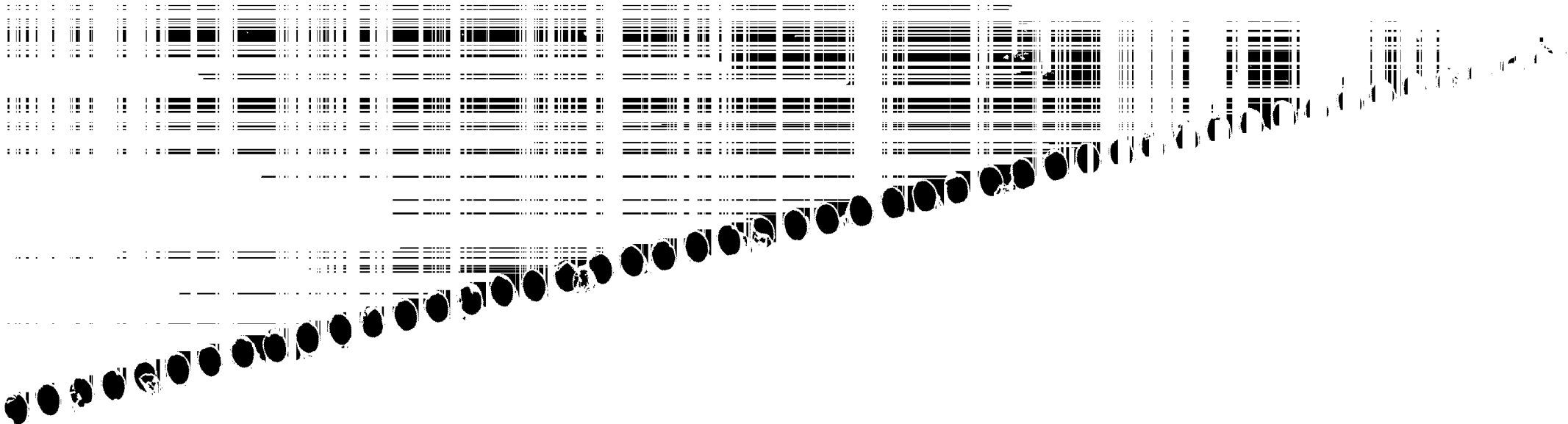
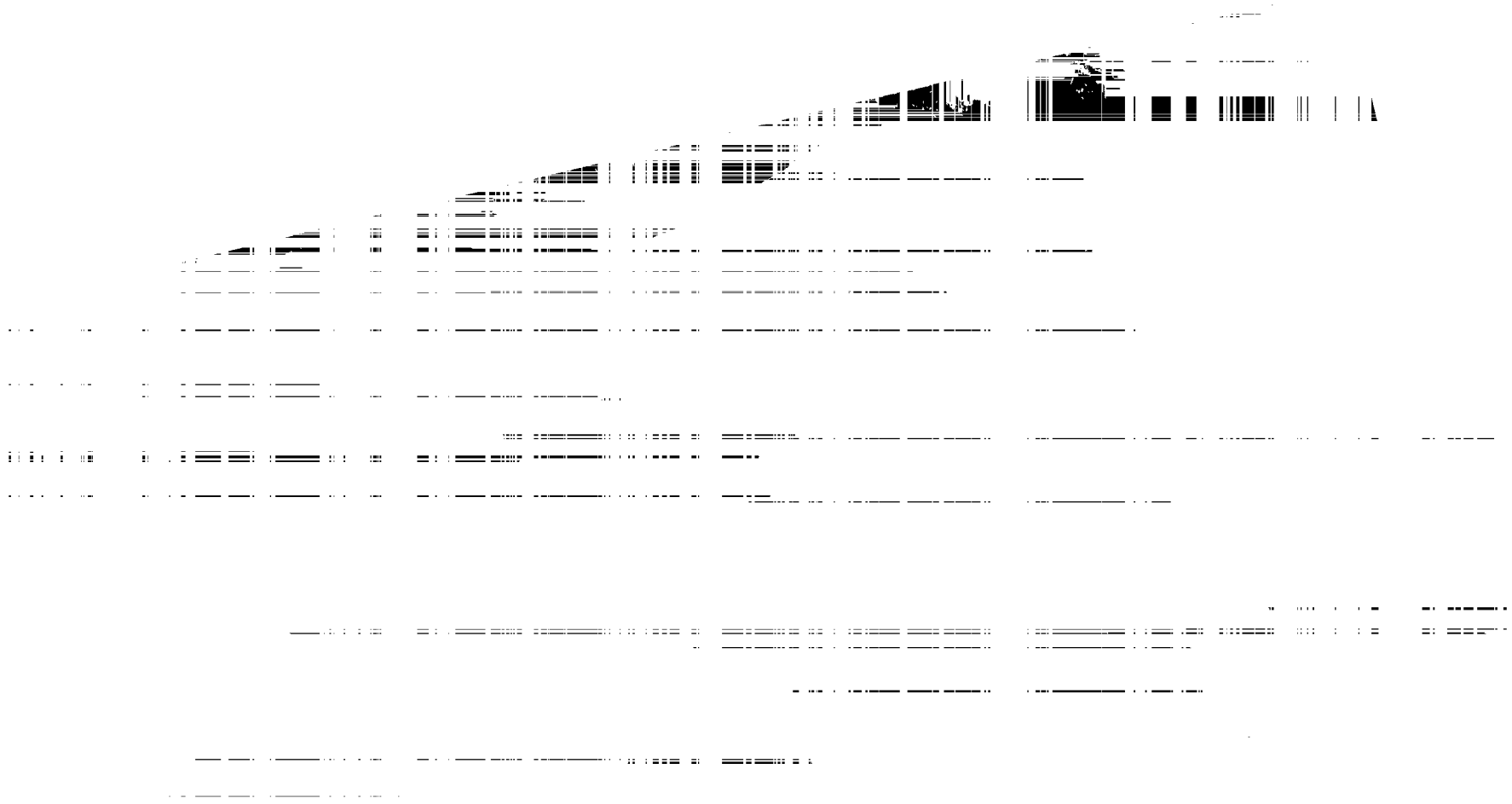
Em milhões de reais de junho/01

ÁREAS DE APLICAÇÃO	2002	2003	2004	2005	TOTAL
Ensino	400,3	488,4	590,8	675,6	2.155,1
Saúde	581,0	598,4	622,4	653,6	2.455,4
Inclusão Social	173,2	249,7	246,0	321,0	989,9
Transformações Urbanas	409,9	428,0	487,2	336,7	1.661,8
Modernização da Administração	51,5	98,0	25,5	27,5	202,5
TOTAL	1.615,9	1.862,5	1.971,9	2.014,4	7.464,7

Em milhões de reais de junho/01

FONTES DE RECURSOS	2002	2003	2004	2005	TOTAL
- Vinculações	979,6	1.085,1	1.211,5	1.327,5	4.603,7
. Educação	398,6	486,7	589,1	673,9	2.148,3
. Saúde	581,0	598,4	622,4	653,6	2.455,4
- Operações de Crédito	229,8	245,0	154,0	0,0	628,8
- Alienação de Bens	130,0	40,0	0,0	0,0	170,0
- Próprias	276,5	492,4	606,4	686,9	2.062,2
TOTAL	1.615,9	1.862,5	1.971,9	2.014,4	7.464,7





Prefeitura do Município de São Paulo

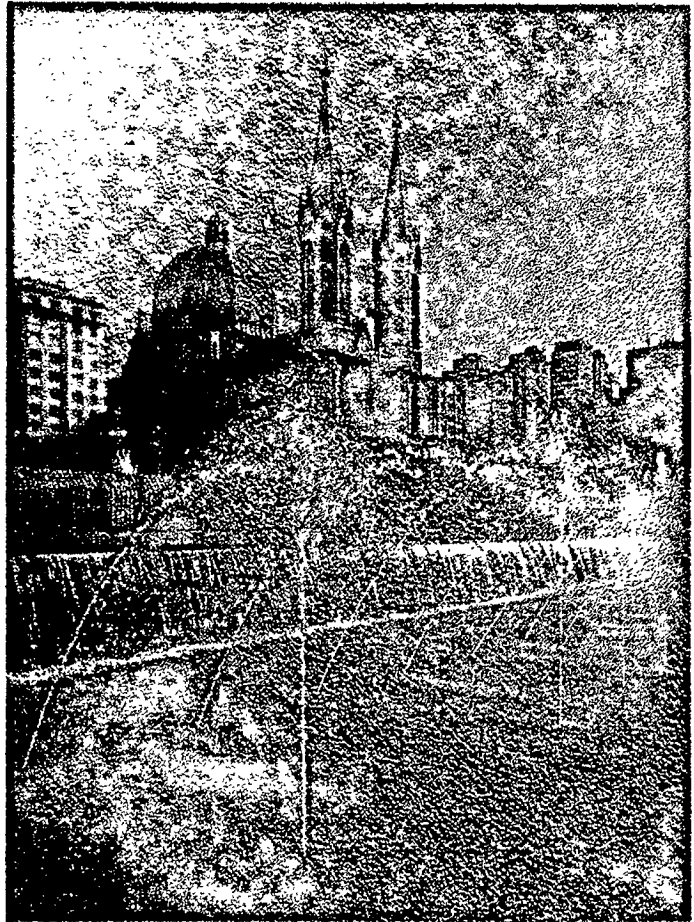


Prefeita Marta Suplicy

Secretaria de Finanças e Desenvolvimento Econômico
Secretário João Sayad

Assessoria Geral do Orçamento

Assessoria Técnica do Gabinete da Prefeita

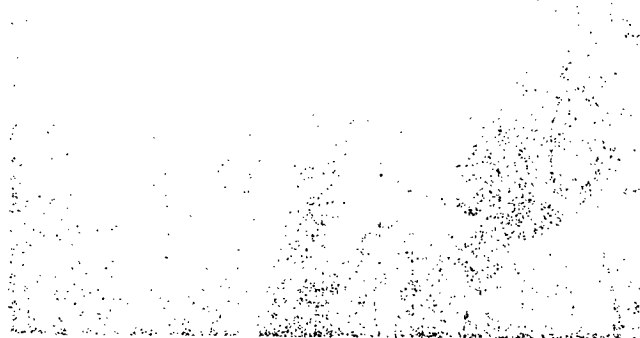


PL 547/2001

Anexos ao Projeto de Lei do **Plano Plurianual** **2002/2005**

SECRET - NO FORN DISSEM

SECRET



Anexo PL 547/2001

City of São Paulo

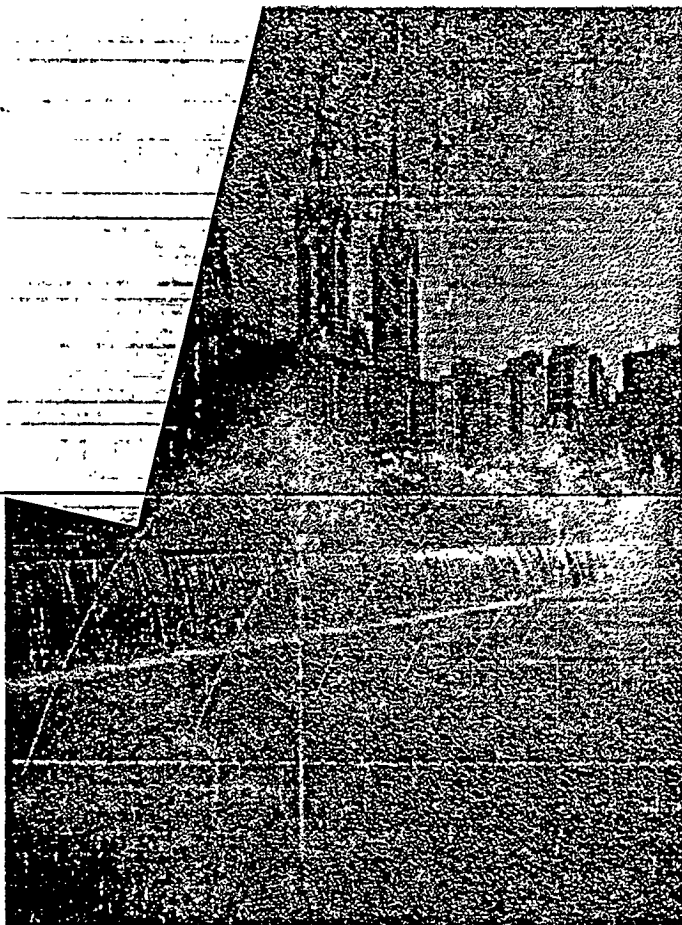
CÓPIA

Prefeitura Municipal de São Paulo

Secretaria de Finanças e Desenvolvimento Econômico
Secretário João Sayad

Assessoria Geral do Orçamento

Assessoria Técnica do Gabinete da Prefeita



PL 547/2001

Anexos ao Projeto de Lei do
Plano Plurianual
2002/2005

PLANO PLURIANUAL 2002/2005

ANEXO I

DIAGNÓSTICO SÓCIO-ECONÔMICO

ANEXO I

DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

Introdução

As transformações experimentadas pela economia mundial nas duas últimas décadas do século XX, mais especialmente a partir dos anos 90, produziram mudanças substantivas tanto na dinâmica quanto na geografia urbana das grandes cidades, algumas delas passando a ser consideradas ou pretendendo ser “cidades mundiais”.

Nas metrópoles do mundo não desenvolvido, esse conjunto de transformações, já consagradamente denominado “globalização”, se objetiva na intensificação de uma configuração dual, em que as diferenças se aprofundam e riqueza e pobreza extremas convivem lado a lado, segregando, quase que exclusivamente pelo endereço, excluídos de incluídos.

Em nosso país, São Paulo constitui seguramente o exemplo mais bem acabado desse mundo dual produzido pela globalização, na qual o país foi celeremente inserido desde o início dos anos 90, com a adoção definitiva da agenda neoliberal, pelo governo central. De um lado temos um arremedo de cidade global, com elites internacionalizadas, procurando se proteger da violência gerada pelo crescimento da miséria, enclausurando-se em supostas redomas, em que a vida seria “de primeiro mundo”; de outro a pobreza em grande escala das enormes áreas periféricas, regiões superpovoadas, em total desamparo, esquecidas pelo poder público, dilaceradas pela violência e onde o que impera é o desalento.

Nesse contexto, por piores que sejam suas condições financeiras, o que cabe ao poder público municipal é tentar minimizar e, se possível, reverter, esses resultados perversos, que impedem que a cidade seja um espaço de convívio civilizado, humano e solidário. É só com a atuação firme e decidida do poder público, tanto mais fortalecida quanto maior for a participação da população no curso de suas decisões, que torna-se possível enfrentar a força descomunal das tendências produzidas pelo processo de globalização e pelas políticas econômicas dele derivadas.

Os investimentos que se espera fazer ao longo dos próximos quatro anos, bem como os programas de duração continuada que se espera implementar nesse período, e cujas cifras constam do presente Plano Plurianual, têm, portanto, como seu princípio básico, minimizar a exclusão social que vitima parte substantiva de sua população. Reverter, ainda que parcialmente, esse quadro, implica não só aumentar a quantidade dos equipamentos públicos prestadores de serviços à população, como garantir as condições para seu pleno funcionamento e para a melhora da qualidade dos serviços prestados. Implica ainda implementar programas que reduzam as disparidades de renda e

físicas da cidade, seus espaços públicos e o transporte coletivo, além de criar condições para o equacionamento do problema habitacional, seguramente um dos mais sérios da cidade. Implica finalmente resgatar a autoestima do morador de São Paulo, particularmente aquele das áreas de maior exclusão, criando e aprimorando mecanismos de participação popular nas decisões que envolvem os recursos públicos.

As considerações que se seguem visam apresentar, de modo mais detalhado, a situação sócio-econômica do município de São Paulo. Assim, apresentamos uma radiografia do perfil produtivo da cidade, bem como de sua evolução recente. Apresentamos também dados agregados sobre o perfil de sua população, tanto no que diz respeito à sua composição etária, quanto no que concerne a índices de exclusão regionalizados. Finalmente apresentamos um breve diagnóstico dos setores em que atua o poder público municipal.

Esse conjunto de informações mostra-se de extrema importância, não só porque permite visualizar concretamente a situação sócio-econômica dual da cidade, que acima indicamos, como porque são as considerações sobre essa realidade concreta que nos levam a propor o Plano Plurianual nos termos em que ele aqui vai apresentado.

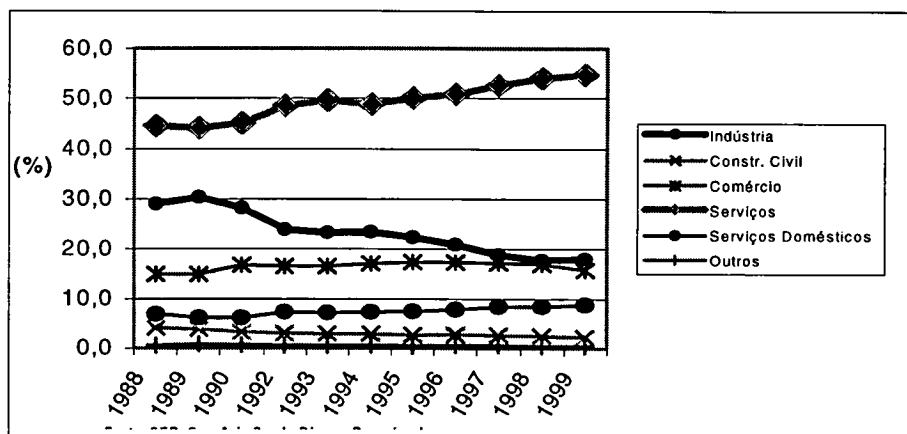
1. Perfil produtivo: atividade econômica, emprego e renda

Como indicamos acima, as enormes transformações experimentadas pela economia mundial nas duas últimas décadas tiveram conseqüências de variada ordem, dentre as quais uma mudança substantiva na dinâmica econômica das grandes cidades. Dentre os traços que mais se destacam nesse conjunto de mudanças, está o processo de desindustrialização e de reestruturação produtiva, que acabou por conferir a esses grandes espaços urbanos um perfil produtivo fortemente concentrado no setor terciário. Muitas das alterações recentes da geografia urbana dos grandes centros, verificada em vários países do mundo, decorreu da disposição dos setores privado e público de transformá-las em poderosos centros financeiros, de consumo e de entretenimento.

São Paulo não foi exceção a essa regra. A despeito da importância que ainda detém o setor industrial, é inegável que o setor de serviços vem crescendo em importância em nossa cidade. O gráfico I abaixo mostra a distribuição dos ocupados no município de São Paulo no período 1988-1999, onde fica evidenciada essa tendência. Além disso, dados da RAIS indicam que, em 1998, dos 504 estabelecimentos com mais de 500 empregados, apenas 122 são do setor industrial, enquanto que os do comércio e serviços somam 382.

Gráfico I

**Distribuição dos ocupados segundo ramos de atividade
Município de São Paulo – 1988 / 1999**



Fonte: SEP. Convênio SEADE-DIEESE. Pesquisa de Emprego e Desemprego.

A face perversa desse processo, movido tanto pelos imperativos tecnológicos quanto pela política econômica do governo federal, foi o crescimento acelerado do desemprego, além da precarização das relações de trabalho e do aumento de sua informalização. A tabela 1 abaixo mostra, com dados do Dieese, que, ao longo dos anos 90, a taxa de desemprego no município de São Paulo praticamente dobrou, informação também apresentada no Gráfico II.

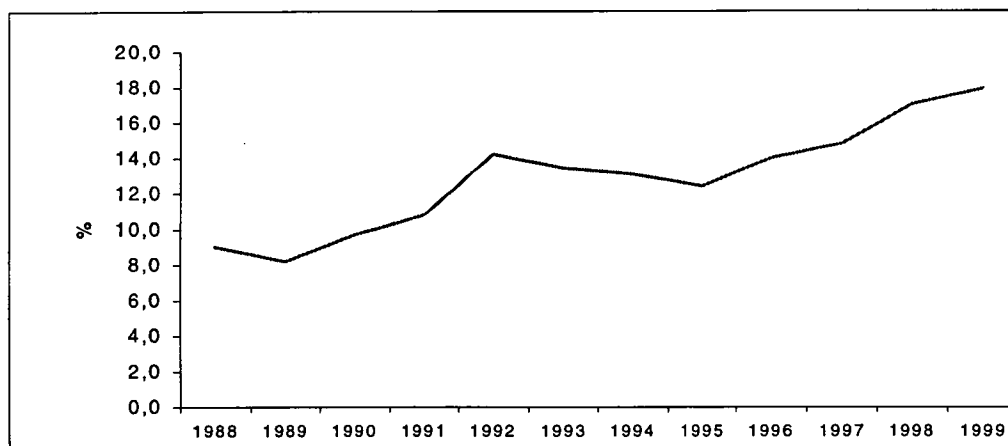
Tabela 1

**Distribuição da População em Idade Ativa, segundo situação ocupacional
Município de São Paulo - 1990/1999 (%)**

Situação ocupacional/ano	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
População em Idade Ativa	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Pop. Econ. Ativa	60,8	s.i	61,9	61,8	61,3	61,5	62,4	62,3	62,4	62,9
Ocupados	54,9	s.i	53,1	53,5	53,3	53,9	53,7	53,1	51,7	51,7
Desempregados	5,9	s.i	8,8	8,3	8,0	7,6	8,7	9,2	10,7	11,2

Fonte: SEP. Convênio SEADE-DIEESE. Pesquisa de Emprego e Desemprego.
s.i.: sem informação.

Gráfico II
Desemprego no Município de São Paulo – 1988 / 1999



Fonte: SEP. Convênio SEADE-DIEESE. Pesquisa de Emprego e Desemprego.

A tabela 2 mostra outros dados sobre mercado de trabalho, incluindo também a Região Metropolitana de São Paulo, e que apontam na mesma direção: crescimento do desemprego e queda do rendimento médio real, particularmente nos setores industriais (indústria de transformação e construção civil).

Tabela 2
Desemprego total, rendimento médio real e distribuição dos ocupados por setores de atividade

Região Metropolitana e Município de São Paulo - 1988 / 1999

	Região Metropolitana			Município de São Paulo		
	1988	1999	Variação 1988/1999	1988	1999	Variação 1988/1999
Desemprego	11,10	21,80	96,40%	9,00	17,90	98,89%
Rendimento médio real*	971,00	868,00	-10,61%	1021,00	962,00	-5,78%
Indústria	32,20	19,60	-39,13%	29,10	18,00	-38,14%
Comércio	14,10	16,10	14,18%	14,90	15,80	6,04%
Serviços	41,60	52,70	26,68%	44,50	54,80	23,15%
Construção civil	4,30	2,30	-46,51%	4,00	2,20	-45,00%
Serviços domésticos	6,90	8,90	28,99%	6,80	8,80	29,41%

Fonte: SEP. Convênio Seade - Dieese. Pesquisa de Emprego e Desemprego

(*) Valores de nov/99

Cumpre ainda frisar que o perverso processo de dualização da cidade, decorrente tanto de fatores relativos à nova dinâmica do capitalismo, quanto da política econômica do governo central, foi potencializado pela ausência, nos últimos anos, de um poder local ativo e socialmente balizado, gerando uma situação de acúmulo de déficits de variada ordem que, no limite, ameaçam a própria sobrevivência do município como pólo econômico.

Essa dualização fica claramente configurada quando observamos os índices de exclusão e a densidade demográfica das várias regiões da cidade. Se tomarmos os índices de exclusão relativos a desenvolvimento humano (IEX-DH), estimados pelo “Mapa da Exclusão/Inclusão Social da Cidade de São Paulo – 2000”, elaborado sob a coordenação da Vereadora Aldaíza Sposati, perceberemos que, dos 96 distritos da cidade, apenas 29 não os têm negativos, e estes agregam, em seu conjunto, apenas 2,1 milhões dos 10,4 milhões de habitantes da cidade. De acordo com esse índice, portanto, 4/5 da cidade é composta por excluídos. Se considerarmos as áreas de exclusão absoluta, onde o IEX-DH se aproxima de -1, chegaremos a 30 distritos, que conjuntamente abrigam cerca de 4,5 milhões de pessoas.

A situação não é muito diferente quando consideramos os índices de exclusão por renda existentes no mesmo Mapa. Sob esse critério contamos, dentre os 96 distritos da cidade, 25 distritos com índices de exclusão acima de 50%, mas nesses 25 distritos vivem cerca de 4 milhões de pessoas. Não por acaso, a coincidência entre os dois conjuntos de distritos, os 30 com maiores índices de exclusão com relação a desenvolvimento humano e os 25 com maiores índices de exclusão por renda é quase completa. Ainda com relação à renda, os distritos que podem ser considerados como de inclusão social são 42, mas abrigam apenas 3,3 milhões de pessoas, ou seja, sob esse critério, mais de 2/3 da população da cidade tem renda média familiar que obriga a enquadrá-los dentre os excluídos.

Outros dados significativos da situação absolutamente desigual da cidade em termos sócio-econômicos certamente existem, mas esses parecem suficientes para demonstrar a necessidade de o poder público municipal utilizar todas as suas armas para tentar reverter essa situação, associando a dinâmica econômica da cidade com o desenvolvimento social e a redução das desigualdades.

Isto posto, são as seguintes as diretrizes que nortearão as ações a serem desenvolvidas e os correspondentes gastos em investimentos e programas de duração continuada nos próximos 4 anos:

Diretrizes

- potencializar economicamente e tornar socialmente mais justa a arrecadação tributária.
- dirigir o uso dos recursos públicos para projetos com retorno social.

- desconcentrar as atividades econômicas do município, articulando políticas administrativas, de geração de renda e de fomento a atividades locais, valorizando as áreas marginalizadas da cidade e potencializando a inclusão social.
- implementar políticas distributivas e compensatórias, promovendo atendimento integral à população de baixa renda.
- qualificar e requalificar a mão-de-obra, aumentando as oportunidades de emprego da população de baixa renda.
- multiplicar as atividades de geração de emprego e renda, estimulando atividades econômicas intensivas em mão de obra.
- incentivar os pequenos empreendedores viabilizando seu acesso ao crédito.
- incentivar e apoiar a criação de cooperativas de produção e consumo.
- pautar o escopo das ações econômicas municipais na perspectiva da articulação metropolitana.
- desenvolver relações nacionais e internacionais com outras cidades, organismos de cidade, governos nacionais e municipais e instituições multilaterais (BIRD, BID, UNESCO, FAO, OIT, OMS etc.), visando ampliar parcerias e convênios de interesse da cidade.

2. População e Demografia

Os últimos censos demográficos indicam que, até 1980, o crescimento populacional da capital esteve fortemente influenciado pelo processo migratório. A partir de então, a drástica redução de migrantes provocou uma diminuição acentuada no ritmo de crescimento da população – processo que se intensificou no período 1991/2000, cuja taxa de crescimento foi de 0,85 % a.a.

Tabela 3

**População Residente
Município de São Paulo - 1970 / 2000**

Ano	População (habitantes)	Taxa de crescimento No período Anual (%)
1970	5.924.615	
1980	8.493.226	3,67
1991	9.646.185	1,16
2000	10.405.867	0,85

Fonte : IBGE

Considerando-se a diminuição da natalidade de 28,23 nascidos vivos por mil habitantes (em 1980) para 21,65 (em 1996) e a diminuição do saldo migratório que, no período 1991/1980 foi de menos 756 mil pessoas e, no quinquênio 1996/1991, foi da ordem de menos 515 mil pessoas, o crescimento vegetativo é o principal fator de aumento populacional no Município. Do ponto de vista das carências sociais, porém, esses dois fatores, de fato positivos (redução da taxa de natalidade e estancamento do processo migratório), não trazem grande alívio, visto a dimensão dos deficits que se acumularam nas últimas décadas e que os indicadores de exclusão anteriormente comentados tão bem expressam.

Quanto à distribuição espacial da população, o fator mais significativo a destacar é a perda populacional dos distritos mais centrais e o crescimento substantivo das áreas periféricas (particularmente a região Sul, seguida pela região Leste e região Norte), processo esse que tem início nos anos 80. O crescimento dos distritos da periferia é digno de nota, existindo casos, como o do distrito de Anhanguera, em que a população mais do que dobrou no exíguo prazo de 5 anos.

O deslocamento da população residente nos distritos mais centrais rumo às áreas periféricas da capital, ou em direção a outros municípios da região metropolitana, se dá pela conjugação de diferentes fatores. No caso das populações de maior poder aquisitivo temos a deterioração das condições urbanas, principalmente nos distritos da área central, e a transformação no uso dos imóveis, da categoria residencial para a categoria comércio e serviços. No caso das populações de baixa renda, o fator mais importante que tem levado a esse deslocamento é o elevado e crescente custo das moradias nas regiões mais consolidadas e dotadas de infra-estrutura urbana não deteriorada.

Ainda no que diz respeito à distribuição espacial da população, cabe mencionar a existência em nossa cidade de um número de moradores de rua que, se pequeno em termos relativos (0,085% da população total), é substantivo em termos absolutos: uma pesquisa recente elaborada pela FIPE/USP detectou a existência de quase 9 mil pessoas nessa condições.

Do ponto de vista do perfil etário, o primeiro fator a destacar é o envelhecimento da população. Em 1980 a participação da faixa etária "60 anos e mais" no total da população era de 6,3%, porcentagem que passou para 8,6% em 1996. Vale lembrar, porém, que a participação dos grupos etários se dá de forma heterogênea no território municipal. As áreas mais consolidadas, onde vivem as camadas de renda mais elevada, tendem a apresentar maior peso de idosos no total da população residente, enquanto que, nas regiões periféricas, é ainda bastante significativa a participação de crianças e adolescentes.

Outro fator importante a apontar é o processo de feminilização da população, cujo início remonta aos anos 60, mas que tem se intensificado nas últimas décadas. Em 1980 havia, na capital, 95,6 homens para cada 100 mulheres, proporção que passou a ser de 91,0 homens/100 mulheres no ano 2000. Essa característica tende a ser mais acentuada na faixa dos idosos, visto que dados de 1998 indicam que a esperança de vida estimada

para o sexo masculino é de 65,2 anos, enquanto que para o sexo feminino é de 74,7 anos.

A situação populacional da cidade, bem como sua distribuição espacial, indicam quais são os grupos populacionais mais vulneráveis, informações essas que indicam as seguintes diretrizes a serem perseguidas nos gastos com investimentos e programas de duração continuada nos próximos quatro anos:

Diretrizes

- desenvolver programas específicos e políticas compensatórias, visando a redução das situações de risco de crianças e adolescentes, principalmente nas áreas periféricas
- implementar programas específicos, articulando políticas de saúde, lazer e integração da terceira idade, visando atender a população mais idosa
- desenvolver programas, apoiar e incentivar ações que busquem atender a população de moradores de rua

3. Educação

Em consonância com os preceitos da LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação – o município de São Paulo atua fundamentalmente na educação infantil e fundamental, detendo ainda uma pequena participação no ensino médio. As tabelas a seguir mostram o número de unidades, número de matrículas e participação dos diferentes níveis de poder e do setor privado na oferta de vagas das várias modalidades de ensino.

Tabela 4

Unidades Escolares e Matrículas por Modalidade e Rede de Ensino

Unidades Escolares e Matrículas por Modalidade e Rede de Ensino								
Município de São Paulo								
1999								
Modalidade de Ensino	Rede de Ensino							
	Total		Estadual/Federal		Municipal		Particular	
	Nº de Unid.	Matrículas	Nº de Unid.	Matrículas	Nº de Unid.	Matrículas	Nº de Unid.	Matrículas
Creches	1.336	98.338	3	211	686	81.022	647	17.105
Pré Escola	1.751	289.387	2	214	390	215.034	1.359	74.139
Ensino Fundamental	2.287	1.730.420	980	894.775	401	554.628	906	281.017
Ensino Médio	1.086	599.378	551	483.731	8	5.503	527	110.144
Alfabetização de Jovens e Adultos	59	4.325	1	35	7	798	51	3.492
Ensino Fundamental de Jovens e Adultos	670	155.838	91	20.342	402	119.680	177	15.816
Ensino Médio de Jovens e Adultos	317	64.780	148	41.918	-	-	169	22.862
Suplência Profissionalizante de Jovens e Adultos	48	7.364	9	1.723	-	-	39	5.641

Fonte: Secretaria de Estado da Educação/SE – Centro de Informações Educacionais/CE.
 Secretaria Municipal de Planejamento Urbano – Departamento de Informações – DEINFO

Tabela 5

Participação Relativa das Redes de Ensino no Total de Matrículas por Modalidade

Participação Relativa das Redes de Ensino no total de matrículas por Modalidade de Ensino Município de São Paulo 1999				
Modalidades de Ensino	Rede de Ensino			
	Total	Estadual / Federal	Municipal	Particular
	Percentual	Percentual	Percentual	Percentual
Creches	100,0	0,2	82,4	17,4
Pré Escola	100,0	0,1	74,3	25,6
Ensino Fundamental	100,0	51,7	32,1	16,2
Ensino Médio	100,0	80,7	0,9	18,4
Alfabetização de Jovens e Adultos	100,0	0,8	18,5	80,7
Ensino Fundamental de Jovens e Adultos	100,0	13,1	76,8	10,1
Ensino Médio de Jovens e Adultos	100,0	64,7	-	35,3
Suplência Profissionalizante de Jovens e Adultos	100,0	23,4	-	76,6
Fonte: Secretaria de Estado da Educação / SE - Centro de Informações Educacionais / CIE.				
Secretaria Municipal de Planejamento / Sem pla - Departamento de Informações / Deinf.				

Ensino Infantil

A rede municipal de ensino reponde por cerca de 76% do total de atendimento no ensino infantil, enquanto que o setor privado responde por aproximadamente 24%. Do total das crianças atendidas 17% estão na faixa entre 0 a 3 anos; 36% tem 4 e 5 anos; 35% tem 6 anos e o restante (12%) tem mais de 6 anos. Em 1999, a municipalidade contava com 686 creches (diretas, indiretas e conveniadas), que atendiam 81 mil crianças. O setor privado participava da oferta de vagas com 647 creches com 17 mil crianças matriculadas.

Na faixa entre 4 a 6 anos de idade há grande número de crianças fora da pré-escola, pois a oferta de vagas nesta faixa é de 64% do total. Verifica-se, entretanto, grande disparidade entre os distritos quanto ao grau de cobertura neste serviço, sendo que os maiores déficits encontram-se nos extremos Leste, Sul e Norte da cidade. A experiência do Orçamento Participativo deste ano de 2001 evidenciou claramente a situação de déficit no atendimento a crianças de 0 a 6 anos no município, visto que essa foi a primeira prioridade na área de educação apontada pela população na enorme maioria dos distritos.

Ensino Fundamental

A oferta de vagas no ensino fundamental pelo poder público corresponde a 84% do total, sendo que 51% pela rede estadual e 33% pela municipal. O setor privado responde por aproximadamente 16%. Do total das crianças matriculadas, 39% estão na faixa entre 7 a 10 anos e 45% na faixa de 11 a 14 anos. Cabe ressaltar que aproximadamente 16% das matrículas é de jovens de 15 anos e mais. A defasagem entre idade e série no ensino fundamental é significativa. Dos alunos matriculados 23% tem idade acima da ideal para a série cursada. Esta defasagem cresce progressivamente entre as séries do ensino fundamental: 5% na 1ª série, 21% na 4ª série, 36% na 8ª série.

As regiões da cidade com maiores percentuais de defasagem idade/série são as periféricas, sobretudo no Sul e Leste, com 26% cada e Norte com 24%. A taxa de cobertura no ensino fundamental no município de São Paulo está bem próxima da universalização, com 92% das crianças e jovens na faixa de 7 a 14 anos freqüentando a escola. As maiores carências de atendimento localizam-se nos extremos das regiões Leste e Sul da cidade.

Ensino Médio

O Ensino médio, com duração mínima de 3 anos é a etapa final da educação básica e tem por objetivos a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental e a preparação básica para o trabalho e para a cidadania. Ainda não é obrigatória, mas a Constituição determina como dever do Estado sua progressiva universalização.

A rede de ensino estadual é responsável por 80% da oferta total de vagas neste nível de ensino. A prefeitura tem uma atuação restrita, respondendo por menos de 1% das vagas. O setor privado responde por aproximadamente 18%. Do total de matrículas, apenas 53% corresponde a jovens na faixa etária adequada a este nível de ensino (15 a 17 anos). Cerca de 17% das matrículas são de jovens de 18 anos e 30% é ocupada por alunos com 19 anos e mais. A defasagem entre idade e série no ensino fundamental é extremamente elevada. Do total de alunos matriculados, 44%, em média, tem idade acima da ideal para a série cursada. As regiões da cidade com maiores percentuais de defasagem idade/série localizam-se nos extremos Sul, Leste e Norte da cidade, sendo que apenas 52% da população de 15 a 17 anos encontra-se matriculada no Ensino Médio.

Alfabetização de Jovens e Adultos

Destinada a jovens e adultos que não tenham freqüentado ou concluído a escolarização regular na idade apropriada, essa modalidade de ensino é realizada através de cursos ou exames supletivos. Esses cursos concentram-se majoritariamente na rede particular, que responde por 81% das matrículas. A rede municipal atende 18% desses alunos, a rede federal tem apenas uma escola e a rede estadual não oferece cursos dessa natureza. Em

1999, havia, no município, cerca de 4.300 jovens e adultos frequentando cursos de alfabetização, sendo que os distritos periféricos ao Sul do município detinham o maior contingente desses estudantes (37%), pois é nessa região que concentra-se a maior quantidade de pessoas com menos de um ano de estudo.

Os dados e informações apresentados indicam que as seguintes diretrizes deverão nortear os gastos com investimentos e programas de duração continuada no setor da educação nos próximos quatro anos:

Diretrizes

- descentralizar equipamentos e serviços.
- ampliar o número de vagas de ensino infantil, com ênfase nas regiões periféricas, visando reduzir o claro deficit existente no município no atendimento a crianças de 0 a 6 anos.
- garantir a efetiva universalização do ensino fundamental.
- garantir o acesso à educação fundamental dos jovens e adultos que não a concluíram, seja nos cursos de suplência nas escolas municipais, seja por meio de programas específicos.
- incentivar a permanência de crianças e adolescentes na escola, por meio de programas específicos.
- garantir a formação permanente dos profissionais de ensino e a avaliação constante das práticas pedagógicas.
- estimular o uso de novas tecnologias, particularmente informática, como instrumentos educacionais.
- fortalecer o Conselho Municipal de Educação enquanto órgão normatizador, fiscalizador e articulador

4. Saúde

Dentre os indicadores mais significativos das condições de saúde de uma população estão os índices de mortalidade, bem como a análise de suas principais causas.

No que diz respeito à **mortalidade infantil**, os dados mostram uma evolução favorável desse indicador nos anos 90, se considerado o município como um todo (vide tabelas 6 e 7 abaixo). Ela declinou de 30,9 por mil nascidos vivos, em 1990, para 16,3 por mil, em 1999, uma queda, portanto, de mais de 40%. Essa taxa, no entanto, é ainda muito superior àquelas existentes nos países desenvolvidos, da ordem de 9,0 por mil.

Tabelas 6 e 7

Taxa de Mortalidade Infantil e Neonatal Município de São Paulo - 1990/ 1999

Ano	Mort. Infantil taxa por mil nascidos vivos	Mort. Neonatal taxa por mil nascidos vivos
1990	30,90	18,93
1991	26,03	16,98
1992	25,23	16,23
1993	25,67	16,45
1994	23,39	14,75
1995	23,46	14,86
1996	21,63	14,01
1997	19,86	13,18
1998	17,90	11,85
1999	16,29	10,85

Fonte: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE

Evolução da Mortalidade Infantil e Neonatal Município de São Paulo - 1990/ 1999

Ano	Índice mortalidade infantil	Índice mortalidade neonatal
1990	100,00	100,00
1991	82,85	87,75
1992	79,74	83,27
1993	86,95	90,47
1994	80,46	82,42
1995	79,54	81,80
1996	75,48	79,38
1997	71,08	76,57
1998	64,54	69,40
1999	58,35	63,07

Fonte: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE

Além disso, a evolução favorável da taxa média do município esconde desigualdades significativas aí existentes e que aparecem quando o dado é enfocado sob o ângulo local, ou seja, desagregado para os distritos municipais. Em 39 dos 96 distritos da cidade, a mortalidade infantil situa-se acima da média observada para o município, sendo que, em 11 deles, as taxas apresentam valores acima de 20 mortes por mil nascidos vivos (23,6 por mil na Vila Curuçá). No extremo oposto, 7 distritos apresentam taxas inferiores a 9 mortes por mil nascidos vivos (5,3 por mil no Jardim Paulista), padrão que corresponde à situação verificada nas áreas mais desenvolvidas do globo.

Os fatores que determinam a taxa de mortalidade infantil são de variada ordem. Assim, mesmo no caso de populações de nível de renda extremamente reduzido, ações localizadas de educação sanitária ou voltadas para cuidados pré e pós-parto incidem significativamente em sua redução. Dessa forma, as taxas mais elevadas são encontradas não apenas nas áreas mais pobres, onde é maior a proporção de moradias precárias (favelas, cortiços etc.), mas principalmente naquelas em que, à condição de pobreza, associa-se a carência de infraestrutura e equipamentos públicos na prestação de serviços de saúde e a ausência de políticas específicas para combatê-la, particularmente aquelas atinentes à medicina preventiva.

A incidência da **mortalidade neonatal** (aquela que ocorre até o 28º dia após o nascimento) também chama a atenção em São Paulo. Mais da metade (50,2%) do total de óbitos de menores de um ano de idade ocorre no período neonatal. A redução desse tipo de óbito depende diretamente de melhoria no acompanhamento médico-hospitalar no período pré-natal, no parto e no pós-parto.

A taxa de **mortalidade materna** (medida por cem mil nascimentos) constitui mais uma variável associada às condições de pobreza e de insuficiência na estrutura médico-hospitalar disponível. Para efeito de comparação, vale lembrar que, em 1998, nos Estados Unidos, essa taxa situava-se no patamar de 7,1 por cem mil, enquanto que, no Estado de São Paulo, para o mesmo ano, era de 45,6 e no Município de São Paulo, atingia o nível de 58,3. Também no caso da mortalidade materna, sua incidência pode ser facilmente reduzida se ações preventivas forem desenvolvidas, especialmente junto às populações de baixa renda.

Tabela 8

Taxa de Mortalidade Materna
 Estado de São Paulo e Município de São Paulo - 1990/1999

Ano	Taxa Mortalidade Materna ⁽¹⁾	
	Estado	Município
1990	53,7	51,3
1991	48,9	49,6
1992	44,2	44,2
1993	46,9	49,5
1994	50,4	42,5
1995	46,3	52,3
1996	41,6	49,9
1997	49,0	60,2
1998	45,6	58,3
1999	41,4	47,3

Fonte: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE

Elaboração CIS/ SES

(1) Taxa por 100 mil nascidos vivos

Quanto à **mortalidade por AIDS**, a despeito da queda geral de óbitos que se observa a partir de 1995, observa-se também uma mudança no perfil dos atingidos, tanto espacialmente, com o deslocamento da epidemia para as regiões periféricas, quanto em termos de gênero, pois ela atinge hoje menos os homens e mais as mulheres, particularmente aquelas de menor poder aquisitivo.

O progressivo envelhecimento da população e a melhoria nas condições de atendimento médico, embora ocorrendo de forma desigual no território nacional, vem tendo reflexos diretos no **perfil da mortalidade**. Para a média da população, vêm se reduzindo os óbitos provocados por doenças infecciosas (típicas da pobreza e da infância) e vêm aumentando as mortes por doenças crônico-degenerativas, especialmente em centros urbanos melhor dotados de infraestrutura médico-hospitalar.

No Município de São Paulo, no período de 1996 a 2000, as principais causas de morte foram, pela ordem, as doenças do aparelho circulatório, os tumores e cânceres, as causas externas (principalmente homicídios e acidentes de trânsito), as doenças do aparelho respiratório, as doenças infecciosas e as doenças do aparelho digestivo.

Um dado que chama a atenção é o aumento da **mortalidade por causas externas** no município, fator esse que, desde 1998, constitui a principal causa de morte para a população masculina da cidade. Mas estas causas incidem de maneira diferenciada sobre os vários segmentos da população e assim, os perfis de mortalidade estão relacionados com os diferentes graus de exposição aos fatores de risco e oportunidades de acesso aos serviços de saúde, entre outros aspectos, gerados pelas desigualdades nas condições de vida.

Os homicídios corresponderam, em 2000, a 65,2% do total de óbitos da categoria causa externa. O segundo motivo, os acidentes de trânsito, tiveram uma participação de 12,7% no total de mortes por causas externas. Tem-se verificado, para o Município de São Paulo, a partir de 1997, um crescimento contínuo da taxa geral de homicídios, que passou de 47,38 por cem mil habitantes para 57,45 por cem mil no ano 2000. Os índices mais elevados (superiores a 80,0 por cem mil habitantes) correspondem aos verificados em distritos da periferia das zonas sul, leste e norte, tais como Capão Redondo, Jardim Ângela, Guaianazes e Brasilândia. Alguns distritos da zona central, como Sé e Brás também apresentam elevadas taxas de homicídios.

Quanto aos acidentes de trânsito, observou-se uma redução nas ocorrências com vítimas fatais. Assim a taxa que indica o número de vítimas fatais por cem mil habitantes, passou de 18,59 em 1996 para 11,22 em 2000. A entrada em vigor do novo Código Nacional de Trânsito (janeiro/1998), que prevê penalidades rigorosas aos infratores, aliada ao trabalho de fiscalização, pode, seguramente, ser associada à redução no número de mortes por este tipo de causa.

As causas externas matam de forma significativa mais homens do que mulheres. Das mortes por causas externas verificados em 2000, 86% eram de homens e 14% de mulheres. A população masculina (especialmente aquela situada na faixa etária entre 15

e 40 anos) é a mais atingida. Quanto aos homicídios, 92,5% das vítimas são do sexo masculino. Quanto às vítimas de acidentes de trânsito, 77% são homens.

Rede Pública de Equipamentos de Saúde

A eficácia e a efetividade da rede pública de equipamentos de saúde no atendimento à população numa metrópole como São Paulo está relacionada ao seu dimensionamento físico, à distribuição dos equipamentos no território municipal e à forma de gestão e hierarquização da rede.

As tabelas 9 e 10 a seguir mostram a oferta de equipamentos públicos de saúde no município, tanto no que diz respeito ao atendimento básico quanto no que tange ao atendimento de especialidades médicas. As tabelas mostram ainda a participação de cada nível de governo na oferta desses equipamentos. O fato de o município ter ficado, até o ano de 2000, ausente do Sistema Único de Saúde (SUS) é o que explica a preponderância verificada da participação do nível estadual de governo, visto que só no presente exercício iniciou-se o processo de municipalização da saúde, já bastante adiantado em todos os demais municípios do estado de São Paulo.

Tabelas 9 e 10

Unidades de Atendimento Básico à Saúde por Rede

Município de São Paulo

1999

Município de São Paulo	415
Rede Municipal	144
Posto de Atendimento à Saúde	100
Unidade Básica de Saúde	44
Rede Estadual	254
Centro de Saúde	145
Unidade Básica de Saúde/Ambulatório	109
Rede Federal	17
Posto de Atendimento Médico	17

Fonte: Secretaria Municipal da Saúde - Assessoria de Planejamento - ASPLAN e
Secretaria Estadual da Saúde - Centro de Informações da Saúde - CIS

Unidades de Atendimento Especializado à Saúde por Rede

Município de São Paulo

1999

Município de São Paulo	257
Rede Municipal	100
Centro de Convivência e Cooperativa	13
Centro de Referência em Saúde do Trabalhador	5
Hospital - Dia em Saúde Mental	14
Pronto-Socorro	12
Unidade de Atendimento Domiciliar	1
Laboratório	1
Ambulatório de Especialidades	18
Consultório Odontológico	2
Centro Orientação e Apoio Sorológico - DST/AIDS	25
Centro de Referência em Saúde da Mulher	1
Centro de Referência Infantil	2
Centro de Referência em Farmacodependência	5
Clínica Oftalmológica	1
Rede Estadual	157
Casa Aids	1
Instituto/Pesquisa	8
Clínica Especializada	16
Centro de Atendimento ao Desenvolvimento Infantil	23
Clínica Odontológica	6
Serviços de Diagnóstico e Terapia	80
Unidade Móvel	23

Fonte: Secretaria Municipal da Saúde - Assessoria de Planejamento - ASPLAN e
Secretaria Estadual da Saúde - Centro de Informações da Saúde - CIS

No que diz respeito à rede hospitalar, o Município dispunha, em 1999, de 34.537 leitos, espalhados em 199 unidades hospitalares (vide tabelas 11 e 12 abaixo). O coeficiente entre o número de leitos e o número de habitantes indicava uma disponibilidade de 3,47 leitos/mil habitantes, abaixo, portanto do padrão preconizado pela OMS, que é de 4,5 leitos/mil.

Numa cidade do porte de São Paulo, os hospitais, ao contrário do que ocorre com as unidades voltadas ao atendimento básico, servem não apenas a população local. Pelo grau de especialização dos serviços que oferecem, o atendimento prestado pelos hospitais estende-se a áreas que ultrapassam o âmbito municipal e mesmo estadual. Apesar dessa característica, que impõe limites a uma leitura do número de leitos disponíveis feita estritamente no nível do município, nota-se que há uma concentração das unidades hospitalares nas regiões Centro e Sul do município, já que 63,7% dos leitos disponíveis na cidade são oferecidos por hospitais nelas localizados, enquanto que, na populosa zona Leste localizam-se apenas 14,9% dos leitos hospitalares do município.

Tabela 11

Hospitais e Leitos por rede
 Município de São Paulo
 1999

UNIDADES	REDE MUNICIAPAL		REDE ESTADUAL		REDE PARTICULAR		TOTAL	
TERRITORIAIS	Hospital	Leito	Hospital	Leito	Hospital	Leito	Hospital	Leito
MSP	17	2.750	37	13.895	145	17.892	199	34.537

Fonte : Secretaria Municipal de Saúde – Assessoria de Planejamento ASPLAN/PLAN
 Secretaria Estadual de Saúde – Centro de Informações de Saúde / CIS

Tabela 12

Coeficiente de Leitos Gerais
 Município de São Paulo
 1999

Unidades Territoriais	População (1)	Total de Leitos	Coeficiente de Leitos Gerais (2)
MSP	9.957.234	34.537	3,47

Fonte : Secretaria Municipal de Saúde – Assessoria de Planejamento ASPLAN/PLAN
 Secretaria Estadual de Saúde – Centro de Informações de Saúde / CIS

(1) Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE – Estimativa Sempla com base nos censos de 1991 e 1996

(2) Segundo a Organização Mundial de Saúde o Coeficiente de leitos gerais internacionalmente aceito é de 4,5/mil habitantes

investimentos e programas de duração continuada na área da saúde no município de São Paulo, nos próximos quatro anos:

Diretrizes

- implementar políticas visando a universalidade, equidade e integralidade na prestação dos serviços de saúde no município.
- efetivar o processo de municipalização da saúde, habilitando o município não só à gestão plena da saúde básica, como à gestão plena do sistema.
- descentralizar as ações e serviços e efetivar políticas locais, pensadas e implementadas em âmbito distrital.
- priorizar ações e serviços de saúde de forma direta pelo poder público.
- articular ações intersetoriais que incidam sobre os determinantes das condições de vida.
- assegurar o atendimento integral de indivíduos, grupos e coletividade por meio da atuação de equipes multidisciplinares, com ênfase na medicina preventiva.
- aumentar a oferta de equipamentos públicos e modernizar e aparelhar as unidades de saúde.
- requalificar e desenvolver recursos humanos para garantir o funcionamento dos postos de saúde com atendimento por profissionais especializados.
- garantir o acesso dos munícipes às informações de interesse da saúde; garantir sistema local de informações para tomadas de decisão e intervenções imediatas necessárias a manutenção das condições de saúde da população.
- fortalecer o Conselho Municipal de Saúde e organizações distritais.
- restabelecer o poder deliberativo dos fóruns do SUS.
- implementar o Programa de Saúde da Família.
- Implementar programas de saúde visando grupos específicos (mulher, idoso, trabalhador, portadores de necessidades especiais etc.).
- Implantar e ampliar programas voltados a especialidades médicas.
- implantar e coordenar sistemas de vigilância sanitária, epidemiológica, de controle de zoonoses e laboratórios de Saúde Pública.

5. Cultura

A cidade de São Paulo destaca-se como um dos principais pólos culturais do país, sediando grande número de eventos, para os quais são indispensáveis a existência e adequação dos equipamentos do setor. A cidade conta com 190 salas, com aproximadamente 97.000 assentos, destinadas à encenação de peças de teatro, realização de shows e concertos. Neste segmento, a iniciativa privada representa mais de 80% dos locais e assentos.

Existem ainda no município 203 salas de cinema, num total de aproximadamente 50.000 assentos, sendo a quase totalidade pertencente à iniciativa privada. Para a realização de atividades culturais diversas, a cidade conta com 43 locais, os conhecidos Centros ou Espaços Culturais, sendo 33 do setor público (11 do governo do estado e 22 da Prefeitura). A esfera pública (Estado e Município) possui, também, 65% dos museus da cidade. O Município tem uma rede de 63 bibliotecas, distribuídas por toda a cidade, sendo 36 delas infanto-juvenis, além da Biblioteca Central (Mário de Andrade), cujo porte e acervo extrapolam os limites de São Paulo.

Essa substantiva oferta de equipamentos garante as condições materiais para uma vida cultural pujante e diversificada. Contudo, uma parte substantiva da população não se beneficia dessa característica da cidade. O acesso mais difícil das áreas periféricas aos equipamentos culturais, o baixo nível de renda de sua população, a pequena oferta de espetáculos gratuitos, a falta de incentivo derivada do baixo nível de instrução e do enorme espaço ocupado pela mídia televisiva no tempo livre dessas camadas são todos fatores que se combinam no sentido do diagnóstico de que há também um substantivo deficit cultural no município e que atinge parcelas específicas de sua população.

Dado esse diagnóstico, são as seguintes as diretrizes que deverão nortear os gastos com investimentos e programas de duração continuada nos próximos quatro anos:

Diretrizes

- descentralizar equipamentos e serviços.
- incentivar participação da população através de fóruns de cultura.
- criar espaços culturais nas diversas regiões.
- realizar eventos e “produzir” cultura nas áreas mais distantes do centro.
- Implantar programas culturais específicos para incentivar os jovens e adolescentes das regiões periféricas.
- utilizar as escolas municipais como espaços de produção e convívio cultural por meio de políticas setoriais integradas.
- Incentivar e apoiar manifestações de cultura popular e étnico-culturais.

- envolver a comunidade na identificação e proteção do patrimônio artístico-cultural.
- criar, ampliar e conservar acervos e equipamentos culturais: teatros, centros-culturais, bibliotecas, museus e casas de cultura.
- integrar equipamentos culturais aos setores da área social da administração.
- preservar os bens de valor histórico, artístico e cultural, paisagens naturais e construídas, sítios arqueológicos e referências urbanas.

6. Esportes, Lazer e Recreação

A participação da Prefeitura na rede de equipamentos voltada às atividades esportivas na capital é bastante significativa: dos 655 equipamentos já cadastrados na cidade (os dados das redes estadual e particular encontram-se em fase de atualização) cerca de 632 pertencem à municipalidade.

Tabela 13
Equipamentos de Esportes, Lazer e Recreação

	Equipamentos por Rede									
Região	Municipal							Estadual	Particular	
	Total	Pequeno Porte ⁽¹⁾	Médio porte ⁽²⁾	Grande Porte ⁽³⁾	Total	Desativado/	Total	Grande Porte ⁽³⁾		
	Geral				Municipal	Abandonado	Ativo			
MSP	655	565	38	29	632	132	494	4 ⁽¹⁾	19 ⁽¹⁾	

Fonte: Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação / SEME.

Elaboração: Secretaria Municipal de Planejamento Urbano / Sempla - Departamento de Informações / Deinfo.

⁽¹⁾ Centros Desportivos Municipais, Campos, Modelódromos e outros

⁽²⁾ Centros Educacionais e Esportivos Balneários e Mini Balneários

⁽³⁾ Clubes Desportivos, Estádios, Centro Olímpico, Autódromo

^(*) Dados em fase de atualização

Deste contingente, aproximadamente 90% são considerados equipamentos de pequeno porte, a grande parte constituída por unidades esportivas autônomas, administrados por entidades da sociedade civil e geralmente localizados em regiões mais periféricas.

Os equipamentos de médio porte – centros educacionais e esportivos, balneários e mini balneários – diretamente administrados pela Prefeitura, localizam-se majoritariamente em áreas mais tradicionais, mas também são encontrados em alguns (poucos) distritos periféricos. Entretanto, o uso destes equipamentos fica prejudicado em razão de muitos deles encontrarem-se em situação precária, necessitando de reformas. Aliás, essa é uma das razões pelas quais 132 dos 632 equipamentos municipais encontram-se desativados

ou abandonados, necessitando, portanto, de um programa urgente de recuperação para serem reincorporados ao patrimônio esportivo municipal.

A Prefeitura mantém ainda 29 equipamentos considerados de grande porte, e que sediam os grandes eventos esportivos da capital. As informações atualmente disponíveis indicam que as redes pública e particular contribuem com equipamentos de grande porte para a realização de atividades esportivas na capital – os quais, além das atividades cotidianas, também colaboram na realização dos importantes eventos da cidade.

Quanto ao número de eventos realizados, embora se observe recentemente um expressivo aumento tanto em seu número quanto no da parcela da população neles envolvida, este número é ainda muito reduzido para uma cidade do tamanho de São Paulo, bem como é ainda inexpressiva a participação da população nessas atividades. Considerando-se o papel que as atividades de esportes, lazer e recreação podem e devem desempenhar na prevenção da criminalidade, principalmente no tocante às crianças e adolescentes das regiões mais carentes, disponibilizando equipamentos e pessoal para a realização de eventos que visem o desenvolvimento e bem-estar físico e mental destes segmentos, a situação acima apontada está muito longe da ideal.

As diretrizes que deverão nortear os gastos com investimentos e programas de duração continuada nos próximos quatro anos no município, na área de esportes e lazer, foram desenhadas visando, primordialmente, reverter essa situação.

Diretrizes

- descentralizar equipamentos e serviços.
- otimizar o uso da rede de equipamentos esportivos através de programação intersecretarial.
- desenvolver programações esportivas e de lazer com a participação e recursos da comunidade local.
- Desenvolver programação de esportes e lazer em parcerias com outras esferas de governo e com a sociedade civil.
- formar ou aperfeiçoar recursos humanos de suporte às atividades de esporte, cultura e lazer, integrando-os com programas de inserção e reinserção de mão-de-obra no mercado.
- desenvolver programação específica para crianças e adolescentes, idosos, portadores de necessidades especiais e demais grupos vulnerabilizados.
- retomar o controle e a finalidade pública dos equipamentos municipais recuperando suas instalações.

- retomar o controle e a finalidade pública dos equipamentos municipais recuperando suas instalações.
- implementar programas educacionais de conservação e utilização adequada dos equipamentos municipais.
- ampliar horários de atendimento nas unidades desportivas municipais.
- incentivar e apoiar a criação de entidades desportivas e clubes nas regiões periféricas.
- utilizar as escolas públicas, nos finais de semana, para a realização de atividades integradas nas áreas de esporte, lazer e cultura; estimulando a capacitação de monitores locais.
- criar cursos básicos de formação nas diversas modalidades esportivas direcionados a crianças e adolescentes e incentivar a prática de esportes através de competições.
- estabelecer parcerias com a iniciativa privada para fornecimento de material de apoio às atividades nos finais de semana e torneios esportivos em geral.
- fomentar o aproveitamento de espaços em vias públicas para lazer e recreação nos finais de semana (ruas de lazer).

7. Segurança Pública

A evolução do número de crimes ocorridos na cidade de São Paulo na última década confirma a inclusão da cidade dentre as mais violentas do mundo. No período 1990-1998, observa-se um aumento de 34% no total de crimes ocorridos na capital, o que elevou em 26% o índice de vítimas por 100.000 habitantes no período (vide tabela 14, a seguir).

Tabela 14

Crimes Registrados
Município de São Paulo -1990 e 1998

Ano	Total de Crimes (1)	Vítima por 100.000 hab (2)
1990	337.127	3.536
1998	451.627	4.414

(1) inclui crimes contra a pessoa, contra o patrimônio, contra os costumes, contra a incolumidade pública e outros.

(2) População Estimada 1990 - 9.535.201 habitantes
1998 - 10.232.037 habitantes

Fonte: Secretaria de Segurança Pública/SP

Das diversas modalidades de crimes, duas chamam especialmente a atenção: os crimes contra a pessoa, que envolvem os homicídios, as tentativas de homicídios e os acidentes de trânsito, representando 20% do total, e os crimes contra o patrimônio, ou seja, os furtos e roubos em geral, que respondem por 75% do total de ocorrências criminosas.

Tabela 15
 Crimes quanto à Natureza
 Município de São Paulo – 1990 e 1998

Natureza do Crime	1990		1998	
	N	%	N	%
Contra a Pessoa	95.194	28,2	91.973	20,4
Contra o Patrimônio	228.106	67,7	338.111	74,9
Contra a Incolumidade Pública	3.480	1,0	4.855	1,1
Contra os Costumes	3.726	1,1	3.102	0,7
Outros	6.621	2,0	13.586	2,9
Total	337.127	100,0	451.627	100,0

Fonte: Secretaria de Segurança Pública/SP
 Fundação Seade

A tabela 15 mostra um crescimento expressivo dos crimes contra o patrimônio no anos 90, uma vez que o aumento de ocorrências desse tipo no período foi de 42%. O roubo de veículos responde por parte substantiva desse aumento, visto que o número dessas ocorrências cresceu em 78%, passando de 6 para 10 veículos roubados por hora.

Igualmente preocupante é a elevada taxa média de 71 homicídios ou tentativas de homicídio para cada 100.000 habitantes. Esse indicador revela não apenas a efetivação mas também a intenção do homicídio, o que, do ponto de vista da segurança pública é igualmente significativo. Essa taxa elevada, entretanto, distribui-se de forma diferenciada no território da capital, havendo regiões onde a ocorrência de homicídios é mínima (normalmente em áreas de bom padrão sócio-econômico) e outras onde a incidência é bastante elevada (áreas carentes e geralmente periféricas).

Considerando tal situação, são as seguintes as diretrizes que devem nortear os gastos em investimentos e programas de duração continuada na área de segurança pública nos próximos quatro anos:

Diretrizes

- aproximar a comunidade dos agentes de segurança, mediante descentralização dos serviços.
- assegurar o policiamento preventivo dos próprios municipais.

- estimular a criação de conselhos distritais para elaboração e execução de planos de redução da violência.
- controlar e reduzir violência local através de ações múltiplas e integradas entre unidades locais da Prefeitura.
- desenvolver projetos para adolescentes e jovens adultos em condições de vulnerabilidade social, para evitar sua inserção na criminalidade.
- proceder a reciclagem dos recursos humanos vinculados à segurança, através de treinamento e avaliação.
- recuperar a vocação dos espaços públicos da cidade para uso pelos cidadãos.
- mobilizar a sociedade pela redução das desigualdades e contra as práticas de violência.
- integrar e coordenar ações de segurança com questões de trânsito e defesa civil.
- elaborar políticas de educação de trânsito

8. Abastecimento

A cidade conta, atualmente, com 31 sacolões e 13 mercados Municipais, que têm o intuito de oferecer à população maior qualidade e menor preço nos alimentos ofertados. Quanto aos bares, lanchonetes e restaurantes, a Prefeitura tem exercido rigorosa fiscalização a fim de garantir aos seus frequentadores, de todos os níveis, alimentação saudável, coordenando ainda o atendimento às reclamações sobre ruídos produzidos em ambientes fechados.

Além disso, a política de abastecimento do município envolve o fornecimento de merendas aos alunos das creches e escolas municipais. Com as mudanças implementadas no presente exercício, como a introdução do jantar, são 900 mil as refeições servidas a cada dia nas 870 escolas e 305 creches da rede municipal. Além disso, as creches conveniadas recebem também da Prefeitura os alimentos não perecíveis e as frutas do cardápio.

O fornecimento da merenda, bem como sua permanente melhora, procura beneficiar, com a garantia de uma alimentação saudável e equilibrada, um dos segmentos mais vulneráveis da população, que é o das crianças pertencentes a famílias de baixa renda. Outro programa que busca o mesmo objetivo é o leve-leite, que auxilia no combate à desnutrição infantil.

Contudo, muitos segmentos da população, particularmente aqueles de mais baixa renda e residentes nas regiões mais periféricas da cidade são ainda penalizados pela ausência de oportunidades de adquirir alimentos a baixo custo.

Dado esse quadro, são as seguintes as diretrizes que deverão nortear os gastos com investimentos e programas de duração continuada na área de abastecimento no município nos próximos quatro anos:

Diretrizes

- reduzir os preços dos alimentos pelo aperfeiçoamento e ampliação de serviços (feiras, mercados municipais, e sacolões) e apoio à iniciativas das empresas privadas e da comunidade.
- desenvolver estudos inter-secretariais sobre redução da cadeia de intermediação, para reduzir custos dos estabelecimentos de pequeno porte na periferia.
- efetuar o levantamento de áreas cobertas disponíveis para cooperativas de alimentos e restaurantes comunitários.
- efetuar o levantamento de novas áreas para sacolões, varejões e postos de venda de produtos de safra com participação comunitária.
- efetuar o levantamento de áreas disponíveis para a implantação de feiras confinadas, especialmente em regiões com distribuição rarefeita.
- utilizar mão-de-obra local na comercialização e distribuição dos produtos.
- implementar programas de controle de qualidade de produtos agrícolas.
- aperfeiçoar alternativas de abastecimento nos conjuntos habitacionais.
- expandir a rede de distribuição de alimentos processados para alunos da rede municipal, população excluída, e moradores de rua (restaurantes Comunitários).
- estimular a implantação de hortas comunitárias e domiciliares propiciando assistência técnica e material.
- estimular organizações comunitárias voltadas para o abastecimento alimentar: cooperativas de consumo, grupos de compra, associações de compras comunitárias e hortas comunitárias
- capacitar e unificar as ações dos diversos órgãos envolvidos com o abastecimento alimentar.
- intervir no abastecimento em situações de emergência, em articulação com as demais esferas de governo e com as instituições privadas.

9. Serviços de Utilidade Pública

- desenvolvimento humano com qualidade de vida numa cidade como São Paulo exige qualidade e garantia de oferta nos serviços de utilidade pública e a acessibilidade dos mesmos a todas as camadas da população. Isto implica, por parte do poder municipal,

uma gestão integrada com os concessionários e prestadores de serviços e o desenvolvimento de interfaces com as demais esferas de governo.

No caso da **energia elétrica**, a operação do sistema de distribuição no município de São Paulo está a cargo da Eletropaulo, empresa controlada pelo grupo americano AES. A empresa foi dividida em unidades autônomas de negócios e serviços abrangendo sua área de concessão. A oferta de energia é dinâmica e pode estar sendo modificada à medida que forem introduzidos novos investimentos. A maior restrição encontra-se na capacidade de geração de energia e não na distribuição da mesma. O consumo de energia na cidade de São Paulo distribui-se nas classes e percentuais a seguir (dados de 1998): industrial - 22%, comercial e serviços - 28%, residencial - 39% e outras atividades - 11%.

No que diz respeito ao **abastecimento de água**, a prestação desse serviço está, desde 1973, totalmente a cargo da SABESP. Atualmente, 100% do município está coberto pela rede de abastecimento de água. O Município de São Paulo é servido por três sistemas: **Cantareira** - que produz 31 m³ por segundo, sendo que a água é captada e tratada na Estação de Guaraú, atendendo as regiões norte, centro, parte da leste e parte da oeste do município; **Guarapiranga** - que produz 13 m³ por segundo e, através das Estações Alto da Boa Vista e Teodoro Ramos, atende a zona sul da cidade; e **Alto Tietê** - que, implantado em 1993, com os reservatórios de Jundiaí e Taiaçupeba, produz 10 m³ por segundo e atende a região leste da cidade. O consumo per capita da cidade é de 180 litros/dia, estimando-se em 30% a perda de água ao longo das tubulações. A SABESP, operando em 31 municípios da RMSP, dispõe de 22,8 mil quilômetros de redes, 119 reservatórios, além de 1.340 km de rede adutora.

Quanto à **coleta e tratamento de esgotos**, é também, a SABESP a responsável pelo serviço. Em 1992, iniciou-se o Projeto Tietê, que consiste num conjunto de obras destinadas a ampliar a capacidade de coleta, interceptação e tratamento dos esgotos da Região Metropolitana de São Paulo. Na conclusão da primeira fase, os resultados foram expressivos: aumento de 67% para 85% na coleta de esgotos e, de 22% para 60%, no tratamento dos esgotos coletados. O sistema de esgotos é formado pelas estações de Barueri (9,5 mil litros por segundo), Suzano (1,5 mil litros por segundo), ABC (3 mil litros por segundos), Parque Novo Mundo (2,5 mil litros por segundo) e São Miguel (1,5 mil litros por segundo).

Um dos grandes problemas da cidade diz respeito à **drenagem urbana**. A drenagem plúvio-fluvial está intimamente ligada à urbanização. A multiplicação de construções e atividades, especialmente quando desordenadas, majoram significativamente a ocorrência do fenômeno natural das enchentes. A solução deste problema, especialmente em várzeas e fundos de vale, consiste em diminuir a frequência e a gravidade das enchentes, que fazem parte da história da cidade e cuja frequência nunca deixou de crescer. Esse fenômeno foi crescendo naturalmente, como consequência da substituição da vegetação por espaços densamente impermeabilizados. Essas causas, bem conhecidas, têm sido pouco controladas, resultando então em efeitos que demandam correções excessivamente onerosas.

Outro problema grave da cidade está relacionado à questão dos **resíduos sólidos**. Considerando-se que cada habitante produz, hoje, entre 0,8 kg a 1,3 kg de lixo por dia (dependendo do poder aquisitivo da área considerada), tem-se um volume total aproximado de 14 mil toneladas/dia de resíduos coletados regularmente. Deste total, 82,8% são resíduos domiciliares e 16,5%, entulho, dispostos em apenas dois aterros sanitários, o Sítio São João, situado no extremo leste da cidade e o Aterro Bandeirantes, em Perus, que ainda recebe diariamente cerca de duas mil toneladas de resíduos industriais. Ambos os aterros estão com a vida útil praticamente esgotada e, segundo especialistas, suas operações têm encerramento previsto num prazo inferior a 5 anos.

Os resíduos dos serviços de saúde (pouco menos de 100 ton/dia) são tratados em sua quase totalidade na Unidade de Tratamento do Jaguaré, pelo processo de desativação eletrotérmica, sendo os resíduos encaminhados para o Aterro Sítio São João.

A coleta seletiva, ainda que estabelecida por lei municipal, é praticamente inexistente. Resume-se a cerca de 130 toneladas por mês, apesar do potencial existente para a reciclagem. A quantidade de materiais recicláveis no lixo gerado é estimada em cerca de 48% de matéria orgânica, 17% de plástico, 16% de papel, 3% de metais ferrosos, 1% de metais não ferrosos (alumínio), e 1% de vidro.

Quanto às **telecomunicações**, é patente, nos últimos anos, a multiplicação da oferta desses serviços na cidade, com o crescimento constante de terminais telefônicos, da telefonia móvel, das redes de TV a cabo, de sistemas computadorizados em rede, de microcomputadores etc.. Todavia, uma parcela substantiva da população ainda está excluída desses benefícios, particularmente do acesso a computadores e da comunicação via internet.

Dado o quadro acima apresentado, são as seguintes as diretrizes que nortearão os gastos em investimentos e programas de duração continuada na área de prestação de serviços públicos no município nos próximos quatro anos:

Diretrizes

- assegurar iluminação adequada nas vias e logradouros públicos.
- assegurar sistema de esgoto adequado às necessidades da população.
- estimular pesquisa e implantação de processos de tratamento local.
- assegurar recuperação e controle da qualidade ambiental dos mananciais.
- universalizar o acesso de todas as camadas da população à comunicação eletrônica por meio de programas de inclusão digital

- ampliar e manter a capacidade de escoamento, regularização, reservação e retenção dos rios, córregos e estruturas hidráulicas mediante: a) preservação e recuperação do controle de impermeabilização do solo urbano; b) implantação de sistemas de retenção temporária das águas pluviais para regularizar o escoamento superficial; c) desassoreamento e limpeza dos cursos d'água, canais e galerias do sistema de drenagem; d) tratamento dos fundos de vale cobertos ou descobertos paisagisticamente.
- impedir a ocupação das cabeceiras de drenagem; preservar ou recuperar a vegetação ali existente.
- assegurar espaço para sistemas de drenagem, de áreas verdes e obras.
- elaborar plano municipal de drenagem integrado ao do Alto Tietê.
- assegurar manutenção das vazões já ocorrentes.
- racionalizar gestão e implantação de obras hidráulicas.
- definir áreas de drenagem como não edificantes; incluí-las no zoneamento ambiental, definir usos do solo para essas áreas.
- criar mecanismos de fomento para usos do solo como: parques lineares, recreação e lazer, hortas comunitárias e preservação de vegetação nativa.
- criar e implementar programa de coleta seletiva de lixo.
- desenvolver campanhas de divulgação/informação para a população quanto à importância das normas de disposição adequadas dos resíduos domiciliares.
- aumentar a capacidade instalada de aterros sanitários da cidade.
- sensibilizar e induzir o setor produtivo para reintrodução de resíduos e para redução de descartes na produção.

10. Desenvolvimento Urbano

A questão Ambiental

Intensificada nos últimos 50 anos, a expansão urbana no Município de São Paulo, deu-se de modo indiferente às limitações e potencialidades de seu sítio natural, avançando indiscriminadamente sobre os fundos de vales e terrenos com altas declividades. Tal processo, associado às sucessivas crises econômicas e à ausência e descontinuidade das políticas públicas, produziu uma cidade dual, tanto do ponto de vista social, como ambiental.

Este modelo de apropriação do espaço, expressão dos padrões de produção opostos aos interesses coletivos, compromete sua sustentabilidade urbana e obriga a maioria da população a conviver em situação de precária qualidade ambiental, consequência da supressão de áreas com cobertura vegetal natural, da impermeabilização excessiva do solo, da erosão, das enchentes, das alterações do clima urbano, da perda da qualidade dos mananciais de abastecimento, do incremento dos agravos à saúde, causados pela poluição do ar e pelas áreas contaminadas, etc.

Com uma área total de 1512 km², a cidade apresenta 870 km² de área urbanizada, onde as dificuldades de acesso à moradia impelem mais da metade da população à adoção de "soluções-problema", como favelas, cortiços, invasões e parcelamentos clandestinos. Cerca de um 1,9 milhão de pessoas moram nas mais de 1800 favelas cadastradas, sendo que, desse total, 65% ocupam áreas municipais originalmente destinadas à implantação de áreas verdes.

Os parcelamentos clandestinos, que ocupam cerca de 500 Km², e onde moram em torno de 2,5 milhões de habitantes, além de não contarem com infra-estrutura mínima, avançam cada vez mais em direção às áreas de proteção ambiental, como, ao norte, na direção da Serra da Cantareira e ao sul na Área de Proteção de Mananciais.

A população excluída do mercado formal, dentro da lógica de construção da cidade real, ocupa os terrenos com maior fragilidade natural, promovendo a supressão da cobertura vegetal e a execução de terraplenagens drásticas. Tais práticas tornam os solos expostos, que quando associados a altas declividades, propiciam a instalação de processos erosivos e escorregamentos.

Desta forma, além de constituírem novas áreas de risco, somadas às cerca de 900 já existentes, contribuem com grande volume de sedimentos, assoreando os córregos e rios (cerca de 95% do volume total de 1,5 milhões de m³ retirados anualmente das calhas dos rios Tietê e Pinheiros). Essa situação, associada à ocupação desordenada das várzeas, à impermeabilização do solo e à solução de canalização dos córregos que imperou nas últimas décadas, vem agravando progressivamente as enchentes, que totalizaram no ano de 2000, 24 Km² de áreas inundáveis, em 400 pontos distribuídos pela cidade.

Ainda com relação à questão ambiental, outro grave problema que a cidade enfrenta, já anteriormente comentado, é a questão da geração, tratamento e disposição final dos seus resíduos sólidos.

A qualidade do ar é outro elemento importante na avaliação da qualidade ambiental da cidade e a região metropolitana, e, em especial, a cidade de São Paulo, vem sofrendo intensamente os efeitos da deterioração da qualidade do ar. Os veículos automotores constituem a principal fonte dessa deterioração. Hoje, a cidade conta com uma frota de veículos superior a 4 milhões, muitos com idade acima de 10 anos, e 12 mil ônibus urbanos.

A poluição do ar em conjunto com a supressão da vegetação e o avanço da urbanização contribuem para a alteração do clima urbano, com o aumento de temperatura nas áreas mais centrais e em áreas periféricas desprovidas de áreas verdes. Há, também, aumento

nos índices pluviométricos nas áreas centrais, gerando precipitações repentinas e torrenciais, agravando as enchentes.

A questão do verde

A cidade perdeu, no período de 1986 a 1999, cerca de 30% de sua cobertura vegetal, principalmente nas áreas mais periféricas. Essa supressão foi mais efetiva na zona norte, ao longo da faixa limítrofe ao Parque Estadual da Cantareira; na zona leste, próximo a APA do Carmo e no distrito de Iguatemi; na zona sul, no Grajaú, Parelheiros, Jardim Ângela e Pedreira. A relação direta com a urbanização pode ser feita quando se observa a taxa de crescimento populacional destas áreas, entre 1991 e 1995, superior a 40%, em oposição ao decréscimo observado nas áreas mais centrais.

Atualmente, o município conta com 31 parques municipais, 8 parques estaduais, 3 áreas de Proteção Ambiental estadual e 1 Área de Proteção Ambiental municipal. Encontra-se em fase de implantação o Parque do Rodeio, na zona leste, em parceria com a iniciativa privada.

A cidade tem hoje um déficit significativo de espaços públicos e de vegetação, num quadro de difícil reversão, considerando que nas regiões de urbanização consolidada, praticamente são inexistentes áreas para a implantação de novos parques. Nas regiões de expansão urbana, a maioria dos terrenos com vegetação arbórea são particulares e, portanto, teoricamente mais suscetíveis ao parcelamento clandestino, que causam a supressão da vegetação existente e não fornecem novas áreas para estoque público de espaços livres, onde se incluem as áreas verdes.

A questão do Patrimônio Histórico e Cultural

A Prefeitura de São Paulo, procurando preservar os bens culturais da cidade, selecionou os edifícios mais marcantes, ou pela antiguidade, ou pelo interesse artístico-arquitetônico, e criou as Zona de Uso Z8200. Hoje existem 140 zonas de uso Z8.200, que abrangem mais de 1.000 imóveis, com formas diferentes de proteção: integral, externa ou restrições especiais.

O CONPRES - Conselho Municipal de Preservação - tem a sua efetiva ação iniciada em 1988 com o tombamento de próprios municipais e, posteriormente, com os processos de tombamento dos bairros da Bela Vista, Anhangabaú, núcleo histórico da Freguesia do Ó, Pacaembú e Perdizes. Ultimamente, foram realizados estudos abrangendo a proteção dos visuais das áreas da Lapa e Vila Madalena, bairro da Moóca e sua industrialização ao longo da linha férrea.

A questão dos transportes

A extensão aproximada da malha viária é de 16.000 Km no Município de São Paulo, conforme dados obtidos pelo GEOLÓG 2.1 (Base Digital de São Paulo). A frota total de veículos no Município, em 1999, de acordo com o Detran e o Setor de Transportes da Sempla/Deinfo, era de 4.880.019 veículos, assim distribuídos: automóveis 79,9%, ônibus 1,1%, caminhões 3,1%, utilitários 7,8%, motos e motonetas 7,0% e outros 1,2%.

O número de passageiros transportados no Município, em 1999, de acordo com a CPTM, METRÔ-SP, SPTrans e Sempla/Deinfo, totalizou 1.875.173.870 passageiros, distribuídos como segue: ônibus 59,5%, trem 5,4% e metrô 35,1%. Considerando-se a média dos dias úteis, foram transportados no Município, em 2000, conforme dados do Metrô, SPTrans e Sempla/Deinfo, através de metrô 1.664.593 passageiros e através de ônibus 3.746.726 passageiros.

Uma informação importante, é que quando se compara, o total de passageiros transportados pelos meios coletivos em 1999 com o mesmo número em 1995, verifica-se uma queda de 32,5%, assim distribuídos: ônibus -43,3%, trem -12,7% e metrô - 5,1%. Isto indica o enorme incentivo que existe na cidade para que seus munícipes utilizem o transporte individual, ao invés do coletivo. A racionalidade individual aqui, como em tantos outros casos, gera uma irracionalidade social visto que complica não só as possibilidades de se trafegar rapidamente pela cidade como a questão da qualidade do ar. As causas dessa situação, porém, são objetivas e só o poder público tem condições de atuar para revertê-la melhorando a oferta e a qualidade do transporte público.

A questão habitacional

As informações sobre o perfil econômico da população residente na cidade demonstram que os distritos periféricos apresentam as piores condições socio-econômicas do município. Estes distritos compõem os grupos considerados como de baixa e muito baixa condição sócio-econômica, aglutinados conforme as seguintes variáveis: distribuição territorial, perfil etário, nível de renda, escolaridade, condições de saúde, condições de habitação e segurança e perfazem a um total de 37 distritos municipais.

As áreas de terrenos destinadas ao uso residencial representam cerca de 48% do total do Município (TPCL 2000), dos quais o uso residencial horizontal e vertical de baixo padrão corresponde a cerca de 20,3% da área total. Os terrenos vazios representam 17,3% da área total do Município. O acréscimo de área construída de uso residencial de baixo padrão, tanto o horizontal como o vertical, tem aumentado, no período de 1991 a 1999, no Sul Extremo (Capão Redondo, Jardim São Luis, Socorro, Cidade Dutra e outros), e Leste Extremo (Aricanduva, Sapopemba, Itaquera e outros) cerca de 33,6% e 47,6%, respectivamente.

Os dados disponíveis sobre o universo de habitações subnormais são precários. Entretanto a estimativa feita pela PMSP-SEHAB, com base em cadastros e pesquisas amostrais, indica que o total de habitantes que vivem em moradias precárias pode chegar

a cerca de 2,8 milhões. São consideradas habitações subnormais, os domicílios localizados em favelas, os cortiços e as moradias autoconstruídas em loteamentos irregulares.

A Produção Habitacional Institucional do Município dá-se através da PMSP-SEHAB, que atua em programas de ação local como o Programa Guarapiranga e Billings, e Área Central; em planos de urbanização para áreas ocupadas por habitações precárias; e programas de regularização fundiária de loteamentos clandestinos.

A Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo - COHAB, desde a sua fundação até dezembro de 2000, construiu 133.478 unidades habitacionais. Esta produção está concentrada nos distritos periféricos da zona Leste, como Cidade Tiradentes, José Bonifácio, Artur Alvim e Sapopemba. A Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo – CDHU também tem atuado no município de São Paulo, principalmente na construção de conjuntos habitacionais e em reformas, reciclagens e construções de prédios para população que vive em cortiços.

A cidade está se renovando e assumindo um novo perfil. Ela está se tornando mais compacta, mais densa e menos residencial. A proporção de terrenos vazios vem decrescendo, sendo hoje de 17%. O adensamento se acentua com o aumento da área construída, hoje de 385,3 milhões de m², à qual se acrescentam anualmente 10,6 milhões de m²; enquanto que a proporção da área construída residencial vem diminuindo, passando de 67% em 1980 para 63% em 2000.

Sendo este, grosso modo, o quadro caracterizador do desenvolvimento urbano recente da cidade, devem ser as seguintes as diretrizes que nortearão os gastos com investimentos e programas de duração continuada no município nos próximos quatro anos:

Diretrizes

- incorporar áreas verdes particulares ao Sistema de Áreas Verdes do Município.
- Implementar parcerias com terceiros para manutenção e ampliação de áreas verdes e espaços ajardinados ou arborizados.
- manter e ampliar arborização de ruas; criar faixas verdes e parques lineares, ampliando as áreas verdes e permeáveis.
- controlar a ocupação de fundos de vale, áreas de inundação, mananciais, áreas de alta declividade e cabeceiras de drenagem; preservar ou recuperar vegetação para eliminar riscos ambientais.
- controlar a excessiva impermeabilização do solo; incentivar a não-pavimentação; em casos mais intensos de enchentes e instalar dispositivos de acumulação de águas pluviais.

- exigir Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) para empreendimentos de impacto na área urbana.
- prever áreas para implantação de rede de esgotos, coletores troncais e sistema de tratamento.
- controlar e reduzir níveis de poluição de ar, água, sonoro, visual e do solo; recuperar recursos naturais degradados.
- regular, fiscalizar e controlar deslocamentos de cargas perigosas ou superdimensionadas.
- definir normas para edificações urbanas visando conservação de água e energia.
- assegurar o princípio constitucional de destinação precípua de áreas verdes.
- estimular operações imobiliárias que assegurem a preservação, proteção e recuperação do meio-ambiente e de áreas públicas.
- garantir a continuidade e permeabilidade de faixas de área verde através de malha de parques lineares nos vales.
- ampliar áreas verdes nos vales, aumentando retenção de águas pluviais.
- criar parques lineares ao longo de córregos e vales.
- realocar as populações implantadas junto aos cursos d'água.
- ampliar e articular logradouros públicos arborizados.
- mobilizar a população para participar na destinação e manutenção de áreas verdes.
- avaliar viabilidade de plano de recuperação para uso público de áreas mais vulneráveis ambientalmente e sujeitas à inundações.
- cadastrar e mapear todas as áreas públicas.
- planejar a implantação dos equipamentos sociais de acordo com a demanda atual e projetada, considerando infraestrutura, acesso, transporte, etc.
- elaborar plano de ocupação de áreas de médio e grande porte de forma a evitar a ocupação desordenada.
- implementar política de desapropriação de áreas, acompanhada de avaliação técnica e urbanística.
- promover junto à população uma estratégia de valorização e apoio às ações de segurança dos espaços públicos.

- viabilizar ações intersecretariais para ocupação dos espaços públicos, possibilitando a implantação de equipamentos de múltiplo uso.
- viabilizar parcerias com a iniciativa privada e poder público na administração, gestão e exploração dos espaços públicos.
- elaborar normas para a preservação de bens culturais, vegetação significativa e referências urbanas.
- revitalizar áreas degradadas, especialmente a central.
- preservar a identidade dos bairros pela valorização de sua história, sociedade e cultura.
- valorizar e incentivar a preservação, reciclagem e revitalização do patrimônio histórico-cultural.
- captar recursos em áreas de interesse histórico ou cultural para sua preservação e revitalização.
- incentivar a preservação e recuperação do patrimônio natural e histórico-cultural assim como marcos de identidade urbana.
- disponibilizar informações sobre patrimônio histórico-cultural para a população.
- Educar e sensibilizar a opinião pública sobre a importância e necessidade de preservação de seu patrimônio.
- implantar novas vias ou melhoramentos viários em áreas em que o sistema for deficiente, com prioridade para o transporte coletivo.
- adequar a oferta de transporte público à demanda atual ou projetada aproveitando seus efeitos indutores às propostas de usos e ocupação do solo.
- reduzir a disputa entre o ônibus, caminhão e automóvel pelo espaço das vias, priorizando o transporte coletivo, especialmente em área consolidada.
- dar tratamento urbanístico adequado às vias da rede estrutural de transportes, garantindo a segurança dos cidadãos e a preservação de patrimônio ambiental, paisagístico e arquitetônico.
- racionalizar e integrar os diversos modos de transporte;
- assegurar o desempenho dos sistemas viários e de transportes em uma visão metropolitana.
- investir em sistema viário em áreas de urbanização incompleta para sua estruturação e ligação inter-bairros.
- proteger a circulação de pedestres, ciclistas, idosos, deficientes físicos e crianças.

- solucionar conflitos de trânsito causados por movimentação de carga através de zoneamento de tráfego e de uso do solo.
- propor alternativas para a movimentação de cargas, atendendo necessidades de abastecimento e produção de bens e serviços
- disciplinar a oferta de estacionamentos, de modo compatível com uso e ocupação do solo, com o sistema viário e respeitando as condições ambientais; facilitar estacionamento junto a terminais e estações.
- compatibilizar implantação e funcionamento de estabelecimentos e interferência na circulação de veículos e pedestres.
- incentivar tecnologias veiculares redutoras de poluição ambiental e que proporcionem maior conforto e segurança a passageiros e transeuntes.
- Aumentar a oferta de unidades habitacionais para população de baixa renda com acessibilidade, infra-estrutura, equipamentos sociais, de lazer e de cultura.
- priorizar programas habitacionais para população residente em imóveis ou áreas insalubres, de risco ou espaços destinados a bens de uso comum.
- criar normas e instrumentos urbanísticos e de fiscalização para impedir ocupação predatória de novas áreas.
- preservar áreas de mananciais, de risco e bens de uso comum através da integração entre programas habitacionais e de educação ambiental.
- integrar programas habitacionais aos sociais e de geração de renda e trabalho que garantam o direito à moradia e estimulem a valorização do espaço público e de seu uso coletivo.
- desenvolver projetos habitacionais que considerem as características da população local, suas formas de organização e condições físicas e econômicas.
- regularizar jurídica e urbanisticamente assentamentos precários.
- construir unidades habitacionais para população de baixa e média renda em áreas vazias ou subutilizadas nas regiões com infra-estrutura e mais centrais.
- recuperar edifícios sub-utilizados para moradia de baixa e média renda especialmente na área central.
- incentivar participação da iniciativa privada e sociedade civil na produção e recuperação da habitação.
- utilizar recursos de valorização imobiliária associada à operação urbana para programas habitacionais de interesse social nas áreas de operação urbana.

- promover associação e cooperação entre moradores de favelas, cortiços e assentamentos insalubres para efetivação de programas habitacionais e de revitalização.
- implementar mecanismos de financiamento a longo prazo para população de baixa renda e investir recursos orçamentários a fundo perdido para minorar o problema habitacional dessas camadas.
- realizar parcerias com universidades e institutos de pesquisa para desenvolvimento de alternativas de menor custo, maior qualidade e produtividade das edificações residenciais.
- Compatibilizar a legislação de parcelamento e uso do solo com as condições ambientais e de infra-estrutura, especialmente de circulação e transporte coletivo.
- coibir a retenção especulativa de solo urbano através de instrumentos constitucionais; assegurar a recuperação para a coletividade de valorização imobiliária decorrente de ação do poder público.
- direcionar recursos de valorização imobiliária resultante ação do poder público para obras de infra-estrutura urbana e sistema viário, recuperação ambiental e habitação de interesse social.
- definir as áreas de cumprimento da função social da propriedade urbana, nos termos do parágrafo 4º do artigo 182 da Constituição Federal
- estabelecer exigências e sanções para controle do impacto da implantação de empreendimentos que representem sobrecarga na capacidade da infra-estrutura, inclusive viária ou danos ao ambiente natural e construído.
- aplicar instrumentos constitucionais e os previstos em legislação federal, para a intervenção do poder público associado à iniciativa privada, visando transformações urbanísticas significativas.
- disciplinar o uso do solo nas áreas de conservação ambiental, especialmente mananciais e incentivar implantação de atividades compatíveis com a preservação dos recursos hídricos.
- prever uma relação equilibrada entre áreas construídas e livres de modo a garantir o desenvolvimento das funções sociais da cidade e a qualidade da paisagem urbana.

PLANO PLURIANUAL 2002/2005

ANEXO II

PREVISÃO DAS RECEITAS, HIPÓTESES ADOTADAS E METODOLOGIA DE CÁLCULOS

ANEXO II

PREVISÃO DAS RECEITAS, HIPÓTESES ADOTADAS E METODOLOGIA DE CÁLCULOS

Introdução

A **Tabela a seguir**, apresenta a previsão de crescimento da receita do município de São Paulo, no período 2002-2005, discriminada de acordo com os grandes agregados que a compõem. Antes de iniciarmos a explicação de como se chegou a tais estimativas, algumas observações gerais fazem-se necessárias:

- a) todas as receitas estão estimadas a **preços de junho de 2001**, ou seja, não faz parte das presentes estimativas qualquer tipo de previsão a respeito do comportamento da inflação no período considerado;
- b) com exceção dos casos em que houver menção explícita em contrário, o **ano de 2001** foi sempre tomado **como base**;
- c) os **valores** atribuídos a cada rubrica no ano de **2001** são os **valores previstos** para o corrente exercício, tomando por **base** o comportamento efetivo por elas apresentado até o mês de **agosto**;

A receita total do município provém de fontes de variada ordem. Assim, para a elaboração da previsão sobre seu comportamento, um diferente conjunto de variáveis, que varia caso a caso, tem de ser mobilizado. O comportamento do nível de atividade, contudo, é uma variável praticamente determinante em muitas delas, demandando um exercício de projeção macroeconômica sobre a evolução futura do PIB. Sendo assim, as explicações sobre a elaboração das estimativas aqui apresentadas estão divididas em duas seções. A seção 1 apresenta as estimativas das rubricas que têm, no comportamento previsto do PIB, seu principal determinante, enquanto que a seção 2 apresenta as demais estimativas.

PREVISÃO DAS RECEITAS

Em milhões de reais de junho/01

	2001	2002	2003	2004	2005
IPTU	1.429,7	1.893,8	1.943,8	1.993,8	2.043,8
ISS	1.854,3	1.931,9	2.159,7	2.418,5	2.664,8
ITBI	226,8	278,0	284,6	291,2	297,7
Taxas	133,7	136,1	141,6	147,2	154,6
IR	345,3	351,8	362,3	373,2	384,4
Contribuição de Melhoria	1,1	1,1	1,2	1,2	1,3
Receita Tributária	3.990,9	4.592,7	4.893,2	5.225,1	5.546,6
Receita Imobiliária	10,8	26,4	27,2	28,3	29,7
Juros de Títulos de Renda	117,9	110,0	90,0	80,0	70,0
Outras Receitas Imobiliárias	2,7	2,8	2,9	3,0	3,1
Receita Patrimonial	131,4	139,2	120,1	111,3	102,8
Receitas Industriais e Serviços	32,6	33,4	34,4	35,8	37,6
FUMDES	102,7	277,4	285,3	296,7	311,6
Outras Transsferências da União	168,6	181,0	186,4	193,9	203,6
ICMS (inclusive FUNDEF)	2.190,7	2.142,3	2.180,7	2.233,0	2.308,0
IPVA	652,0	677,1	696,2	720,5	749,3
Outras Transferências do Estado	265,0	280,5	288,9	300,4	315,5
Transferências de Instituições Privadas	0,9	15,0	15,5	16,1	16,9
Transferências Correntes	3.379,9	3.573,3	3.653,0	3.760,6	3.904,9
Multas DSV	341,1	388,7	400,0	400,0	400,0
Dívida Ativa	234,4	263,6	284,5	305,4	326,3
Cancelamento de Restos a Pagar	486,9	110,8	115,0	115,0	115,0
Outras	77,7	86,8	82,4	85,7	90,0
Outras Correntes	1.140,1	849,9	881,9	906,1	931,3
Operações de Crédito	103,7	229,8	245,0	154,0	0,0
Alienação de Bens Imóveis	0,0	130,0	40,0	0,0	0,0
Outras	42,0	31,7	15,0	15,0	15,0
Receitas de Capital	145,7	391,5	300,0	169,0	15,0
TOTAL	8.820,6	9.580,0	9.882,6	10.207,9	10.538,2

1. Estimativa da evolução das receitas que têm no comportamento do PIB seu principal determinante

O comportamento previsto para o PIB

Prever a evolução futura de um agregado macroeconômico como o PIB nunca será tarefa das mais simples. Se o país em questão for o Brasil, o ano a partir do qual se trabalha 2001 e o período a ser previsto tão longo quanto 4 anos, a tarefa torna-se ainda mais árdua, visto que, além das variáveis usuais que devem ser levadas em conta nesse tipo de projeção (política fiscal e monetária, taxa de juros, contas externas, taxa de câmbio etc.) outras ainda devem ser consideradas, como a realização das eleições presidenciais em 2002 e a crise energética.

Ressalvando-se que as previsões aqui apresentadas foram elaboradas antes dos atentados de 11 de setembro, os quais introduziram sobre qualquer tipo de previsão um enorme grau de imponderabilidade, foram as seguintes as variáveis consideradas para a elaboração das projeções sobre o comportamento do PIB aqui apresentadas:

- a) a crise energética;
- b) as restrições externas;
- c) as eleições presidenciais de 2002;
- d) a política monetária americana;
- e) as políticas fiscal e monetária internas.

Dadas a dimensão e a profundidade da crise energética que assolou o país nos primeiros meses deste ano de 2001, parece difícil que ela esteja já equacionada em 2002, prevendo-se a melhora deste problema, que constitui sério gargalo ao crescimento econômico, apenas em 2003. Além disso, a evolução recente do Balanço de Pagamentos brasileiro, outro gargalo expressivo, não parece indicar uma situação tranqüila para o próximo ano. A redução drástica dos investimentos externos diretos experimentada pelo país, que fez o próprio governo federal rever suas projeções iniciais de entrada de recursos de US\$ 27,0 bilhões para US\$ 16,0 bilhões em 2001, além de ter tido de recorrer ao FMI, pela segunda vez pós Plano Real, em pouco mais de dois anos, são fortes indícios de que a balança de capitais não poderá mais ser considerada a redentora das agruras externas do país. Assim, não fosse 2002 um ano eleitoral e não fosse o espaço obtido para a implementação de uma política monetária e fiscal menos restritiva no próximo ano em função da tendência de queda dos juros americanos, as projeções sobre o comportamento do PIB dificilmente poderiam chegar aos 3% de crescimento aqui previstos. Todavia, a previsão de comportamento dessas variáveis (c, d, e) nos legitima a afirmar tal expectativa, mesmo considerando o comportamento adverso previsto para as duas primeiras variáveis (a e b), previsão essa, cabe ressaltar, que vem sendo utilizada também pelos governos federal e estadual.

Para 2003, a despeito da expectativa de ter sido já equacionado o problema energético, prevê-se uma situação cambial ainda muito difícil, visto que as mudanças introduzidas no perfil do Balanço de Pagamentos do país nos últimos anos são de natureza estrutural e,

portanto, de difícil reversão a curto prazo. Somam-se ainda a esse panorama negativo, as dificuldades que deverão ser enfrentadas no primeiro ano do novo governo, qualquer que ele seja, visto que as mudanças na configuração do poder, mesmo com uma hipotética vitória da situação, deverão ser consideráveis. De outro lado estima-se que o espaço derivado de uma política monetária americana mais folgada continue a existir em 2003, uma vez que se está aqui supondo que a desaceleração que vem atingindo a economia dos EUA e dos demais países avançados tem contornos de um ciclo recessivo, que não deverá ser debelado antes de 2004. Cumpre esclarecer, que não se considera aqui que esse ciclo recessivo possa ter impacto negativo sobre as exportações brasileiras de bens e serviços, considerando-se a participação marginal do país no volume mundial de comércio externo. Internamente, porém, deverá ter crescido além do suportável o problema do endividamento interno, o que também significará um entrave a um crescimento econômico mais expressivo. Assim, em função do comportamento favorável das variáveis *a* e *d*, mas desfavorável das variáveis *b*, *c* e *e*, prevê-se para o PIB brasileiro, em 2003, o mesmo comportamento esperado para 2002, ou seja, 3% de crescimento no ano.

O ano de 2004 deverá beneficiar-se da estabilidade derivada de ser este o segundo ano de um novo governo, além de esperar-se também um início de desfogo do problema externo, em função dos efeitos de algumas políticas de recuperação das vendas externas e contenção de importações que vêm sendo tomadas, além das que poderão vir a ser tomadas pelo próximo governo. Assim, equacionado o problema energético, teremos o comportamento favorável das variáveis *a*, *b*, e *c*, mas estaremos então correndo o risco da perda do espaço obtido com a tendência de queda da taxa de juros americana, visto que pode já estar havendo aí um início de reversão do ciclo recessivo, e/ou uma necessidade de os EUA defenderem o valor da moeda americana. A despeito, porém, do comportamento não favorável esperado para as variáveis *d* e *e*, o peso do comportamento favorável das três primeiras variáveis nos permite estimar, para 2004, uma taxa de crescimento do PIB de 4%.

Finalmente, para o longínquo ano de 2005, estima-se a manutenção, com viés de melhora, da mesmo cenário esperado para 2004, viés esse que se justifica em função da expectativa do início da reversão da perversa configuração estrutural ora presente no Balanço de Pagamentos do país. Assim, estima-se, para 2005, um crescimento do PIB da ordem de 5%.

O quadro abaixo resume essas estimativas.

Ano	Repercussão do comportamento das variáveis no crescimento previsto do PIB					Crescimento previsto
2002	a ↓	b ↓	c ↑	d ↑	e ↑	3 %
2003	a ↑	b ↓	c ↓	d ↔	e ↓	3 %
2004	a ↔	b ↑	c ↑	d ↓	e ↓	4 %
2005	a ↔	b ↑	c ↑	d ↔	e ↔	5 %

Dadas essas expectativas de crescimento do PIB nos próximos quatro anos, temos então as seguintes projeções de crescimento da receita dos componentes a elas diretamente correlacionados:

Imposto Sobre Serviços (ISS)

Sobre o valor da previsão para 2001, foram aplicadas as taxas de crescimento previstas para o PIB nos próximos 4 anos. Considerou-se, além disso, uma taxa de crescimento, além do PIB, de 2% em 2002 e 2003 e 1% em 2004 e 2005, justificadas pelo comportamento observado desse tributo nos últimos anos o que, de outro lado, simplesmente traduz, do ponto de vista tributário, o processo de terciarização da cidade a que nos referimos no anexo I. Considerou-se ainda um acréscimo de receita da ordem de R\$ 100 milhões adicionais em 2003, R\$ 100 milhões em 2004 e R\$ 50 milhões em 2005, decorrentes da expectativa de redução da guerra fiscal, particularmente na região metropolitana de São Paulo, em função, de possível aprovação de lei complementar que altera a regulamentação desse tributo, bem como de proposta de emenda constitucional que estabelece alíquota mínima para o tributo.

Finalmente considerou-se também um acréscimo adicional de R\$ 30 milhões em 2003, e R\$ 50 milhões em 2004 e 2005, em função da modernização das máquinas arrecadatória e fiscalizatória que se espera levar a efeito com recursos do PMAT (Programa de Modernização da Administração Tributária e da Gestão dos Setores Sociais Básicos), um programa do BNDES.

Taxas

Aplicou-se as taxas de crescimento previstas para o PIB, considerando-se, para o ano de 2003, 1% adicionais, em função do mesmo efeito de modernização das máquinas arrecadatória e fiscalizatória apontados no caso do ISS.

Contribuição de Melhoria

A partir da previsão para este ano de 2001, foram aplicadas as taxas previstas de crescimento do PIB

Receitas Imobiliárias

A partir das previsões para 2002 enviadas pela Secretaria Municipal do Abastecimento, foram aplicadas as taxas previstas de crescimento do PIB para os anos seguintes.

Outras Receitas Mobiliárias

A partir das previsões para 2002 enviadas pela Secretaria Municipal do Abastecimento, foram aplicadas as taxas previstas de crescimento do PIB para os anos seguintes.

Receita Industrial e de Serviços

A partir das previsões para 2002 enviadas pelas diversas secretarias que recolhem esse tipo de receita foram aplicadas as taxas previstas de crescimento do PIB para os anos seguintes.

FUMDES

A partir da previsão enviada pela Secretaria Municipal de Saúde dos recursos a serem recebidos em 2002, por conta da habilitação do município à gestão plena do sistema, foram aplicadas as taxas previstas de crescimento do PIB para os próximos anos. Essa aplicação justifica-se, uma vez que as receitas que compõem o FUMDES são igualmente receitas de tributos que mantêm estreita correlação com o nível de atividade.

Outras Transferências da União

A partir da previsão de recebimentos em 2002, cujo acréscimo em relação a 2001 deve-se principalmente aos repasses previstos por conta da constituição do FMAS (Fundo Municipal de Assistência Social) no município, foram aplicadas as taxas previstas de crescimento do PIB para os próximos anos. Tal como no caso do FUMDES, esta última operação justifica-se, uma vez que as receitas que compõem o FUMDES são também receitas de tributos que mantêm estreita correlação com o nível de atividade.

ICMS (inclusive os 15 % do FUNDEF)

A previsão dos recursos advindos dos repasses do ICMS devem levar em conta não só a previsão de crescimento da arrecadação desse tributo pelo governo do Estado, como, também, a previsão sobre a participação de São Paulo na parcela desses tributos que é repassada aos municípios. Para esta última variável efetuou-se uma análise de tendência

com base nas participações verificadas nos últimos 10 anos e com base no índice provisório já divulgado pela Secretaria da Fazenda do Estado para 2002 (24,96 %).

Análise de Tendência do Índice de Participação do Município de São Paulo no ICMS

	x	y	xy	x ²	y estimado
1991	1	30,7	30,7	1	29,49
1992	2	30,1	60,2	4	29,11
1993	3	28,4	85,2	9	28,73
1994	4	25,9	103,6	16	28,35
1995	5	27,9	139,5	25	27,97
1996	6	27,6	165,6	36	27,59
1997	7	25,7	179,9	49	27,21
1998	8	26,9	215,2	64	26,57
1999	9	27,4	246,6	81	26,19
2000	10	26,7	267,0	100	25,81
2001	11	26,1	287,1	121	25,43
2002	12	25,0(*)	300,0	144	25,05
Soma	78	328,4	2.080,6	650	////////////////
Média	6,5	27,4	////////////////	////////	////////////////
2003					24,67
2004					24,29
2005					23,91

(*) Índice provisório fornecido pela Secretaria da Fazenda do Governo do Estado de São Paulo

y = índices de participação do município nas transferências de ICMS aos municípios de São Paulo

Com base nessas participações assim estimadas para os anos de 2003 e 2004 e com base no índice provisório para 2002 foram elaboradas as estimativas de repasse desse tributo ao município. Para efeitos da previsão sobre a arrecadação do ICMS propriamente dita, foram aplicadas, ao valor estimado para 2001, as taxas previstas de crescimento do PIB.

Outras Transferências do Estado

Partiu-se do valor previsto para 2002, substantivamente maior do que o previsto para 2001, em função basicamente do aumento esperado do repasse do FUNDEF para o município. Aplicou-se, ao valor previsto para 2002, as taxas esperadas de crescimento para o PIB. Esta última operação justifica-se, uma vez que as receitas que, tal como no caso das transferências da União, Trata-se também aqui de receitas de tributos que mantêm estreita correlação com o nível de atividade.

Transferências de Instituições Privadas

Trata-se aqui, basicamente, de prever os recursos adicionais de que poderá dispor o município nos próximos anos, tendo em vista a possibilidade de obtenção de recursos da iniciativa privada, por meio de fundos tais como o FUMCAD. A estimativa de R\$15,0 milhões que aparece em 2002 deve-se ao resultado que já vem sendo obtido no corrente exercício. A partir da previsão para 2002, aplicou-se, para os anos seguintes, as taxas previstas de crescimento do PIB. A hipótese que está por trás de tal operação é que a disponibilidade de recursos da iniciativa privada para esse tipo de aplicação, que resulta posteriormente em desconto no imposto de renda devido, deve acompanhar a tendência verificada no nível geral de atividades da economia.

Outras Receitas dentro do Grupo de Outras Receitas Correntes

Trata-se aqui de um conjunto de pequenas receitas (dentre as quais juros de mora de tributos, receitas de restituições etc.) que apresenta sempre um certo crescimento. À falta de uma hipótese melhor para prever o comportamento deste agregado, foram aplicadas, a partir dos valores esperados para 2002, as taxas de crescimento do PIB previstas.

2. Estimativa da evolução das demais receitas

Imposto Predial e Territorial Urbano

O comportamento do imposto predial e territorial urbano correlaciona-se a uma série de variáveis específicas não sendo diretamente influenciado pelo comportamento dos agregados macroeconômicos como o PIB. Assim a melhor forma de prever o comportamento deste tributo é elaborar uma análise de tendência a partir de seu comportamento recente. Tendo em vista, porém, que esperam-se mudanças neste tributo advindas do realinhamento da planta genérica de valores e da alteração em suas alíquotas, a previsão aqui apresentada considera, para o ano de 2002, o valor estimado pelo Departamento de Rendas Imobiliárias da Secretaria de Finanças, em função das referidas mudanças. Para os anos seguintes aplicou-se os valores resultantes da análise de tendência tomando-se por base o valor previsto para 2002.

Análise de Tendência - IPTU

	x	Y	xy	x ²	Estimado	
1994	1	930,5	930,5	1	1.197,4	
1995	2	1.279,9	2.559,8	4	1.247,9	
1996	3	1.455,9	4.367,7	9	1.298,5	
1997	4	1.501,3	6.005,2	16	1.349,1	
1998	5	1.517,1	7.585,5	25	1.399,6	
1999	6	1.460,3	8.761,8	36	1.450,2	
2000	7	1.412,6	9.888,2	49	1.500,8	
2001	8	1.429,7	11.444,0	64	1.551,3	
Soma	36	10.987,3	51.542,7	204	////////////////	
Média	4,5	1.373,4	////////////////	////////	////////////////	
2002	9				1.601,9	(*)1.893,8
2003	10				1.652,5	1.943,8
2004	11				1.703,0	1.993,8
2005	12				1.753,6	2.043,8

(*) valor previsto pela Secret. Finanças em função das mudanças previstas no IPTU

y = valores realizados a preços de junho de 2001; o valor de 2001 é estimado em função do realizado até agosto

ITBI (Imposto de Transmissão de Bens Intervivos)

A forma de projeção dos valores relativos ao ITBI é idêntica à utilizada para a previsão dos valores do IPTU. Como o valor mínimo a ser utilizado na base de cálculo do imposto é o valor venal do IPTU e como estes valores serão alterados em função do realinhamento da PGV, utilizou-se, para o ano de 2002, o valor estimado pelo Departamento de Rendas Imobiliárias da Secretaria de Finanças, aplicando-se para os demais anos, a análise de tendência realizada com base no comportamento recente desse imposto.

Análise de Tendência - ITBI

	x	y	xy	x ²	Y Estimado	
1994	1	156,86	156,86	1	187,57	
1995	2	214,93	429,86	4	194,29	
1996	3	215,50	646,50	9	201,01	
1997	4	211,64	846,56	16	207,73	
1998	5	217,03	1.085,15	25	214,45	
1999	6	221,28	1.327,68	36	221,17	
2000	7	223,00	1.561,00	49	227,89	
2001	8	226,81	1.813,88	64	234,61	
Soma	36	1.687,05	7.868,09	204	//////////	
Média	4,5	211,09	//////////	//////////	//////////	
2002	9				241,33	(*)278,00
2003	10				248,05	284,58
2004	11				254,77	291,16
2005	12				261,49	297,74

(*) valor previsto pela Secret. Finanças em função do realinhamento da PGV

y = valores realizados a preços de junho de 2001; o valor de 2001 é estimado em função do realizado até agosto

Imposto de Renda

A base de arrecadação deste tributo é o valor da folha da Prefeitura. Sendo assim os valores atribuídos ao período 2002-2005 foram estimados tomando-se por base o valor previsto para 2001 (R\$ 3,2 bilhões), aplicando-se então uma alíquota média de 10,67 % e utilizando-se uma taxa de crescimento da folha de cerca de 3% ao ano.

Juros de Títulos de Renda

A projeção futura dos ganhos com aplicações financeiras depende basicamente de duas variáveis: do comportamento previsto da taxa de juros e do tipo de gerenciamento financeiro executado. Assim, os valores estimados para o período 2002-2005 partiram do previsto para 2001 considerando-se a manutenção do mesmo tipo de gerenciamento

financeiro e a perspectiva de um espaço par redução da taxa interna de juros nos próximos anos, tal como indicado nas projeções macroeconômicas que embasaram as previsões acerca do comportamento do PIB.

IPVA

A projeção da evolução da receita de IPVA tomou por base a expectativa de arrecadação. Com esse tributo, em 2002, aplicando-se então uma taxa de crescimento real que indica o crescimento esperado da frota, acompanhando a tendência de crescimento no nível de atividade da economia. Todavia, aplicou-se nos últimos 2 anos um redutor, considerando-se a expectativa de que a melhora nos transportes públicos da cidade reduza o estímulo à aquisição de transporte individual.

Multas do DSV

A arrecadação de multas de trânsito depende, de um lado, da eficiência da máquina de fiscalização e, de outro, da tendência de cometer infrações por parte dos motoristas da cidade. Assim, utilizou-se, para 2002, o valor previsto pela Secretaria Municipal de Transportes, que apresenta um substantivo aumento com relação ao previsto em 2001 tendo em vista o aumento previsto na fiscalização por meio de equipamentos eletrônicos e o aumento dos postos de fiscalização. Para os anos seguintes, considerou-se que, uma vez absorvido o impacto das alterações na máquina de fiscalização, o valor possível de ser arrecadado estaria próximo do máximo possível, não cabendo esperar nenhum aumento substantivo nessa arrecadação em função das penalidades maiores agora existentes por conta do novo código nacional de trânsito.

Dívida Ativa

Na inexistência de variáveis mais apropriadas para a estimativa dos ganhos com dívida ativa nos próximos anos, elaborou-se uma análise de tendência com base no comportamento recente dessa receita. Considerou-se, porém, para o ano de 2002, um valor um pouco maior (crescimento real de 1% acima da tendência) tendo em vista a expectativa por parte da Secretaria dos Negócios Jurídicos de um aumento no número de ações ajuizadas. Sobre o valor de 2002 foram aplicados os valores obtidos na análise de tendência.

Análise de Tendência da Dívida Ativa

	y	x	xy	x ²	y estimado
1994	70,81	1	70,81	1	98,18
1995	92,26	2	184,52	4	116,80
1996	145,87	3	437,61	9	135,42
1997	226,14	4	904,56	16	154,04
1998	168,38	5	841,90	25	172,66
1999	207,05	6	1.242,30	36	191,28
2000	189,58	7	1.327,06	49	209,90
2001	234,44	8	1.875,52	64	228,52
Soma	1.334,53	36	6.884,28	204	////////////////
Média	166,81	4,5	832,83	////////	////////////////
2002					260,95
2003					265,76
2004					284,38
2005					303,00

(*) valor estimado a partir da expectativa da Secretaria de Negócios Jurídicos

y = valores realizados a preços de junho de 2001; o valor de 2001 é estimado em função do realizado até agosto

Cancelamento de Restos a Pagar

A Receita de Cancelamento de Restos a Pagar é de difícil previsão. Todavia é preciso considerar que, de um exercício a outro, ocorrem sempre eventos desse tipo, em função de atrasos, problemas com medição etc. Cumpre frisar que, em função das exigências agora impostas pela Lei Complementar 2001, estas receitas de fato existirão financeiramente, visto que a referida Lei impede a existência de restos a pagar sem a respectiva disponibilidade de caixa. Os valores previstos são da ordem de 1% do orçamento.

Operações de Crédito

A receita prevista com operações de crédito no período 2002-2005 foi estimada pela Assessoria de Controle da Dívida Pública da Secretaria de Finanças em função de desembolso previsto de contratos ainda em andamento e da expectativa de o município obter os empréstimos que foram autorizados pelo Senado Federal quando da celebração do contrato de refinanciamento da dívida do município em maio de 2000.

Alienação de Bens Imóveis

As receitas aqui estimadas derivam da expectativa de alienação de parte do patrimônio imobiliário da Prefeitura, particularmente no que diz respeito a terrenos que não sejam de interesse do poder público municipal.

Outras Receitas de Capital

Os valores aqui previstos referem-se a receitas decorrentes de operações urbanas e similares.

PLANO PLURIANUAL 2002/2005
ANEXO III
DEFINIÇÃO DO VOLUME DE RECURSOS

Em milhões de reais de Junho/01

	2002	2003	2004	2005
RECEITA TOTAL	9.580,0	9.882,6	10.207,9	10.538,2
DESPESA TOTAL	9.580,0	9.882,6	10.207,9	10.538,2
VINCULAÇÕES	2.897,4	3.036,8	3.119,3	3.225,5
- Educação	2.066,8	2.137,2	2.168,0	2.223,9
- Saúde	830,6	899,6	951,3	1.001,6
OUTRAS CORRENTES	3.544,4	3.410,3	3.493,0	3.599,4
DÍVIDAS	1.522,3	1.572,8	1.623,7	1.698,9
- Amortização	145,4	151,6	190,3	226,6
- Juros	873,2	909,7	912,4	918,9
- Outras Dívidas	116,7	116,7	116,7	116,7
- Precatórios	255,0	294,8	324,3	356,7
- DEA's	132,0	100,0	80,0	80,0
PLANO PLURIANUAL (*)	1.615,9	1.862,7	1.971,9	2.014,4
- Vinculadas	979,6	1.085,1	1.211,5	1.327,5
. Educação	398,6	486,7	589,1	673,9
. Saúde	581,0	598,4	622,4	653,6
- Financiadas	229,8	245,0	154,0	0,0
- Contrapartida de financiamento	131,5	161,6	106,0	0,0
- Com recursos próprios	275,0	371,0	500,4	686,9

(*) Despesas de Capital, custeio delas decorrentes e novos programas de duração continuada.

PLANO PLURIANUAL 2002/2005

ANEXO IV

OBJETIVOS

PROGRAMAS

AÇÕES

METAS

INDICADORES

Plano Plurianual 2.002 – 2.005

Ensino

Objetivo Geral

Principais secretarias envolvidas: SME, SDTS, SMT, SEME, SMC e SMMA.

Aplicação dos recursos resultantes de 30% das receitas de impostos e transferências no desenvolvimento do ensino infantil e fundamental, além da aplicação dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – Fundef, respeitando a legislação vigente.

Aplicar recursos necessários à manutenção das escolas de ensino médio da rede municipal.

Esta área tem como uma de suas diretrizes o trabalho articulado das várias unidades da Secretaria da Educação, bem como das várias secretarias envolvidas em atividades estruturantes da educação municipal, visando à melhoria da qualidade do ensino, à democratização da gestão e do acesso e à garantia da permanência na escola.

Com base nestes eixos foram elaborados os programas para o desenvolvimento do ensino municipal para os anos de 2002 a 2005, quais sejam:

PROGRAMA 1: Educação de crianças e adolescentes de 07 a 14 anos

Objetivo: atendimento à demanda de 07 a 14 anos, através de construção e reforma de escolas municipais de ensino fundamental, garantindo a formação permanente de seus profissionais, sua manutenção, seus equipamentos, inclusive na área de informática, materiais permanentes e de consumo, assim como projetos pertinentes à ação educativa, à qualidade e à gestão.

Valores Propostos para o Programa no Período 2002 a 2005

	2.002	2.003	2.004	2.005	Total
Recursos	35,2	40,0	59,0	59,4	193,6

AÇÃO : Construção, reforma e ampliação de Escolas de Ensino Fundamental.

META : Expansão de 36 mil vagas no ensino fundamental

INDICADOR: aluno atendido

PROGRAMA 2: Educação de crianças de 0 a 6 anos

Objetivo: Atendimento à demanda de 0 a 6 anos, através da construção, reforma e ampliação de unidades de educação infantil (escolas e centros de educação infantil e creches), garantindo a formação permanente de seus profissionais, sua manutenção, seus equipamentos, inclusive na área de informática, materiais permanentes e de consumo, assim como projetos pertinentes à ação educativa, à qualidade e à gestão.

Valores Propostos para o Programa no Período 2002 a 2005

	2.002	2.003	2.004	2.005	Total
Recursos	69,8	61,0	79,0	88,0	297,8

AÇÃO 1 : Construção, ampliação e reforma de Escolas e Centros de Ensino Infantil e Creches

META: Expansão de 58 mil vagas em unidades de ensino infantil

INDICADOR: criança atendida

AÇÃO 2 : Aumento do número de convênios para atendimento de crianças em creches

META: Expansão de 60 mil vagas em creches

INDICADOR: criança atendida

PROGRAMA 3: Atendimento de jovens e adultos

Objetivo: garantia do acesso de jovens e adultos que não tenham concluído a escolaridade fundamental, nos cursos de Suplência nas escolas municipais e no programa Mova, por meio de convênios com entidades da sociedade civil, assegurando a qualidade do ensino e a formação dos educadores envolvidos.

Valores Propostos para o Programa no Período 2002 a 2005

	2.002	2.003	2.004	2.005	Total
Recursos	11,2	30,3	34,8	36,8	113,1

AÇÃO 1: Desenvolvimento do Mova – Movimento de alfabetização de adultos

META: Criação e desenvolvimento de 3100 unidades para o atendimento de mais de 60mil pessoas

INDICADOR: pessoa atendida

AÇÃO 2: Desenvolvimento do Programa Suplência Profissional

META: Emissão de aproximadamente 100 mil certificados

INDICADOR: aluno aprovado

PROGRAMA 4: Educação Especial

Objetivo: Atendimento aos alunos portadores de necessidades especiais (garantia da inclusão, acessibilidade e orientação aos professores), por meio da rede direta e de estabelecimentos de convênios com entidades da sociedade civil.

Valores Propostos para o Programa no Período 2002 a 2005

	2.002	2.003	2.004	2.005	Total
Recursos	2,4	2,4	2,4	2,4	9,6

AÇÃO 1: Criação e Desenvolvimento de centros de atendimento a alunos portadores de deficiência

META: Implementação de 13 centros

INDICADOR: aluno atendido

PROGRAMA 5: Garantia do Acesso e Permanência

Objetivo: Atendimento das necessidades de transporte de alunos da rede municipal; garantia da permanência do aluno na escola e de sua emancipação.

Valores Propostos para o Programa no Período 2002 a 2005

	2.002	2.003	2.004	2.005	Total
Recursos	250,0	300,0	360,0	432,0	1.342,0

AÇÃO 1: Implementação do Transporte Escolar

META : Atendimento de aproximadamente 175 mil alunos

INDICADOR: aluno atendido

AÇÃO 2: Ampliação do Programa de Renda Mínima Familiar

META : Atendimento de aproximadamente 100 mil famílias

INDICADOR: criança atendida

AÇÃO 3: Ampliação do Programa Bolsa Trabalho

META : Atendimento de aproximadamente 100 mil crianças

INDICADOR: criança atendida

PROGRAMA 6: Democratização da Gestão e Qualidade Social

Objetivo: Promover atividades interdisciplinares visando estreitar a relação entre a escola e a comunidade.

Valores Propostos para o Programa no Período 2002 a 2005

	2.002	2.003	2.004	2.005	Total
Recursos	30,0	53,0	53,9	55,3	192,2

AÇÃO 1: Implementação do Recreio nas Férias

META : Atendimento de aproximadamente 100 mil alunos em atividades educacionais, esportivas, culturais, dentro e fora da escola

INDICADOR: aluno atendido

AÇÃO 2: Implementação dos Projetos Escola Aberta e Projeto Vida

META 1 : Ampliação da participação da comunidade na escola

META 2 : Redução e prevenção da violência

META 3: Implementação do projeto em 400 escolas/ano

INDICADOR: escola atendida

AÇÃO 3: Desenvolvimento do Intercâmbio de Línguas

META : Formação de 120 educadores/ano

INDICADOR: educador formado

AÇÃO 4: Informatização das escolas, juntamente com programas de treinamento dos profissionais e alunos

META 1: Informatizar todas as escolas municipais

META 2: Treinar 20 mil funcionários/ano

INDICADOR: escola Informatizada e funcionário treinado

AÇÃO 5: Atividades de Formação Permanente dos profissionais do ensino

META 1: Garantir espaços de formação e discussão permanente acerca da política educacional do município

META 2: Qualificar e democratizar a política educacional do município

INDICADOR: espaços garantidos/qualidade do ensino

AÇÃO 6: Reforma de próprios da Secretaria

META : Reestruturação das Instalações

INDICADOR: projeto concluído

PROGRAMA 7: Ensino Médio

Objetivo: Reforma e ampliação das escolas de ensino médio.

Valores Propostos para o Programa no Período 2002 a 2005

	2.002	2.003	2.004	2.005	Total
Recursos	1,7	1,7	1,7	1,7	6,8

AÇÃO: Reforma e ampliação das escolas de ensino médio

META : Atendimento dos alunos da rede de ensino médio

INDICADOR: aluno atendido

Plano Plurianual 2.002 – 2.005

Saúde

Objetivo Geral

Principais secretarias envolvidas: SMS

A Secretaria Municipal de Saúde, cumprindo o programa do Governo da Reconstrução, implantará o SUS no município. Assim sendo, acompanhando um esforço nacional, a SMS terá sua rede básica gradativamente transformada pela estratégia da Saúde da Família nos próximos quatro anos.

Diante disso, a proposta da Secretaria Municipal da Saúde para o Plano Plurianual adapta como diretrizes de sua atuação os eixos das Agendas Nacional e Estadual do Sistema Único de Saúde, a saber:

1. Redução da mortalidade infantil e materna
2. Controle de doenças e agravos prioritários
3. Melhoria da gestão, do acesso e da qualidade das ações, serviços e informações de saúde
4. Reorientação do modelo assistencial e descentralização
5. Desenvolvimento de recursos humanos no setor saúde
6. Qualificação do Controle Social

Esses eixos orientam a elaboração anual da Agenda Municipal de Saúde, aprovada pelo Conselho Municipal de Saúde, e se articulam com os Programas estabelecidos para os anos de 2002 a 2005, detalhados em ações e metas, a seguir:

PROGRAMA 1: Nascer, Viver e Morrer bem

Objetivo: Modificar o quadro epidemiológico por meio da redução dos principais agravos, danos e riscos à saúde e da morbi-mortalidade materna e infantil, por meio de ações de prevenção, promoção e reparação de saúde, controle de riscos bio-psicosociais nas diversas realidades que compõem a área de abrangência de cada unidade de saúde, através de ações planejadas de forma ascendente, programadas por ciclos de vida. Este programa se articula com os eixos prioritários 1 e 2.

Valores Propostos para o Programa no Período 2002 a 2005

	2.002	2.003	2.004	2.005	Total
Recursos	76,8	79,1	82,3	86,4	324,6

AÇÃO 1: Reduzir a Mortalidade Materna e Infantil

META 1: Reduzir a taxa de mortalidade infantil de 17/1000 para 11/1000 nascidos vivos

INDICADOR: taxa de mortalidade infantil

META 2: Reduzir a taxa de mortalidade materna de 58,2/100.000 para 29,1/100.000 nascidos vivos

INDICADOR: coeficiente de Mortalidade materna

META 3: Aumentar a proporção de recém-nascidos de mães com 4 ou mais consultas de pré-natal 90%

INDICADOR: proporção de recém-nascidos de mães com 4 ou mais consultas de pré-natal

META 4: Diminuir a proporção de partos e abortamentos em adolescentes para 15%

INDICADOR: proporção de partos e abortamentos em adolescentes

AÇÃO 2: Implementar a Prevenção e Controle de Doenças de Notificação Compulsória

META 1: Diminuir a prevalência de hanseníase de 1,1 para 1 caso/10.000hab

INDICADOR: taxa de prevalência de hanseníase

META 2: Manter a incidência de sarampo em zero casos

INDICADOR: coeficiente de incidência de Sarampo

META 3: Executar ações de controle e erradicação do dengue, por meio do combate do Aedes aegypti em 100% dos imóveis

INDICADOR: coeficiente de incidência da Dengue

META 4: Aumentar a cobertura vacinal em < 1 ano vacinadas no Município de São Paulo

INDICADOR: cobertura vacinal de rotina por DPT em menores de 1 ano de idade

META 5: Aumentar a cobertura vacinal contra influenza em idosos para 80%
INDICADOR: cobertura vacinal contra influenza em idosos
META 6: Manter o número de casos confirmados de tétano neo-natal em zero
INDICADOR: número de casos confirmados de tétano neonatal
META 7: Reduzir o número de casos confirmados de sífilis congênita
INDICADOR: número de casos confirmados de sífilis congênita
META 8: Campanhas de esterilização de cães e gatos
INDICADOR: número de animais esterilizados

AÇÃO 3: Redução dos Principais Agravos, Danos e Riscos à Saúde
META 1: Instalar um planejamento, controle e avaliação em saúde por ciclos de vida, através do desenvolvimento de projetos integrados que visem a prevenção, promoção e proteção à saúde (em destaque Álcool e Drogas e Saúde Mental)
INDICADOR: proporção de projetos integrados por ciclo de vida instalados
META 2: Diminuir a taxa de internação por AVC na população entre 30 e 59 anos para 3,0%
INDICADOR: taxa de internação por acidente vascular cerebral na população de 30 a 59 anos
META 3: Criar projetos de acolhimento nas Unidades de Saúde
INDICADOR: proporção de projetos de acolhimento criados
META 4: Aumentar a concentração de procedimentos odontológicos coletivos na faixa etária de 0 a 14 anos de idade para 0,6 procedimentos/crianças ano
INDICADOR: concentração de procedimentos odontológicos coletivos na faixa etária de 0 a 14 anos
META 5: Estruturar atenção às vítimas de violência
INDICADOR: número de atendimentos

PROGRAMA 2: Saúde integral ao seu alcance
Objetivo: Democratizar o acesso da população aos serviços de saúde através da implementação da gestão distrital/ descentralizada, do desenvolvimento gerencial das Unidades de Saúde e da expansão das equipes de saúde da família, tendo como base a territorialização, a discriminação positiva das populações de maior risco, a hierarquização dos serviços, o planejamento ascendente das ações, além da ampliação da oferta de serviços - rede física e atenção à saúde. Este programa se articula com os eixos prioritários 3 e 4

Valores Propostos para o Programa no Período 2002 a 2005

	2.002	2.003	2.004	2.005	Total
Recursos	219,1	225,6	234,7	246,4	925,8

AÇÃO 1: Ampliação da oferta de serviços de saúde
META 1: Construir e equipar 2 Hospitais M'Boi Mirim e Cidade Tiradentes
INDICADOR: número de Hospitais construídos e equipados
META 2: Construir 23 Unidades de Saúde
INDICADOR: número de Unidades de Saúde construídas
META 3: Reformar 100 Unidades de Saúde e os 13 hospitais municipais
INDICADOR: número de Unidades de Saúde Reformadas
META 4: Construir 3 Centros de Controle de Zoonoses
INDICADOR: número de Centros de Controle de Zoonoses construídos

AÇÃO 2: Implantar a Gestão Distritalizada e Descentralização – Dividir para Somar Saúde
META 1: Implantar e operacionalizar 41 Distritos de Saúde, tendo à sua frente o equivalente à uma autoridade sanitária local de cerca de 250.000 habitantes;
INDICADOR: número de Distritos de Saúde implantados e operacionalizados
META 2: Elaborar Planos Anuais de Gestão Distrital
INDICADOR: número de Planos Anuais elaborados
META 3: Criar sistema de avaliação de impacto da gestão descentralizada
INDICADOR: grau de implantação do sistema de avaliação de impacto da gestão descentralizada

AÇÃO 3: Implementação do Programa de Saúde da Família
META 1: Expandir a cobertura do Programa de Saúde da Família (PSF) de 5% para 60% da população, correspondendo a cerca de
INDICADOR: proporção da População coberta pelo Programa de Saúde da Família
META 2: Implantar 1.749 equipes de saúde da família e 10.496 agentes comunitários
INDICADOR: número de equipes de saúde da família e agentes comunitárias implantadas
META 3: Garantir uma visita domiciliar por família/mês
INDICADOR: visita domiciliar por família/mês
META 4: Assegurar 1,2 consultas médicas nas especialidades básicas por habitante/ano
INDICADOR: consultas médicas nas especialidades básicas por habitante/ano
META 5: Implantar 100% das equipes de saúde bucal/PSF
INDICADOR: proporção de equipes de saúde bucal/PSF implantadas
META 6: Promover a capacitação de 20.320 profissionais envolvidos no PSF.
INDICADOR: número de profissionais envolvidos no PSF capacitados

PROGRAMA 3: Hospital Amigo da Infância – Hospital para quem precisa

Objetivo: Desenvolver a rede hierarquizada de atendimento hospitalar, garantindo a retaguarda às demais unidades de saúde, através da regionalização e hierarquização dos serviços hospitalares; reconstruindo e redimensionando os serviços em relação à sua demanda potencial; reestruturando o atendimento pré-hospitalar; e, promovendo maior capacitação profissional. Este programa se articula com o eixo prioritário 3

Valores Propostos para o Programa no Período 2002 a 2005

	2.002	2.003	2.004	2.005	Total
Recursos	224,2	230,9	240,2	252,2	947,5

AÇÃO 1: Implementar apoio ao Desenvolvimento Hospitalar
META 1: Criar mecanismos eficientes e eficazes para a gestão dos Hospitais Municipais, Pronto Socorros e Pronto-Atendimentos;
INDICADOR: número de mecanismos eficientes e eficazes criados
META 2: Expandir a residência médica nos hospitais municipais, passando de 6 para 13 hospitais, redirecionando a formação dos profissionais de acordo com a política de saúde preconizada pelo SUS;
INDICADOR: número de hospitais municipais com residência médica
META 3: Criar "Cartas do Serviço" nos hospitais municipais, assegurando o compromisso na promoção da humanização do atendimento hospitalar
INDICADOR: número de Cartas de Serviço criadas nos hospitais municipais
META 4: Criar em todos hospitais municipais equipe de cuidados paliativos e atendimento a dor.
INDICADOR: proporção de equipes de cuidados paliativos e atendimento a dor
META 5: Implantar cursos de pós-graduação "latu sensu" (profissionalizante) em 13 hospitais municipais
INDICADOR: número de cursos de pós-graduação "latu sensu" implantados
META 6: Aumentar de 9 para 13 hospitais com Programa de Internação Domiciliar (PID), incrementando em 30% o número de internações domiciliárias
INDICADOR: número de hospitais com PID criados
META 7: Desenvolver a Epidemiologia Hospitalar com o objetivo de diminuir as taxas de infecção e mortalidade hospitalar e otimizar a utilização dos leitos
INDICADOR: epidemiologia Hospitalar desenvolvida

PROGRAMA 4: Rede Competência – SUS Municipal

Objetivo: Elevar o padrão de qualidade e eficiência do atendimento em saúde prestado à população por meio do desenvolvimento gerencial e incorporação tecnológica do Sistema Único de Saúde (SUS) na cidade - município em gestão plena do sistema municipal de saúde. Este programa se articula com os eixos prioritários 3 e 5.

Valores Propostos para o Programa no Período 2002 a 2005

	2.002	2.003	2.004	2.005	Total
Recursos	58,8	60,6	63,0	66,2	248,6

AÇÃO 1: Produzir e disseminar informações sobre a situação de saúde e dos serviços de saúde

META 1: Produzir e disponibilizar o painel da situação de saúde e dos serviços de saúde para a cidade e os Distritos de saúde;

INDICADOR: produção do painel de situação/serviços de saúde

META 2: Implantar os sistemas de informação SUS na SMS

INDICADOR: número de sistemas de informação SUS implantados

META 3: Informatizar toda a rede das Unidades de Saúde e capacitar suas equipes para o uso da informação e informática

INDICADOR: proporção de informatização da rede e de capacitação de equipes

META 4: Interligar todas as Unidades de Saúde através da rede intranet.

INDICADOR: proporção de Unidades de Saúde interligadas

AÇÃO 2: Implantar Sistemas Gerenciais e Mecanismos de Gestão

META 1: Habilitar o município de São Paulo na condição de gestão plena do sistema municipal de saúde do SUS

INDICADOR: habilitação do município em gestão plena do sistema municipal

META 2: Implantar Sistemas de Custos nas unidades da rede de saúde no município

INDICADOR: número de Sistemas de Custos implantados nas Unidades da Rede

AÇÃO 3: Formação e Capacitação dos profissionais de saúde

META 1: Integrar os servidores que retornaram do PAS e de outras secretarias ao quadro da SMS (Projeto Re-Unir)

INDICADOR: integração dos servidores desenvolvida

META 2: Prover as unidades de rede de pessoal, por meio de contratação de 7.700 profissionais (Projeto A Gente no Lugar)

INDICADOR: número de profissionais contratados

META 3: Requalificar os servidores da rede municipal (Projeto Quanto Melhor, Melhor)

INDICADOR: proporção de servidores requalificados

META 4: Implantar o planejamento por objetivos e equipes na rede municipal da saúde (Projeto Equipes Dão Certo)

INDICADOR: proporção de planejamento por objetivos e equipes implantado

AÇÃO 4: Ampliação e Melhoria da qualidade do atendimento - "Bem Cuidar"

META 1: Aprimorar o atendimento de chamadas de emergência, atendendo 85% das chamadas e reduzindo o tempo médio de chegada ao local de ocorrência em 12 minutos

INDICADOR: proporção de chamadas de emergência atendidas e de tempo médio de chegada

META 2: Diminuir para 7 dias o tempo de espera para marcação de consultas no atendimento ambulatorial

INDICADOR: número de dias do tempo de espera para marcação de consultas

META 3: Reduzir o tempo de entrega de exames laboratoriais para 3 dias.

INDICADOR: número de dias para o tempo de entrega de exames laboratoriais

META 4: Implantar o componente municipal do Sistema Nacional de Auditoria do SUS - SNA/SUS;

INDICADOR: implantação do componente municipal do SNA/SUS

META 5: Garantir a melhoria do Programa Municipal de Assistência Farmacêutica Básica – Dose Certa

INDICADOR: melhoria do Programa Dose Certa

PROGRAMA 5: Gestão Cidadã

Objetivo: Assegurar a participação da sociedade no desenvolvimento do SUS no município, por meio do exercício do controle social nas Unidades Prestadoras de Serviços de Saúde, vinculadas ao SUS, desde as unidades de atenção básica até os hospitais de maior complexidade. Este programa se articula com o eixo prioritário 6

Valores Propostos para o Programa no Período 2002 a 2005

	2.002	2.003	2.004	2.005	Total
Recursos	2,1	2,2	2,2	2,4	8,9

AÇÃO 1: Divulgar a política de saúde/gestão da SMS junto à comunidade

META 1: Implementar o projeto de comunicação e difusão das ações e serviços de saúde por meio do projeto "Falando em Saúde"

INDICADOR: implementação do projeto Falando em Saúde

META 2: Elaborar e divulgar Carta de direitos e deveres do cidadão no SUS São Paulo

INDICADOR: divulgação da Carta de Direitos e deveres do cidadão no SUS

AÇÃO 2: Desenvolvimento dos Conselhos Distritais/ Gestores de Saúde

META 1: Instituir Conselhos de Saúde nos 41 Distritos de Saúde e cerca de 400 Conselhos nas Unidades Prestadoras de Serviços do SUS sob gestão do Conselho Municipal de Saúde e das outras instâncias da Secretaria Municipal de Saúde

INDICADOR: número de Conselhos de Saúde nos Distritos e nas Unidades de Saúde implantados

META 2: Assegurar um processo de capacitação continuada dos conselheiros municipais de saúde

INDICADOR: proporção de conselheiros municipais de saúde capacitados

Plano Plurianual 2.002 – 2.005

Inclusão Social

Objetivo Geral

Principais secretarias envolvidas: SAS, SEHAB, SDTS, SEMAB, SEME, SMC, SSO, SGM e SMCIS

Promover atendimento integral à população de baixa renda, buscando a inclusão social dos extratos ora excluídos, com ênfase ao atendimento à criança e ao adolescente, à população idosa, portadores de deficiência e desempregados, através de políticas compensatórias e com programas específicos para a redução das situações de risco e de alta vulnerabilidade.

Reduzir o déficit habitacional do município e repensar a ocupação do espaço urbano, através da retirada da população de áreas de risco, do reassentamento de famílias, da regularização de áreas clandestinas e investimento em programas de habitação popular, buscando melhorar as condições de moradia no município.

Com base nestes eixos foram elaborados os seguintes programas para os anos de 2002 a 2005:

Programa 1: Combate à pobreza, à desigualdade e ao desemprego

Objetivo: Criar condições favoráveis para que a população de baixa renda, em virtude de inadequada distribuição de renda, agravada pelo desemprego, possa rever a sua trajetória pessoal, tendo condições de optar por alguma capacitação ocupacional ou mesmo atividade de natureza comunitária. Com isso, visa-se ao aumento na qualidade de vida, à redução da violência e à ampliação do mercado de trabalho.

Valores Propostos para o Programa no Período 2002 a 2005

	2.002	2.003	2.004	2.005	Total
Recursos	8,0	20,0	50,0	100,0	178,0

AÇÃO 1: Ampliação do Começar de Novo

META: Atendimento de aproximadamente 100.000 cidadãos

INDICADOR: cidadãos atendidos

AÇÃO 2: Viabilizar acesso ao crédito à população de baixa renda objetivando ocupação e renda à mesma.

META 1: Concessão de empréstimos

META 2: Implantação de 20 agências

INDICADOR: cidadãos atendidos

AÇÃO 3: Ação Coletiva de Trabalho

META : Oferecer 25 mil vagas a pessoas desempregadas há mais de oito meses e que tenham mais de dezoito anos

INDICADOR: cidadãos atendidos

AÇÃO 4: Continuidade do Economia Solidária

META : Fomentar iniciativas locais para a geração de emprego e renda

INDICADOR: cidadãos atendidos

AÇÃO 5: Criar Central de Intermediação e Capacitação de mão-de-obra

META : Facilitar a recolocação de desempregados no mercado de trabalho

INDICADOR: projeto implementado

AÇÃO 6: Implementar projeto de reestruturação produtiva e relações de trabalho

META : Revitalizar atividades produtivas e estimular novos regimes de contratação de mão-de-obra

INDICADOR: projeto implementado

PROGRAMA 2: Merenda escolar e leve-leite

Objetivo: Ampliar a oferta da merenda escolar e do leve-leite, melhorando sua qualidade e com ênfase no combate à desnutrição infantil.

Valores Propostos para o Programa no Período 2002 a 2005

	2.002	2.003	2.004	2.005	Total
Recursos	17,0	21,5	25,0	38,0	101,5

AÇÃO 1: Ampliação do programa leve leite

META: Ampliar a distribuição do leite em pó integral para toda a rede

INDICADOR : criança atendida

AÇÃO 2: Ampliação da oferta de merenda nos equipamentos sociais

META: Oferecer merenda escolar para todos os alunos da rede

INDICADOR : criança atendida

PROGRAMA 3: Segurança Pública

Objetivo: Aumentar a segurança preventiva e valorizar a cidadania.

Valores Propostos para o Programa no Período 2002 a 2005

	2.002	2.003	2.004	2.005	Total
Recursos	2,0	4,0	4,0	4,0	14,0

AÇÃO 1: Ampliar a segurança preventiva e as campanhas educativas

META: Redução da violência e revalorização da cidadania

INDICADOR : qualidade de vida

AÇÃO 2: Melhoria, reforma e manutenção dos equipamentos dos Corpos de Bombeiros

META: Redução do tempo para o atendimento

INDICADOR : qualidade do atendimento

PROGRAMA 4: Ações Intersecretariais para a Inclusão Social

Objetivo: Realizar atividades e projetos nas áreas da cultura, lazer, esportes, abastecimento e comunicação, visando à integração social.

Valores Propostos para o Programa no Período 2002 a 2005

	2.002	2.003	2.004	2.005	Total
Recursos	28,0	30,0	32,0	34,0	124,0

AÇÃO 1: Ampliação do Fundo Municipal de Assistência Social

META : Destinar recursos municipais e transferidos a programas de assistência social

INDICADOR : programas atendidos

AÇÃO 2: Ampliação de equipamentos sociais para o atendimento a populações marginalizadas, discriminadas e excluídas

META : Melhorar o atendimento em equipamentos de assistência social

INDICADOR : qualidade do atendimento

AÇÃO 3: Ampliação de atividades esportivas e culturais e de educação ambiental

META: Redução da violência e revalorização da cidadania

INDICADOR : atividade realizada

AÇÃO 4: Implementação de canal de TV de caráter educativo/cultural

META: Disseminar informação sócio-cultural e veicular programas educativos do município

INDICADOR : projeto implementado

AÇÃO 5: Criação de programas sociais visando à promoção da alimentação a baixo custo

META: Melhorar a alimentação da população de baixa renda

INDICADOR: programas implantados

PROGRAMA 5: PROVER –Programa de Verticalização de Favelas

Objetivo: Execução e recuperação de áreas degradadas, construção de unidades habitacionais em favelas.

Valores Propostos para o Programa no Período 2002 a 2005

	2.002	2.003	2.004	2.005	Total
Recursos	50,8	48,0	0,0	0,0	98,8

AÇÃO: Execução e recuperação de área degradada e construção de unidades habitacionais nas favelas: Nicarágua/Vila da Paz; City Jaraguá (diversos setores)

META: Construção de 1800 unidades e demarcação de 400 lotes para regularização

INDICADOR: Unidade construída e lote demarcado

PROGRAMA 6 : Lote Legal

Objetivo: Urbanização e Regularização de loteamentos irregulares.

Valores Propostos para o Programa no Período 2002 a 2005

	2.002	2.003	2.004	2.005	Total
Recursos	21,9	26,2	0,0	0,0	48,1

AÇÃO: Urbanização e regularização de loteamentos irregulares

META: Urbanização de 12.906 lotes

INDICADOR: lote regularizado e urbanizado

PROGRAMA 7: Habitações populares

Objetivo: Redução do déficit de unidades habitacionais para a camada mais baixa da população, a baixo custo.

Valores Propostos para o Programa no Período 2002 a 2005

	2.002	2.003	2.004	2.005	Total
Recursos	45,5	100,0	135,0	145,0	425,5

AÇÃO 1: Construção de Unidades Habitacionais em regime de mutirão

META: Construção de 18.000 unidades

INDICADOR: lote regularizado e urbanizado

AÇÃO 2: Produção de unidades habitacionais no Programa Morar Perto

META: Produzir 7000 unidades

INDICADOR: unidades produzidas

AÇÃO 3: Implementar o Programa de Locação Social e dar continuidade ao sub-programa de cortiços

META: Implementar 3500 unidades

INDICADOR: unidade produzida

AÇÃO 4: Produzir unidades habitacionais em parceria com a CDHU

META: Produção de 5000 unidades

INDICADOR: unidade produzida

AÇÃO 5: Produzir unidades habitacionais no Programa de Arrendamento Residencial (PAR)

META : Viabilizar e incentivar o programa em São Paulo

INDICADOR: projeto concluído

AÇÃO 6: Continuidade das Atividades da Comissão Permanente Acessibilidade

META : Discussão de políticas de universalização do acesso aos bens públicos

INDICADOR: atividades realizadas

Plano Plurianual 2.002 – 2.005 Transformações Urbanas

Objetivo Geral

Principais secretarias envolvidas: SMC, SEME, SMMA, SAS, SEMAB, SEHAB, SIURB, SSO, SEMPLA, SMT, SIS, SF, SMA, SJ e GP.

Melhorar a qualidade de vida na cidade, através de intervenções urbanas nas áreas de trânsito, transporte, conservação de vias, reestruturação dos equipamentos públicos, paisagem urbana e de políticas de requalificação do centro, de redinamização dos bairros, de redução de incidência de enchentes e alagamentos e de limpeza urbana.

Com base neste eixo foram elaborados os seguintes programas para os anos de 2002 a 2005:

PROGRAMA 1: Disponibilizar equipamentos públicos à comunidade

Objetivo: Implantar, reformar e manter centros desportivos, de cultura e lazer, parques, centros de atendimento a crianças e adolescentes e prédios de uso da administração.

Valores Propostos para o Programa no Período 2002 a 2005

	2.002	2.003	2.004	2.005	Total
Recursos	11,5	13,0	14,5	16,0	55,0

AÇÃO 1: Construção e reforma de Centros Desportivos e Centros Educacionais e Esportivos

META: Construção de 2 novos Centros Desportivos e reforma dos CDMs e CEEs existentes

INDICADOR: unidades construídas/unidades reformadas

AÇÃO 2: Implantação e manutenção de centros para crianças e adolescentes

META: Atendimento de 39.000 crianças por mês

INDICADOR: crianças atendidas

AÇÃO 3: Recuperação de Bibliotecas, Teatros e Casas de Cultura

META: Intervenção em 90 equipamentos

INDICADOR: qualidade do equipamento

AÇÃO 4: Revitalização dos Parques Municipais e aumento de áreas verdes

META: Criar e ampliar as possibilidades de lazer nos parques municipais

INDICADOR: qualidade de vida

AÇÃO 5: Recuperação de próprios municipais

META: Melhorar o atendimento ao cidadão

INDICADOR: qualidade do atendimento

PROGRAMA 2: Melhoria da Infra-estrutura Urbana e dos Serviços da Cidade

Objetivo: Continuação de obras de infra-estrutura urbana

Valores Propostos para o Programa no Período 2002 a 2005

	2.002	2.003	2.004	2.005	Total
Recursos	4,0	7,0	11,0	14,0	36,0

AÇÃO 1: Continuidade das obras do Cebolinha Sena Madureira e Estrada do M'Boi Mirim; outras intervenções viárias

META: Melhoria do trânsito

INDICADOR: qualidade do trânsito

AÇÃO 2: Recuperação de Centros de Abastecimento, mercados, sacolões e feiras

META: Melhoria das condições de distribuição de gêneros alimentícios

INDICADOR: qualidade da distribuição

PROGRAMA 3: Canalização e Implantação das Vias de Fundo de Vale de Córregos (PROCAV)

Objetivo: Canalizar e Implantar Vias de Fundo de Vale nos Córregos: Machados / Franquinho / Itaqueruna / Taboão / Guaraú; continuidade das obras de canalização dos córregos Pirajussara , Ipiranga e Jaboticabal; reassentamento de famílias e implantação de áreas verdes.

Valores Propostos para o Programa no Período 2002 a 2005

	2.002	2.003	2.004	2.005	Total
Recursos	133,0	122,9	11,0	14,0	280,9

AÇÃO 1: Canalização de Córregos

META: Canalização de 13 Km

INDICADOR: Km canalizados

AÇÃO 2: Pavimentações de vias

META: Pavimentação de 15 Km

INDICADOR: Km pavimentados

AÇÃO 3: Implantação de Piscinões

META: Implantação de 03 unidades

INDICADOR: unidades implementadas

AÇÃO 4: Implantação de Áreas Verdes

META: Criação de 30 Praças

INDICADOR: unidades implantadas

AÇÃO 5: Reassentamento de Famílias

META: Reassentamento de 2413 famílias

INDICADOR: famílias reassentadas

PROGRAMA 4: Programa de recuperação e preservação ambiental

Objetivo: Urbanização de favelas e adequação da infra-estrutura urbana em loteamentos visando reduzir o aporte de esgotos domésticos e sedimentos dos reservatórios; intervenções para melhoria da qualidade do meio-ambiente.

Valores Propostos para o Programa no Período 2002 a 2005

	2.002	2.003	2.004	2.005	Total
Recursos	15,6	12,7	56,7	6,7	91,7

AÇÃO 1: Ampliação das ações para a recuperação das Bacias Billings e Guarapiranga

META 1: Reassentamento de 30 mil famílias

META 2: Melhoria da qualidade do meio-ambiente

INDICADOR: família atendida e qualidade ambiental

AÇÃO 2: Fundo do Meio Ambiente

META: Implementação e ampliação das atividades do fundo para melhoria da qualidade ambiental

INDICADOR: qualidade ambiental

PROGRAMA 5: Revitalização dos bairros

Objetivo: Este programa prevê obras de recuperação do sistema viário (recapeamento e asfaltamento), dos equipamentos públicos, de paisagismo urbano, bem como construção de parques e praças, galerias de águas pluviais e outras, tendo como objetivo, além da reurbanização dos bairros, a reordenação da centralidade da cidade de São Paulo, revitalizando zonas evadidas ou em decadência, criando oportunidades de desenvolvimento e possibilitando a implantação das Subprefeituras.

Valores Propostos para o Programa no Período 2002 a 2005

	2.002	2.003	2.004	2.005	Total
Recursos	94,0	116,0	133,0	210,0	553,0

AÇÃO 1: Revitalização dos Centros de Bairros

META: Promover a ação intersecretarial no atendimento de problemas relacionados à revitalização dos centros de bairros

INDICADOR: qualidade de vida nos bairros

AÇÃO 2: Pavimentação na periferia

META: Pavimentação de 100 Km/ano na periferia

INDICADOR: Km pavimentados

AÇÃO 3: Pequenas intervenções locais

META: Pequenas obras feitas pelas Administrações Regionais visando melhorar a qualidade de vida nos bairros

INDICADOR: qualidade de vida nos bairros

PROGRAMA 6: Requalificação do Centro

Objetivo: Este programa prevê obras de recuperação da região central da cidade, através da reestruturação dos equipamentos públicos, de ações de paisagismo urbano, da revitalização de parques e praças e da implementação de programas de moradia de interesse social.

Valores Propostos para o Programa no Período 2002 a 2005

	2.002	2.003	2.004	2.005	Total
Recursos	10,0	12,0	19,5	0	41,5

AÇÃO 1: Recuperação de calçadas

META: Facilitar a circulação de pessoas, incluindo portadores de deficiência, e interferir na paisagem local

INDICADOR: calçada recuperada

AÇÃO 2: Novo bairro da zona cerealista

META: Melhorar a circulação do trânsito local e estabelecer entreposto comercial em local mais adequado

INDICADOR: projeto concluído

AÇÃO 3: Implantar itens ambientais no plano de requalificação do centro

META: Melhorar a qualidade do ar e interferir na paisagem urbana

INDICADOR: projeto concluído

AÇÃO 4: Planejar e implementar a requalificação de áreas públicas e de imóveis particulares

META: Melhorar a qualidade de vida local

INDICADOR: projeto concluído

AÇÃO 5: Organizar circuitos culturais no centro

META: Melhorar a qualidade de vida local, tornando o centro mais atrativo

INDICADOR: projeto concluído

AÇÃO 6: Revitalização do Mercado Municipal

META: Requalificar as instalações do mercado e melhorar a qualidade do atendimento

INDICADOR: projeto concluído

AÇÃO 7: Reurbanizar o centro atraindo investimentos e novos empreendimentos

META: Tornar o centro atrativo

INDICADOR: projeto concluído

AÇÃO 8: Implantar habitação de interesse social no centro

META: Reciclagem de imóveis para habitação

INDICADOR: unidades implantadas

PROGRAMA 7: Transportes - VLP/Corredores

Objetivo: Melhoria do trânsito e do fluxo de veículos através da Implantação do Projeto de Veículos Leves sobre Pneus e Corredores de Ônibus, com sistema de bilhetagem eletrônica, e revitalização do trolebus. Melhorar a eficiência e a qualidade do transporte e do trânsito, com vistas ao aumento de velocidade comercial dos ônibus e à melhoria das condições de segurança e conforto dos usuários.

Valores Propostos para o Programa no Período 2002 a 2005

	2.002	2.003	2.004	2.005	Total
Recursos	96,3	96,9	190,5	0	383,7

AÇÃO 1: Término da 1ª fase do VLP no Parque Pedro II – Sacomã; execução da 2ª fase com extensões para Vila Prudente e Água Rasa e construção de estações de transferências do VLP.

META: Implantação de 12 Km do VLP e construção de 3 estações

INDICADOR: Km implantado / estação construída

AÇÃO 2: Implantação dos Corredores Pirituba, São João, Guarapiranga, Rio Bonito; criação dos terminais de integração, Pirituba, Lapa, Jardim Ângela e Guarapiranga e implantação das estações de transferência, Jardim Ângela e Vitor Manzini.

META: Construção de 27 Km de corredores, 2 estações e 4 terminais

INDICADOR: Km implantado / unidades construídas

AÇÃO 3: Revitalização do trolebus

META: Implantação de 23,5 Km de rede de trolebus

INDICADOR: Km implantado

PROGRAMA 8: Transportes - Ordenamento e adequação do transporte e do trânsito

Objetivo: Estabelecer prioridade operacional para a circulação dos ônibus nos horários de pico e no sistema viário de apoio ao sistema troncal de ônibus; viabilizar a realização de um conjunto de obras de pequeno porte visando à melhoria do desempenho do sistema viário do município.

Valores Propostos para o Programa no Período 2002 a 2005

	2.002	2.003	2.004	2.005	Total
Recursos	40,0	41,0	43,0	66,0	190,0

AÇÃO 1: Implantar programa de corredores operacionais de transporte coletivo

META: Implantar 172 quilômetros de corredores

INDICADOR: Km implantados / unidades implantadas

AÇÃO 2: Elaborar e implementar programa de recuperação do sistema viário estrutural

META: Recuperação de 85 quilômetros de Sistema Viário Estrutural

INDICADOR: Km recuperados.

AÇÃO 3: Elaborar e implementar programa de recuperação do sistema viário secundário

META: Recuperação de 230 quilômetros de Sistema Viário Secundário

INDICADOR: Km recuperados

AÇÃO 4: Eliminar pontos críticos do sistema viário do município

META: Melhoria do sistema viário

INDICADOR: qualidade do trânsito

AÇÃO 5: Implantar Bilhete Único em todo o Sistema Metropolitano

META: Possibilitar a integração entre modos de transporte, em qualquer ponto da cidade

INDICADOR: projeto concluído

AÇÃO 6 Prosseguimento do programa de implantação de semáforos inteligentes

META: modernização da sinalização de trânsito das principais vias

INDICADOR: projeto concluído

PROGRAMA 9: Limpeza Urbana

Objetivo: Ampliação dos serviços de limpeza urbana.

Valores Propostos para o Programa no Período 2002 a 2005

	2.002	2.003	2.004	2.005	Total
Recursos	5,5	6,5	8,0	10,0	30,0

AÇÃO 1 : Coleta seletiva e reciclagem do lixo

META: Aumentar o volume da coleta seletiva de lixo, visando à reciclagem

INDICADOR: quantidade coletada

AÇÃO 2: Implantação de Aterros Sanitários

META: Aumento da capacidade hoje existente

INDICADOR: projeto concluído

Plano Plurianual 2.002 – 2.005 Modernização da Administração

Objetivo Geral

Principais secretarias envolvidas: SF, SMA, SMCIS, SJ, SMS e GP

Criar um sistema de gestão eficaz que ofereça satisfatoriamente informações e dados tanto para subsidiar as decisões dos dirigentes municipais, como para consulta dos munícipes. Tal objetivo pressupõe a informatização dos sistemas hoje existentes, com a conseqüente economia de recursos, seja pela simplificação dos processos de trabalho, seja pela otimização de tempo de trabalho.

Além disso, faz-se necessária a modernização dos diversos sistemas de informações e a otimização de processos, visando ao aumento da arrecadação de tributos municipais, com ênfase no combate à sonegação e à evasão fiscal.

Por fim, mister a inclusão da população na sociedade da informação e do conhecimento, ampliando o acesso dos cidadãos de baixa renda aos serviços "on line" da prefeitura.

Com base nestes eixos foram elaborados os programas para a modernização da Administração para os anos de 2002 a 2005, a saber:

PROGRAMA 1: Governo Eletrônico

Objetivo: oferecer e promover acesso a serviços informatizados para a população, modernizando os canais de comunicação entre o governo e os cidadãos.

Valores Propostos para o Programa no Período 2002 a 2005

	2.002	2.003	2.004	2.005	Total
Recursos	9,0	11,5	13,0	20,0	53,5

AÇÃO 1: Implantar telecentros

META : Implementar 1000 unidades até 2004

INDICADOR: unidades implementadas

AÇÃO 2 : Aprimorar portal da prefeitura na Internet

META : Migrar todas as páginas das Secretarias e demais unidades da Administração para o portal da prefeitura, oferecendo melhores serviços

INDICADOR: projeto finalizado

AÇÃO 3: Implantar Central Eletrônica de Atendimento à População

META : Inclusão digital e democratização do acesso aos serviços informatizados

INDICADOR: projeto finalizado

AÇÃO 4: Reativação da gráfica municipal

META : Modernizar projeto e agilizar serviços

INDICADOR: projeto finalizado

PROGRAMA 2: Modernização da Administração Gerencial, tributária e financeira e das Gestões dos Setores Sociais

Objetivo: Modernizar os diversos sistemas de informações e otimizar processos, visando à melhoria no controle das informações, ao aumento da transparência da administração, à maior agilidade no atendimento ao cidadão, à racionalização e redução de gastos, ao aumento da arrecadação de tributos municipais com ênfase no combate à sonegação e à evasão fiscal.

Pretende-se, também, descentralizar as ações da saúde, permitindo a implantação de sistemas que impliquem a melhoria do atendimento ao cidadão, como o cartão SUS, o agendamento eletrônico de consultas, a gestão dos fluxos de medicamentos, acompanhamento "on line" dos resultados de exames laboratoriais.

Valores Propostos para o Programa no Período 2002 a 2005

	2.002	2.003	2.004	2.005	Total
Recursos	42,5	86,5	12,5	7,5	149,0

AÇÃO 1: Desenvolvimento de sistema informatizado para acompanhamento das ações de governo

META : Democratização do acesso à informação

INDICADOR: projeto finalizado

AÇÃO 2: Modernização dos sistemas de administração e dos sistemas contábil e orçamentário

META 1: Aumento da Receita própria

META 2: Modernização do sistema de informações e otimização de processos

META 3: Redução de gastos com licitação, compras e administração de contratos

META 4: Redução de gastos com administração de RH e folha de pagamento

META 5: Gerenciamento de gastos com energia elétrica

INDICADOR: reais/ano

AÇÃO 3: Implantar rede informatizada na área da Saúde, até o nível dos Distritos de Saúde

META : Conectar o Gabinete aos 10 postos avançados e aos 41 distritos de saúde

INDICADOR: rede informatizada

AÇÃO 4: Prosseguimento do Orçamento Participativo

META : Estruturar as atividades do Orçamento Participativo

INDICADOR: atividade implementada

PLANO PLURIANUAL 2002/2005

ANEXO V

CONSOLIDAÇÃO GERAL

PLANO PLURIANUAL 2002/2005

ANEXO V

ENSINO

Em milhões de reais de junho/01

PROGRAMAS	2002	2003	2004	2005	TOTAL
1. Educação de crianças e adolescentes de 07 a 14 anos	35,2	40,0	59,0	59,4	193,6
2. Educação de crianças de 0 a 6 anos	69,8	61,0	79,0	88,0	297,8
3. Atendimento de jovens e adultos	11,2	30,3	34,8	36,8	113,1
4. Educação especial	2,4	2,4	2,4	2,4	9,6
5. Garantia do acesso e permanência	250,0	300,0	360,0	432,0	1.342,0
6. Democratização da gestão e qualidade ambiental	30,0	53,0	53,9	55,3	192,2
7. Ensino médio	1,7	1,7	1,7	1,7	6,8
TOTAL	400,3	488,4	590,8	675,6	2.155,1

SAÚDE

Em milhões de reais de junho/01

PROGRAMAS	2002	2003	2004	2005	TOTAL
1. Nascer, viver e morrer bem	76,8	79,1	82,3	86,4	324,6
2. Saúde integral ao seu alcance	219,1	225,6	234,7	246,4	925,8
3. Hospital amigo da infância - Hospital para quem precisa	224,2	230,9	240,2	252,2	947,5
4. Rede competência - SUS municipal	58,8	60,6	63,0	66,2	248,6
5. Gestão cidadã	2,1	2,2	2,2	2,4	8,9
TOTAL	581,0	598,4	622,4	653,6	2.455,4

INCLUSÃO SOCIAL

Em milhões de reais de junho/01

PROGRAMAS	2002	2003	2004	2005	TOTAL
1. Combate à pobreza, à desigualdade social e ao desemprego	8,0	20,0	50,0	100,0	178,0
2. Merenda escolar e leve-leite	17,0	21,5	25,0	38,0	101,5
3. Segurança pública	2,0	4,0	4,0	4,0	14,0
4. Ações intersecretariais para a inclusão social	28,0	30,0	32,0	34,0	124,0
5. PROVER - Programa de verticalização de favelas	50,8	48,0	0,0	0,0	98,8
6. Lote legal	21,9	26,2	0,0	0,0	48,1
7. Habitações populares	45,5	100,0	135,0	145,0	425,5
TOTAL	173,2	249,7	246,0	321,0	989,9

PLANO PLURIANUAL 2002/2005

ANEXO V

TRANSFORMAÇÕES URBANAS

Em milhões de reais de junho/01

PROGRAMAS	2002	2003	2004	2005	TOTAL
1. Disponibilizar equipamentos públicos à comunidade	11,5	13,0	14,5	16,0	55,0
2. Melhoria da infra-estrutura urbana e dos serviços da cidade	4,0	7,0	11,0	14,0	36,0
3. Canalização e implantação das vias de fundo de vale de córregos	133,0	122,9	11,0	14,0	280,9
4. Programa de recuperação e preservação ambiental	15,6	12,7	56,7	6,7	91,7
5. Revitalização dos bairros	94,0	116,0	133,0	210,0	553,0
6. Requalificação do centro	10,0	12,0	19,5	0,0	41,5
7. Transportes - VLP/Corredores	96,3	96,9	190,5	0,0	383,7
8. Transportes - Ordenamento e adequação do transporte e do trânsito	40,0	41,0	43,0	66,0	190,0
9. Limpeza urbana	5,5	6,5	8,0	10,0	30,0
TOTAL	409,9	428,0	487,2	336,7	1.661,8

MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

Em milhões de reais de junho/01

PROGRAMAS	2002	2003	2004	2005	TOTAL
1. Governo eletrônico	9,0	11,5	13,0	20,0	53,5
2. Modernização da administração gerencial, tributação e financeira e das gestões dos setores sociais	42,5	86,5	12,5	7,5	149,0
TOTAL	51,5	98,0	25,5	27,5	202,5

PLANO PLURIANUAL 2002/2005

ANEXO V

CONSOLIDAÇÃO GERAL

Em milhões de reais de junho/01

ÁREAS DE APLICAÇÃO	2002	2003	2004	2005	TOTAL
Ensino	400,3	488,4	590,8	675,6	2.155,1
Saúde	581,0	598,4	622,4	653,6	2.455,4
Inclusão Social	173,2	249,7	246,0	321,0	989,9
Transformações Urbanas	409,9	428,0	487,2	336,7	1.661,8
Modernização da Administração	51,5	98,0	25,5	27,5	202,5
TOTAL	1.615,9	1.862,5	1.971,9	2.014,4	7.464,7

Em milhões de reais de junho/01

FONTES DE RECURSOS	2002	2003	2004	2005	TOTAL
- Vinculações	979,6	1.085,1	1.211,5	1.327,5	4.603,7
. Educação	398,6	486,7	589,1	673,9	2.148,3
. Saúde	581,0	598,4	622,4	653,6	2.455,4
- Operações de Crédito	229,8	245,0	154,0	0,0	628,8
- Alienação de Bens	130,0	40,0	0,0	0,0	170,0
- Próprias	276,5	492,4	606,4	686,9	2.062,2
TOTAL	1.615,9	1.862,5	1.971,9	2.014,4	7.464,7